



## Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

### Diário da Sessão

XII Legislatura

Número: 90

II Sessão Legislativa

Horta, quarta-feira, 14 de dezembro de 2022

**Presidente:** *Deputado Luís Garcia*

**Secretários:** *Deputados Tiago Branco e Marco Costa*

### SUMÁRIO

*Os trabalhos tiveram início às 10 horas e 07 minutos.*

No Período de Tratamento de Assuntos Políticos foram apresentados diversos votos.

- **Voto de Congratulação pela comemoração dos 125 anos da Sociedade Filarmónica Lira Madalense**, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS, mais precisamente pela Senhora Deputada Marta Matos, o qual foi aprovado por unanimidade.

- **Voto de Congratulação pelos 275 anos do Lar de Recolhimento Jesus Maria José**, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD.

Após a leitura do voto pela Senhora Deputada Guilhermina Silva (*PSD*), usou da palavra a Senhora Deputada Andreia Cardoso (*PS*).

O voto em apreço foi aprovado por unanimidade.

- [Voto de Congratulação pelos 50 anos das Casas do Povo](#), subscrito por um conjunto de Deputados.

A leitura do voto coube ao Senhor Deputado Carlos Freitas (*PSD*), usando de seguida da palavra o Senhor Deputado António Lima (*BE*).

Submetido à votação o voto foi aprovado por maioria.

- [Voto de Congratulação pelo 75.º Aniversário do Sport Clube Praelense](#), apresentado pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista.

Sobre o voto mencionado, usaram da palavra os Senhores Deputados Berto Messias (*PS*), Paulo Gomes (*PSD*), Paulo Estevão (*PPM*) e Pedro Pinto (*CDS-PP*).

- [Voto de Congratulação pela Candidatura dos Açores a Whale Heritage Site](#), apresentado pela Representação Parlamentar do PAN.

Após a leitura do voto pelo Senhor Deputado Pedro Neves (*PAN*), usaram da palavra a Senhora Deputada Joana Pombo Tavares (*PS*) e o Senhor Deputado Carlos Freitas (*PSD*).

O voto em apreço foi aprovado por unanimidade.

- [Voto de Congratulação pelos 75 anos da Sociedade Progresso Lajense](#), apresentado pelo Grupo Parlamentar do PAN.

A leitura do voto coube ao Senhor Deputado Luís Soares (*PSD*), usando posteriormente da palavra o Senhor Deputado Pedro Pinto (*CDS-PP*).

O Voto de Congratulação foi aprovado por unanimidade.

- [Voto de Congratulação à Escola Básica e Secundária das Velas – Pela comemoração do seu 50º aniversário](#), apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS.

Sobre o mesmo, usaram da palavra a Senhora Deputada Isabel Teixeira (*PS*) e o Senhor Deputado Jorge Paiva (*CDS-PP*), seguindo-se a votação registou a aprovação por unanimidade.

- [Voto de Congratulação pelos 50 anos do ensino público no Concelho das Velas](#), apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD.

Após a leitura do voto pelo Senhor Deputado Paulo Silveira (*PSD*), o voto foi aprovado por unanimidade.

- **Voto de Congratulação à Escola Básica e Secundária da Calheta – Pela comemoração do seu 50º aniversário**, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS.

A leitura do voto coube à Senhora Deputada Maria Isabel Teixeira (*PS*), seguindo-se a votação que registou a aprovação por unanimidade.

- **Voto de Congratulação pelos 50 anos do ensino público no concelho da Calheta**, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD.

O voto supracitado foi aprovado por unanimidade, não sem antes proceder à sua apresentação o Senhor Deputado Paulo Silveira (*PSD*).

- **Voto de Congratulação pelo 25.º aniversário da fundação do Conselho Mundial das Casas dos Açores**, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD.

Após a leitura do voto pela Senhora Deputada Elisa Sousa (*PSD*), usou da palavra a Sra. Deputada Ana Luís (*PS*) e o Senhor Deputado Rui Martins (*CDS-PP*).

Pelo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa Regional foi lido um **Voto de Pesar pelo falecimento do Dr. Alvarino Pinheiro**, subscrito por todas as bancadas com assento parlamentar.

Usaram da palavra os Senhores Deputados José Pacheco (*CH*) e Nuno Barata (*IL*), seguindo-se a votação que mais uma vez registou a aprovação por unanimidade.

Também por unanimidade foi aprovado um **Voto de Pesar pelo falecimento de José Humberto Medeiros Chaves**, subscrito pelos Grupos Parlamentares do Partido Socialista e do Partido Social Democrata.

A leitura do voto coube à Senhora Deputada Joana Pombo Tavares (*PS*).

Novamente por unanimidade foi aprovado o **Voto de Pesar pelo falecimento de José Humberto Medeiros Chaves**, apresentado pela Representação

Parlamentar do Chega, mais precisamente pelo Senhor Deputado José Pacheco (*CH*).

Seguiu-se o [Voto de Pesar pelo falecimento de Maria da Conceição Rebelo de Sousa Pedro](#), apresentado pelo Senhor Deputado Rui Anjos (*PS*), do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, o qual foi aprovado por unanimidade.

Posteriormente foi apresentada uma [Declaração Política](#) pelo Senhor Deputado Rui Martins (*CDS-PP*).

Aberto o debate, usaram da palavra os Senhores Deputados Carlos Furtado (*Indep.*), António Lima (*BE*), João Bruto da Costa (*PSD*), José Pacheco (*CH*), Pedro Neves (*PAN*), Tiago Lopes (*PS*) e Paulo Estevão (*PPM*).

A **Agenda da Reunião** iniciou-se com o [Recurso apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS sobre o despacho de não admissão da proposta de substituição na generalidade do Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 64/XII – “Funcionamento de cantinas e bufetes escolares”](#).

Sobre o mesmo, usaram da palavra os Senhores Deputados Vasco Cordeiro (*PS*), João Bruto da Costa (*PSD*), António Lima (*BE*), Nuno Barata (*IL*), Rui Martins (*CDS-PP*) e Pedro Neves (*PAN*).

Submetido à votação, o recurso foi aprovado por maioria.

Posteriormente deu-se continuidade ao debate da [Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 33/XII – “Política regional de qualificação e emprego”](#), apresentada pelo Governo Regional dos Açores.

Para o efeito usou da palavra o Senhor Deputado Joaquim Machado (*PSD*), seguindo-se a votação que registou a aprovação por maioria.

Seguiu-se o debate conjunto do [Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 57/XII – “Rede de nómadas digitais dos Açores”](#), apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS e do [Projeto de Resolução n.º 119/XII – “Nómadas Digitais”](#), apresentado pelo Grupo Parlamentar do CDS-PP.

Após a apresentação das iniciativas pelos Senhores Deputados Carlos Silva (*PS*) e Rui Martins (*CDS-PP*), usaram da palavra os Senhores Deputados

José Pacheco (*CH*), Gustavo Alves (*PPM*), Carlos Furtado (*Indep.*), Vera Pires (*BE*), Nuno Barata (*BE*), Paulo Silveira (*PSD*), Manuel Ramos (*PS*), Sandra Dias Faria (*PS*), Vasco Cordeiro (*PS*), Joaquim Machado (*PSD*), bem como o Senhor Subsecretário Regional da Presidência (*Pedro Faria e Castro*).

Para defesa da honra, usou da palavra o Senhor Deputado Vasco Cordeiro (*PS*).

*Os trabalhos terminaram às 20 horas e 08 minutos.*

**Presidente:** Bom dia, Senhoras e Senhores Deputados, Senhores Membros do Governo.

*Eram 10 horas e 07 minutos.*

Vamos dar início aos nossos trabalhos com a chamada. Tem a palavra o Senhor Secretário. Faça favor.

**Secretário:** Bom dia.

*Procedeu-se à chamada à qual responderam os/as seguintes Deputados/as:*

**Partido Socialista (PS)**

**Ana Luísa Pereira Luís**

**Andreia Martins Cardoso da Costa**

**Berto José Branco Messias**

**Carlos Emanuel Rego Silva**

**Célia Otelinda Borges Pereira**

**Francisco Manuel Coelho Lopes Cabral**

**Joana Pombo Sousa Tavares**

**João Vasco Pereira da Costa**

**José António Vieira da Silva Contente**

**José Gabriel Freitas Eduardo**

**José Manuel Gregório de Ávila**

**Lubélio de Fraga Mendonça**

**Manuel José da Silva Ramos**

**Maria Isabel Góis Teixeira**

**Maria Valdemira Gouveia Andrade Carvalho**

**Mário José Dinis Tomé**

**Marta Ávila Matos**

**Patrícia Maria Melo Miranda**

**Rodolfo Paulo Silva Lourenço da Franca**

**Rui Filipe Vieira Anjos**

**Sandra Micaela Costa Dias Faria**

**Tiago Alexandre dos Santos Lopes**

**Tiago Dutra da Costa Rodrigues Branco**

**Vasco Alves Cordeiro**

**Vilson Filipe da Costa Ponte Gomes**

***Partido Social Democrata (PSD)***

**Alberto Pacheco da Ponte**

**Ana da Ascensão Moniz Arruda Quental**

**António Vasco Vieira Neto de Viveiros**

**Carlos Eduardo da Cunha Freitas**

**Délia Maria Melo**

**Elisa Lima Sousa**

**Flávio da Silva Soares**

**Jaime Luís Melo Vieira**

**João Luís Bruto da Costa Machado da Costa**

**José Joaquim Ferreira Machado**

**Luís Carlos Correia Garcia**

**Luís Carlos Cota Soares**

**Marco José Freitas da Costa**

Maria **Guilhermina** Ourique Moniz **Silva**

Maria **Salomé** Dias de **Matos**

**Nídia** Manuela de Sousa Lopes **Inácio**

**Paulo** Alberto Bettencourt da **Silveira**

**Paulo** Duarte **Gomes**

**Sabrina** Marília Coutinho **Furtado**

**Susana** Alexandra Gomes **Soares**

**Vitória** Alexandra Correia **Pereira**

*Partido Popular (CDS/PP)*

**Jorge** Miguel Azevedo **Paiva**

**Pedro** Gabriel Correia Nunes Teixeira **Pinto**

**Rui** Miguel Oliveira **Martins**

*Bloco de Esquerda (BE)*

**António** Manuel Raposo **Lima**

**Vera** Lúcia Pinheiro **Pires**

*Partido Popular Monárquico (PPM)*

**Gustavo** Valadão **Alves**

**Paulo** Jorge Abraços **Estêvão**

*CHEGA (CH)*

**José** Eduardo Cunha **Pacheco**

*Iniciativa Liberal (IL)*

**Nuno** Alberto **Barata** Almeida Sousa

*Partido Pessoas-Animais-Natureza (PAN)***Pedro Miguel Vicente Neves****Presidente:** Muito obrigado, Senhor Secretário.

Estão presentes 55 Senhoras e Senhores Deputados, o que significa que temos quórum. Declaro aberta a sessão. Pode entrar o público.

Senhoras e Senhores Deputados, este período da manhã, está reservado, conforme deliberado na Conferência de Líderes, para o Tratamento de Assuntos Políticos.

Os tempos disponíveis são os seguintes: o Governo dispõe de 20 minutos, o PS de 48, o PSD de 40, o CDS-PP de 16, o BE e o PPM de 12 minutos, as Representações Parlamentares de 10 minutos e o Senhor Deputado Independente de 5 minutos.

Vamos iniciar pelos votos que deram entrada na Mesa.

O primeiro é um Voto de Congratulação, apresentado pelo Partido Socialista, pelas comemorações dos 125 anos da Sociedade Filarmónica Lira Madalense. É apresentado pela Senhora Deputada Marta Matos, a quem dou a palavra.

**Deputada Marta Matos (PS):** Muito obrigada.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

**Voto de Congratulação****Pela comemoração dos 125 anos da Sociedade Filarmónica Lira Madalense**

É no ano de 1897 que surge a intenção e as primeiras ações destinadas à criação da Sociedade Filarmónica Lira Madalense, concretizando-se o seu aparecimento público em 25 de junho de 1899, no arraial do Império de São João, no lugar das Sete Cidades, freguesia da Madalena.



A história desta banda filarmónica não é diferente de tantas outras pelos Açores. Nasce da paixão pela música e da relação intrínseca que com ela vivem as nossas comunidades, aqui se afirmando também a sua importância social, educativa e cultural.

Na prossecução dos seus fins, a Sociedade Filarmónica Lira Madalense conta no seu currículo com atuações no Pico e nas restantes ilhas do Arquipélago, no Continente português, no Canadá e nos Estados Unidos.

Conta com a gravação de vários discos, cassetes e um CD e com a participação em diversos programas de Rádio, da RTP1 e da RTP Açores.

Em 1983, ano em que aprova novos estatutos como forma de revitalização e modernização da Sociedade, atua no Teatro da Trindade, em Lisboa, inaugurando os concertos dominicais de bandas civis, sob a égide do INATEL.

Conta também com a publicação de um livro, intitulado “A Música das Sete Cidades”.

Tem promovido e assegurado a componente prática do curso de Regentes de Bandas Amadoras e promove ainda uma escola de música, formando jovens para o ingresso na filarmónica e funcionando também como escola de pedagogia e de cidadania.

A sua sede é ponto de encontro dos seus músicos, dos seus dirigentes e da comunidade que se envolve e colabora. É local de partilha de música, mas também de valores e de interação de gerações.

Através do presente voto, expressamos o nosso reconhecimento, homenagem e gratidão a todos aqueles que, ao longo dos últimos 125 anos, se têm dedicado e trabalhado pela Sociedade Filarmónica Lira Madalense, enfrentando desafios diários para que as suas portas se mantenham abertas, fazendo Música e Cultura, construindo uma comunidade, defendendo, promovendo e valorizando a identidade da ilha do Pico e da nossa Região.

Assim, e ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista propõe à Assembleia Legislativa da Região

Autónoma dos Açores a aprovação de um Voto de Congratulação pela comemoração dos 125 anos da Sociedade Filarmónica Lira Madalense, do qual deve ser dado conhecimento formal à Sociedade Filarmónica Lira Madalense, à junta de Freguesia da Madalena e Câmara Municipal da Madalena.

Horta, Sala de Sessões, 14 de dezembro de 2022

**Os Deputados,** Marta Matos, Mário Tomé, Vasco Cordeiro, Andreia Cardoso, Sandra Dias Faria e Carlos Silva

**Presidente:** Obrigado, Senhora Deputada.

Está apresentado o voto.

*(Pausa)*

Vamos fazer o controlo de tempo, manual, porque estamos com um problema geral de internet e está a influenciar o controlo dos nossos painéis.

Está apresentado o voto. Pergunto se há inscrições?

*(Pausa)*

Não havendo, vamos passar à votação.

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

**Secretário:** O Voto de Congratulação apresentado foi aprovado por unanimidade.

**Presidente:** O próximo Voto de Congratulação é apresentado pelo Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata, pelos 275 anos do Lar de Acolhimento Jesus Maria José.

Tem a palavra a Senhora Deputada Guilhermina Silva, para a sua apresentação.

**Deputada Guilhermina Silva (PSD):** Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

## **VOTO DE CONGRATULAÇÃO**

### **Pelos 275 anos do Lar Recolhimento Jesus Maria José**

Consta que o Recolhimento Jesus Maria José tenha iniciado funções por volta do ano de 1747, com o fim de recolher senhoras em frágil situação socio-económica, mães solteiras ou outras senhoras sem suporte familiar ou socialmente marginalizadas.

Vulgarmente conhecida por “Mónicas”, teve os seus estatutos aprovados pela autoridade eclesiástica a de 2 abril de 1791. Já com o regime republicano passou juridicamente a uma associação de beneficência.

Hoje transformada numa Instituição Particular de Solidariedade Social, mantém o fundamento inicial, acolhendo apenas mulheres, sobretudo idosas, de forma temporária ou permanente, que tenham dificuldades de âmbito social, económico ou de saúde. Alberga, atualmente, 55 utentes, passando a Lar Recolhimento Jesus Maria José, Mónicas.

Com o sismo de 1980 houve que repensar toda a sua estrutura, recordando-se que, entre 1976 e 1988, foi seu Presidente da Mesa Administrativa Valdemar Mota de Ornelas Silva Gonçalves. Seguiram-se-lhe, de 1988 a 1992, Leopoldino Tavares, de 1992 a 2021 José Guilherme Bendito e, desde abril de 2021, Alberto Gonçalves.

O Recolhimento Jesus Maria José, Mónicas, tem a sua sede num edifício centenário, no cimo da Rua da Miragaia, em cuja capela foi celebrada missa pela primeira vez a 26 de dezembro de 1746.

Em 1988 teve várias obras no seu edifício e, em 1996, passou a fornecer a alimentação e a cuidar da higiene e limpeza atendendo à idade e estados de

saúde das utentes, havendo a necessidade de ampliar o refeitório e equipar a cozinha com novos equipamentos.

De janeiro 2016 a julho de 2017 as “Mónicas” saíram temporariamente da Miragaia, para que grandes obras de ampliação e remodelação tivessem lugar, num investimento de cerca de 2 milhões de euros, e que lhes deram as atuais condições.

O Recolhimento Jesus Maria José conta hoje com duas utentes de 99 anos, como as mais idosas entre as 55, funcionando com 49 colaboradores, de onde se contam oito profissionais de Enfermagem e seis técnicos licenciados em várias áreas

Assim, ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do PSD/Açores, propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, reunida em sessão plenária no mês de dezembro de 2022, a aprovação de um Voto de Congratulação ao Lar do Recolhimento Jesus Maria José, pela passagem dos 275 anos da sua fundação original.

Do presente voto deverá ser dado conhecimento à Direção do Recolhimento Jesus Maria José, à Câmara Municipal de Angra do Heroísmo, à Junta de Freguesia de Santa Luzia e à Vice-Presidência do Governo Regional dos Açores, que tutela a Direção Regional da Solidariedade Social.

Horta, Sala das Sessões, 14 de dezembro de 2022.

**Os Deputados Regionais**, João Bruto da Costa, Paulo Gomes, Guilhermina Silva, Jaime Vieira, António Vasco Viveiros, Carlos Freitas e Elisa Sousa

**Presidente:** Obrigado, Senhora Deputada.

Está apresentado o voto.

Pergunto se há inscrições?

Senhora Deputada Andreia Cardoso, faça favor. Tem a palavra.

(\*) **Deputada Andreia Cardoso (PS):** Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhores Membros do Governo:

Apenas para dar nota que, naturalmente, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista se associa a este Voto de Congratulação apresentado pela Senhora Deputada Guilhermina, do Grupo Parlamentar do PSD.

O Recolhimento Jesus Maria José, mais conhecido como “Mónica Zé”, é uma instituição muito relevante no apoio aos idosos, designadamente às idosas, no Concelho de Angra do Heroísmo.

Como é aqui mencionado, tem um papel muito importante, porque é uma estrutura residencial para idosas. Tem condições, neste momento, não só em termos de infraestruturas, como de recursos humanos, para acolher idosas, já com grau de dependência muito significativo.

Modernizou-se, conforme aqui é dito, em 2017, toda a sua infraestrutura com apoio do Governo Regional de então, mas não é só uma questão de infraestrutura física.

Naturalmente que a infraestrutura é importante, mas esta instituição tem beneficiado também de corpos dirigentes muito empenhados, de que é exemplo o Senhor José Guilherme Bendito, que teve durante muitos anos a liderança daquela instituição, o pai da Senhora Deputada Guilhermina Silva, que foi o gestor financeiro daquela instituição, durante também um período bastante alargado, ou o senhor Dinis, que também deu o seu contributo muito ativo num período de grandes transformações daquela instituição.

Importa dizer que é uma instituição que sempre acolheu bem tudo o que foram os contributos relevantes em termos de melhorar a qualidade do serviço prestado.

De lembrar que foi uma das instituições que aderiu também ao sistema centralizado de gestão de vagas na Ilha Terceira, aderiu desde logo, permitindo e facilitando, assim, o acesso equitativo e justo, por parte dos idosos, a este tipo de infraestruturas.

Fica, por isso, também, da parte do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, a felicitação à atual direção pelas comemorações que realizou deste aniversário e também o desejo de que o seu trabalho continue e faça justiça àquilo que foi o

empenho que todos até agora, dirigentes, colaboradores e direção técnica, colocaram e colocam no funcionamento desta instituição.

Obrigada.

**Presidente:** Obrigado, Senhora Deputada.

Pergunto se há mais inscrições?

*(Pausa)*

Parecendo não haver, vamos colocar à votação este Voto de Congratulação.

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

**Secretário:** O Voto de Congratulação apresentado foi aprovado por unanimidade.

**Presidente:** O próximo Voto de Congratulação é subscrito por um conjunto de Deputados sobre os 50 anos das Casas do Povo.

É apresentado pelo Senhor Deputado Carlos Freitas. Faça favor, Senhor Deputado.

**Deputado Carlos Freitas (PSD):** Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhor Vice-Presidente, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

### **Voto de Congratulação**

#### **50 anos das Casas do Povo**

Uma Casa do Povo é uma instituição agregadora do povo de cada localidade, sendo um ponto aglutinador de cultura, tradição, desporto, saúde, coletivismo e solidariedade, flexível às transformações socioeconómicas existentes.

É um lugar de reunião para convívio social da população, onde se eleva a preservação das tradições, cultura e etnografia.

É um lugar de apoio à população mais vulnerável, de ação de valências sociais para crianças e jovens, para população mais idosa, assim como para famílias e comunidade que aí recorrem.

É um lugar de prestação de cuidados de saúde e auxílio médico, através de infraestruturas de gabinete médico, enfermagem e recolha de análises, que possibilitam um acesso a cuidados de saúde, de forma próxima à população.

É um lugar de desporto e de juventude, onde se fomenta a ocupação de tempos livres de forma saudável, através da atividade desportiva, que também é motor de desenvolvimento de laços de companheirismo e desenvolvimento interpessoal.

É um lugar que tem sido permeável às transformações sociais, económicas e políticas no decorrer do tempo, assim como às necessidades de a comunidade que o acolhe, sendo um lugar de encontro.

Neste ano de 2022, assinalam-se 50 anos de existência de 9 Casas do Povo, dispersas pelas ilhas Terceira, Faial e Pico, que importa louvar o trabalho desenvolvido. São elas:

- A Casa do Povo de Pedro Miguel, na Horta;
- A Casa do Povo da Vila de São Sebastião, em Angra do Heroísmo;
- A Casa do Povo da Prainha, em São Roque do Pico;
- A Casa do Povo de São Mateus, na Madalena;
- A Casa do Povo de São João, nas Lajes do Pico;
- A Casa do Povo dos Biscoitos, na Praia da Vitória;
- A Casa do Povo das Doze Ribeiras, em Angra do Heroísmo;
- E a Casa do Povo da Madalena do Pico, no concelho homónimo.

É devido um voto de congratulação por todos os que integraram, integram e integrarão os órgãos sociais destas instituições, por todos os que a elas recorrem e delas fazem parte.

Assim, ao abrigo das disposições estatutárias e regimentais aplicáveis, os Grupos Parlamentares do PSD, do PS, do CDS-PP, do PPM, as

Representações Parlamentares do CHEGA e do PAN e o Deputado Independente propõem à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, reunida em sessão plenária no mês de dezembro de 2022, a aprovação de um voto de congratulação pelos cinquenta anos das Casas do Povo da Região que os celebram neste ano de 2022, fazendo votos de que perdurem a sua nobre missão de servir o povo que as acolhe.

Deste voto, deverá ser dado conhecimento aos órgãos sociais das Casas do Povo de Pedro Miguel, da Vila de São Sebastião, Prainha, São Mateus, São João, Biscoitos, Doze Ribeiras, Madalena do Pico.

Horta, Sala das Sessões, 14 de dezembro de 2022.

**Os Deputados Regionais:** João Bruto da Costa, Carlos Freitas, Paulo Gomes, Jaime Vieira, António Vasco Viveiros, Joaquim Machado e Elisa Sousa.

**Presidente:** Obrigado, Senhor Deputado.

Está apresentado o voto. Pergunto se há inscrições?

Senhor Deputado António Lima, faça favor. Tem a palavra.

(\*) **Deputado António Lima (BE):** Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

Apenas para justificar o sentido de voto do Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda.

Não iremos votar favoravelmente, e não subscrevemos o voto, apenas por um motivo: porque não nos parece que, independentemente do mérito de todas as instituições em causa, salientar todas, com as suas diferenças, com o seu percurso diferente, no mesmo voto, não é a melhor forma de o fazer, não fazendo referência nem à sua origem, nem ao seu percurso, e não distinguindo os percursos que são efetivamente diferentes, as diversas valências que são diferentes.

Aliás, tivemos oportunidade de o referir, aquando da admissibilidade deste voto, que não nos parece ser a melhor forma de tratar este assunto, não tendo, naturalmente, nada contra nenhuma das instituições, em particular.



Muito obrigado.

**Presidente:** Muito obrigado Senhor Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

Não havendo, vamos passar à votação deste Voto de Congratulação.

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

A Senhora e os Senhores Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

A Senhora e os Senhores Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

**Secretário:** O Voto de Congratulação apresentado foi aprovado com 25 votos a favor do PS, 21 do PSD, 3 do CDS, 2 do PPM, 1 CH, 1 do PAN, 1 Deputado Independente, 2 votos de abstenção do BE e 1 da Iniciativa Liberal.

**Presidente:** O próximo Voto de Congratulação é o Sport Clube PRAIENSE. É apresentado pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista. Para a sua apresentação dou a palavra ao Senhor Deputado Berto Messias.

**Deputado Berto Messias (PS):** Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhor Vice-Presidente, Senhoras e Senhores Membros dos Governo:

## **VOTO DE CONGRATULAÇÃO 75 ANOS DO SPORT CLUBE PRAIENSE**

No passado dia 14 de novembro o SPORT CLUBE PRAIENSE assinalou 75 anos de vida.

Corria o ano de 1947 e a então Vila da Praia da Vitória não tinha qualquer coletividade desportiva, uma vez que já haviam encerrado os três Clubes anteriormente existentes: o Santa Cruz Sport Club, o Futebol Club 11 de Agosto - conhecido como “O Rasga” - e o União Operária PRAIENSE. Como a prática Associativa do Futebol estava em grande expansão em Angra do

Heroísmo, a juventude da Praia sentia a frustração de não poder desenvolver de forma institucional a sua modalidade predileta. Neste contexto, um grupo de jovens, que se reunia habitualmente no chamado “Clube dos Caixões”, contagiado pelo proprietário do estabelecimento, Sr. Francisco Carvalho, juntou poupanças e encomendou, no continente, um lote de camisolas vermelhas. Entretanto, surgiram desavenças dentro do grupo, o que levou ao surgimento de dois clubes.

Uns ficaram com as originais camisolas vermelhas - daí persistir a designação de “Vermelhos” em relação ao Sport Clube Praiense - e os outros passaram a ser “Os Brancos” por terem, posteriormente, adquirido camisolas brancas, vindo a ser formalizados como União Desportiva Praiense e que durante longas décadas protagonizaram uma intensa rivalidade.

O Sport Clube Praiense foi fundado a 14 de novembro de 1947, com sede provisória no rés-do-chão de um prédio da Rua Comendador José Carvalho. Porém, só no Diário do Governo de 11 de julho de 1949, foi publicado o Despacho que aprova os Estatutos do Clube.

O Clube organizou-se, realizou eleições e foi eleito como primeiro Presidente do Sport Clube Praiense Diogo Meneses Ávila, sendo o Presidente da Assembleia Geral Leal Pacheco.

Uma semana depois da eleição, a 11 de agosto de 1949, o Presidente da Direção solicitava à Associação de Futebol de Angra do Heroísmo a filiação do Clube, o que veio a ser logo aprovado no dia 17 de agosto, estreando – se assim a primeira equipa de futebol do Sport Clube Praiense logo na época de 1949/50.

O percurso competitivo do clube é longo, com momentos relevantes que marcam a vida desta coletividade.

É possível dizer que durante a década de 60, o Praiense assume a liderança do futebol Terceirense e Açoriano, em conjunto com o Lusitânia, atingindo uma hegemonia absoluta no princípio da década de 70, quando durante três anos venceu oito provas da Associação de Futebol de Angra. Ao mesmo tempo,

venceu todas as provas a nível açoriano, no triénio de 1970, 1971 e 1972, o que lhe valeu a denominação de Bi-Campeão e de Tri-Campeão Açoriano. Foi o período de Ouro do Sport Clube Praiense.

Momento relevante da vida desta coletividade foi a inauguração da sede do Clube em 1984, no centro da Praia da Vitória, na Ladeira de São Francisco, onde até hoje está instalada a sede do Clube, onde, desde a sua inauguração, sempre se verificou uma forte dinâmica, promovendo-se variadíssimos eventos de âmbito social, cultural e desportivo de várias instituições e associações do Concelho da Praia da Vitória.

O percurso desta instituição nas competições locais e regionais de futebol é longo e permanente, quer ao nível do futebol sénior, quer ao nível do futebol de formação, ao longo das últimas décadas, com uma participação ininterrupta nos Campeonatos Organizados pela Federação Portuguesa, desde 1985.

Mais recentemente destacam-se a participação na primeira prova do Campeonato Nacional Sénior, na época de 2013/14, cinco participações no Campeonato Nacional da 2ª Divisão, e as restantes no Campeonato Nacional da 3ª Divisão, militando o Praiense há vários anos no Campeonato de Portugal.

Em 2008 e 2013 o Praiense conquistou os seus Títulos mais representativos, como Campeão Nacional da III Divisão.

Além da participação nos Campeonatos dos escalões em que está inserido, é de referir também a participação deste clube na Taça de Portugal, destacando-se dois confrontos com clubes de topo do futebol nacional, na época 2016-2017 onde defrontou o Sporting Clube de Portugal na quarta ronda da competição e na época 2018-2019 onde, também na quarta ronda, defrontou o Sporting de Braga, estando muito perto de empatar o jogo, sofrendo o 2-1 aos 89 minutos de jogo.

Além dos feitos desportivos no futebol sénior, é importante realçar o trabalho nos escalões de formação desta instituição, por onde passaram milhares de

crianças e jovens praienses, onde se formaram como jovens atletas, mas sobretudo como cidadãos.

Atualmente, o clube tem em funcionamento todos os escalões de formação, desde os petizes e traquinas, até aos Juniores A, tendo nos escalões de sub-11 e sub-13 protocolo de cooperação com as Escolas de Formação do Sport Lisboa e Benfica.

De realçar ainda, uma vertente menos conhecida, é o facto de outras modalidades que não o futebol terem feito parte da história do Praiense, nomeadamente o Basquetebol, onde conquistou três títulos de Campeão Distrital, o Voleibol, o Futsal, o Andebol, a Natação, o Ciclismo e o Atletismo, todas elas extintas nos dias de hoje, mas que envolveram também muitas e muitos cidadãos na prática desportiva e no crescimento da dinâmica social desta instituição.

Nos 75 anos desta representativa instituição do Concelho da Praia da Vitória, impõe-se um agradecimento a todos os que contribuíram com o seu esforço e trabalho, nas mais variadas vertentes, para o sucesso desta coletividade e a afirmação de uma esperança renovada para manter o Praiense vivo e ativo no futuro.

Assim, ao abrigo das disposições estatutárias e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista propõe um voto de congratulação pelos 75 anos do Sport Clube Praiense.

Deste voto deve ser dado conhecimento aos órgãos sociais desta instituição, à Assembleia Municipal e Câmara Municipal da Praia da Vitória e à Associação de Futebol de Angra do Heroísmo.

Horta, Sala das Sessões, 14 de dezembro de 2022

**Os Deputados:** Vasco Cordeiro, Andreia Cardoso, Sandra Dias Faria, Berto Messias, Carlos Silva, Tiago Lopes, Francisco Coelho e Rodolfo Franca

**Deputado Paulo Estevão (PPM):** Muito bem! Viva o Praiense!

**Presidente:** Muito obrigado, Senhor Deputado.

Está apresentado o voto.

Estão abertas as inscrições. Senhor Deputado Paulo Gomes, faça um favor. Tem a palavra.

(\*) **Deputado Paulo Gomes (PSD)**: Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhor Vice-Presidente, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do PSD associa-se ao voto apresentado pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista.

Informamos que, amanhã, apresentaremos um voto de igual teor e aproveitamento também para congratular e enviar um abraço...

**Deputado Pedro Neves (PAN)**: Era escusado. Isso é um *déjà vu*, Sr. Deputado.

**Vice-Presidente do Governo (Artur Lima)**: Mas o senhor agora é que vai mandar nas iniciativas dos outros Deputados?!

**O Orador**: O Senhor Pedro Neves podia propor isso.

**Deputado Pedro Neves (PAN)**: Não é o Sr. Vice-Presidente que me vai calar!

**Vice-Presidente do Governo (Artur Lima)**: Mas posso dar a minha opinião!

**Deputado Pedro Neves (PAN)**: Que me é completamente irrelevante!

**Presidente**: Faz favor, Senhor Deputado. Não entrem em diálogo.

**O Orador**: Exatamente! Acho que sim.

**Presidente**: Faz favor. Senhor Deputado Paulo Gomes, tem a palavra.

**O Orador**: Como estava a dizer, apresentaremos amanhã um voto de igual teor e aproveitamento para cumprimentar todos os adeptos, sócios e dirigentes do Sport Clube Praisense, uma magnífica instituição da ilha Terceira e dos Açores.

Obrigado.

**Vice-Presidente do Governo Regional (Artur Lima)**: Muito bem!

**Presidente**: Muito obrigado Senhor Deputado.

Tem a palavra, Senhor Deputado Paulo Estêvão.

(\*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM)**: Senhor Presidente, Senhores Deputados, Senhor Vice-Presidente e Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do PPM faz questão de se associar a este Voto de Congratulação do Praiense, pelos 75 anos.

Eu tenho uma grande simpatia por este clube. Um dos meus filhos jogou no Praiense. É uma grande escola de formação de atletas e de homens e por isso, da minha parte, eu quero endereçar os parabéns ao clube e a dar um forte abraço a todos os dirigentes, atletas que ao longo de todos estes anos trabalharam para que o Praiense fosse o que é hoje, um clube de referência nos Açores e no conjunto do país.

**Vice-Presidente do Governo** (*Artur Lima*) e **Secretário Regional da Saúde e Desporto** (*Clélio Meneses*): Muito bem!

**Presidente:** Muito obrigado, Senhor Deputado.

Tem a palavra o Senhor Deputado Pedro Pinto.

(\*) **Deputado Pedro Pinto** (*CDS-PP*): Muito obrigado, Senhor Presidente.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhor Vice-Presidente do Governo, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

O CDS associa-se a este Voto de Congratulação pelos 75 anos de vida do Sport Clube Praiense e de uma atividade profícua, na Praia da Vitória, na ilha Terceira.

Um clube que dinamiza muito as camadas jovens, um grande clube de formação de novos talentos e isso é reconhecido pelo facto de haver uma associação entre este clube e o Benfica, ao nível das escolas de formação.

Portanto, está de parabéns o clube, estão de parabéns todas as pessoas que ao longo destes 75 anos lutaram para manter este clube vivo, manter este clube de portas abertas, este clube ao serviço da sociedade e da formação das camadas mais jovens.

Muito obrigado.

**Presidente:** Muito obrigado, Senhor Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

Não havendo, vamos então votar.

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

**Secretário:** O Voto de Congratulação apresentado foi aprovado por unanimidade.

**Presidente:** O próximo Voto de Congratulação é apresentado pelo PAN. Tem a palavra o Senhor Deputado Pedro Neves para a sua apresentação.

**Deputado Pedro Neves (PAN):** Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhor Vice, Senhores Membros do Governo:

### **Voto de Congratulação pela Candidatura dos Açores a *Whale Heritage Site***

Os *Whale Heritage Sites* são compostos por uma rede global de lugares onde as comunidades locais possuem uma ligação cultural aos cetáceos, respeitam e protegem o seu *habitat*.

O programa *Whale Heritage Site* é uma iniciativa da Aliança Mundial de Cetáceos que pretende distinguir, através da certificação, a excelência dos lugares que reconhecem a importância dos cetáceos em geral, como as baleias, golfinhos, orcas e seus habitats.

Os locais são classificados por aquela entidade com critérios que consistem na existência de uma consciência colectiva de cariz protecionista para a defesa dos cetáceos e seus ecossistemas. Este sentimento de respeito, de pertença e de celebração de um factor de identidade local/regional é fundamental para a sua manutenção e conservação. Os locais de passagem, presença e avistamento dos cetáceos são compostos por áreas marinhas específicas. É com base nesta coexistência entre os seres marinhos e comunidades costeiras que resulta no processo de construção identitária dinâmica e de transmissão geracional.

Outro fator é a importância do desenvolvimento de mecanismos que promovam essa coexistência harmoniosa entre comunidade e seres aquáticos,

apoiando e promovendo a sustentabilidade económica e ambiental, através da literacia oceânica, de manifestações culturais espontâneas, muito próprias do património imaterial, como a produção de símbolos ou, ainda, da cidadania ativa no âmbito das políticas públicas azuis.

É incontestável não só o merecido respeito pela sua dignidade, enquanto animal, relembrando a importância dos cetáceos no combate à acidificação dos oceanos, tendo neles um precioso aliado a salvaguardar através do aumento das áreas marinhas protegidas e proibição de atividades que colidam com o seu bem-estar, como a mineração dos fundos marinhos e a proliferação de lixo marinho. Aliar a proteção animal à ambiental irá permitir-nos alcançar metas definidas na Conferência dos Oceanos, reforçar o objetivo de região sustentável e assumir a posição de guardião dos oceanos.

Importa aprofundar a importância destes animais na definição da identidade cultural açoriana. É transversal a todas as ilhas dos Açores o registo do período em que ocorria a caça à baleia de modo artesanal - prática interrompida com a entrada de Portugal na Comunidade Económica Europeia e posteriormente, através da Moratória da Comissão Baleeira Internacional.

O último cachalote foi caçado na ilha do Pico em 1987.

O fim da caça à baleia acabou por impulsionar a reconversão do sector nos seus variados domínios materiais e imateriais.

O património industrial foi, gradualmente, transformado em local de memória coletiva e de valor turístico e didático agregado, como são exemplos os atuais Museus da Indústria da Baleia no Pico e da Fábrica da Baleia nas flores e em Porto Pim. Procedeu-se à conservação e restauro dos botes baleeiros, dando-lhe um novo uso em atividades lúdicas marítimas e muitos dos postos de vigia são utilizados para auxiliar as atividades marítimo-turísticas na observação de cetáceos.

Nos Açores, os cetáceos não estão apenas no mar, eles entraram terra adentro e marcaram lugar na linguagem da arquitetura, como nas famosas torres



baleeiras ou traçado dos vãos que lembram os navios onde vários açorianos embarcaram para trabalhar no sector.

Os cetáceos, nos Açores, não estão limitados ao mundo marinho distante, além de animais, são símbolos e fazem parte da “linguagem do Mar” do dia a dia dos açorianos.

A presença de cetáceos no “Mar dos Açores” resulta das suas características naturais, como são as grandes profundidades junto às orlas costeiras, facilitando a as visitas destas espécies. Entre espécies residentes e migratórias, comuns ou raras, aqui nadam cerca de 30, aproximadamente um terço das espécies existentes, entre elas os três maiores animais do planeta: a baleia comum, a baleia sardineira e a baleia azul.

Os Açores são um *hot-spot* mundial para observação de cetáceos, um verdadeiro santuário, um local de acolhimento e reprodução, parte de um ecossistema oceânico dinâmico. Para manter esse privilégio precisamos de mais investimento, de mais vontade, passando pelo apoio à Comissão de Pilotagem da Candidatura dos Açores a *Whale Heritage Site*.

Assim, ao abrigo das disposições regimentais e estatutárias aplicáveis, a Representação Parlamentar do PAN propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, que aprove o Voto de Congratulação pela Candidatura dos Açores a *Whale Heritage Site*.

Agradecemos que este voto seja endereçado à Comissão de Pilotagem da Candidatura dos Açores a *Whale Heritage Site*, ao Grupo de Biodiversidade dos Açores, à Ocean Azores Foundation.

Obrigado.

Horta, 14 de dezembro de 2022

**O Deputado:** Pedro Neves

**Presidente:** Obrigado, Senhor Deputado.

Está apresentado o voto.

Estão abertas as inscrições. Pergunto se há inscrições?

Senhora Deputada Joana Pombo Tavares, faça favor. Tem a palavra.

(\*) **Deputada Joana Pombo Tavares (PS):** Obrigada.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhores Membros do Governo, Senhor Vice-Presidente:

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista associa-se ao voto apresentado pelo PAN, uma vez que os Açores, desde o século XVIII, tem uma relação intrínseca com estes animais, com os cetáceos, principalmente com as baleias, desde que os primeiros baleeiros, aqui, se aventuraram nas águas dos Açores para caçar as primeiras baleias.

Os baleeiros eram conhecidos como os iluminadores do mundo, porque através da gordura que derretiam dos animais, iluminavam todo o mundo e todas as pessoas.

Com a assinatura da Convenção sobre a Vida Selvagem e os Habitats Naturais da Europa, em 1986, passou a ser proibida esta captura, de todas as espécies de mamíferos marinhos, em águas portuguesas.

Em 93 nasce a primeira empresa de observação de baleias nas Lajes do Pico, alterando completamente a forma como passamos a ver estes animais.

Os Açores são considerados um dos melhores destinos do mundo para observação de cetáceos, quer no mar alto, quer pela tipologia dos nossos fundos, onde é possível ver pertinho das nossas costas. Estão identificados entre 28 a 30 espécies, das 81 registadas em todo o mundo.

Estes animais escolhem os nossos mares, que nos rodeiam, para alimentação e para reprodução e fazem as delícias de quem os observam, desde os golfinhos comuns, às orcas que cada vez mais escolhem as nossas águas, para não falar do magnífico cachalote. No entanto, torna-se importante que estes animais sejam respeitados e protegidos.

O *Whale Heritage Site*, estão a tornar um padrão de ouro, para destinos responsáveis de observação de baleias em todo o mundo, tornando-se lugares onde as pessoas respeitam, celebram e protegem os oceanos e os seus habitats, agora e no futuro.

A candidatura ao *Heritage Site* contribuirá para uma observação de baleias e golfinhos de forma responsável, reconhecendo que os Açores respeitam, celebram e protegem os cetáceos, dando oportunidade às pessoas de usufruírem deste majestosos animais no seu meio natural, mas sabendo que os impactos negativos dos animais estão a ser minimizados e atenuados.

Obrigada.

**Presidente:** Muito obrigado, Senhora Deputada.

Tem a palavra o Senhor Deputado Carlos Freitas. Faça favor.

(\*) **Deputado Carlos Freitas (PSD):** Muito obrigado.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhor Vice-Presidente, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

Sem dúvida que a caça à baleia foi uma atividade de enorme importância cultural e económica, que permanece até hoje enraizada nas comunidades.

Nos Açores, em concreto, devido à sua localização no meio do Oceano Atlântico, a baleação deixou um importante legado que merece continuar a ser conservado com o mínimo de impacto possível, promovendo a sustentabilidade ambiental.

Gostava também de referir, como diz aqui no voto, que último cachalote foi caçado na ilha do Pico, em 1987.

Felizmente, houve interesse em preservar o património baleeiro, além de ser uma abordagem mais conservacionista, esta atividade permitiu o retorno económico da observação de animais que outrora foram alvo de captura. E é com naturalidade que o Grupo Parlamentar do PSD associa-se a este Voto de Congratulação por tudo aquilo que ele representa.

Muito obrigado.

**Presidente:** Muito obrigado Senhor Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

(Pausa)

Não havendo, vamos colocar à votação este Voto de Congratulação.

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

**Secretário:** O Voto de Congratulação apresentado foi aprovado por unanimidade.

**Presidente:** O próximo Voto de Congratulação é apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD, pelos 75 Anos da Sociedade Progresso Lajense.

Para a sua apresentação tem a palavra o Sr. Deputado Luís Soares.

**Deputado Luís Soares (PSD):** Senhor Presidente da Assembleia, Senhoras e Senhores Deputados, Senhor Vice-Presidente do Governo, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

Fruto da irreverência, ousadia e conflito intergeracional, a 30 de junho de 1947, era fundada a Sociedade Progresso Lajense, conhecida como a Sociedade Nova, na Vila das Lajes. Desde a sua fundação e ao longo destes 75 anos de existência, tem pautado a sua missão de facultar à população lajense entretenimento, convívio e bem-estar, através da promoção sociocultural, lúdica e recreativa e da dinamização musical.

Quatro anos após a sua fundação, em 1951, a Sociedade Progresso Lajense via nascer a sua primeira sede social, através da boa ação dos seus associados, que tornaram possível um projeto ambicioso, com salão de espetáculos e de cinema, bar e sala de ensaios. Trinta anos depois, era adquirido um novo espaço, que ainda é hoje a sede da Sociedade Progresso Lajense, com todas as infraestruturas necessárias para o desenvolvimento dos cinco elementos fundamentais de dinamização deste grémio: a filarmónica, o teatro, o cinema, os bailes e os jogos.

A Banda Filarmónica da Sociedade Progresso Lajense, composta por 45 elementos e regida pelo maestro José Sousa, tem abrilhantado as festividades e principais efemérides da Vila das Lajes, das quais se destacam as festas populares em honra de São Miguel Arcanjo e as celebrações em honra do

Divino Espírito Santo. Também tem participado em festas populares de outras localidades e ainda nos grandes palcos da ilha Terceira, mormente nas Festas Sanjoaninas e nas Festas da Praia. Conta, ainda, com digressões às ilhas de São Miguel, São Jorge, Graciosa, Pico e Flores, ao Algarve, onde participou no XXII Festival de Bandas Filarmónicas de Lagos e ainda aos Estados Unidos da América, onde representou os Açores nas “Grandes Festas do Divino Espírito Santo de Fall River”.

Esta Banda Filarmónica, a primeira filiada na Delegação da Ilha Terceira da agora Federação de Bandas dos Açores, é composta por um conjunto de músicos maioritariamente jovem que, fruto do excelente trabalho desenvolvido pelas escolas de música, tem despertado vários talentos, que também integraram a “Banda Lira Açoriana” e integram a Orquestra AngraJazz e a Orquestra Ligeira dos Biscoitos.

O teatro foi um baluarte erigido por esta Sociedade, particularmente entre os anos de 1960 a 1980, onde se destacaram os espetáculos de drama, comédia e atos de variedade, com a devida preparação técnica de elementos do grupo que, sem qualquer tipo de formação, deram asas à imaginação e ao conhecimento. Na mesma altura, com a aquisição de uma máquina de projeção, o cinema foi uma irreverência nova e aprazível da Sociedade Progresso Lajense, que permitia reunir, semanalmente, centenas de pessoas para assistir aos filmes e conviver.

A Sociedade Progresso Lajense tem representado o Ramo Grande, através das suas Danças de Espada, Danças de Pandeiro e Bailinhos, que percorrem os palcos de toda a ilha pelo Carnaval, tendo também estendido as suas atuações a outras ilhas dos Açores, Continente e Estados Unidos da América.

A Sociedade Progresso Lajense tem sido responsável pela organização e dinamização de bailes, jantares e festas, dos quais se destacam a “Matança Regional”, o Carnaval, o São Valentim, o São Martinho e o “Reveillon”.

A Sociedade Progresso Lajense também organiza, ao longo do ano, vários torneios de jogos de salão, tendo já contado com um equipa de ténis de mesa, embora atualmente seja, acima de tudo, um espaço de convívio e de encontro das pessoas mais idosas.

Nascida do entusiasmo, vontade e ambição dos seus associados fundadores, fruto do empenho dos seus órgãos sociais de antes, de agora e dos que há de vir, a Sociedade Progresso Lajense é um lugar onde se estabelecem laços pessoais e sociais que perduram gerações, traçam futuros e marcam vidas.

Assim, nos termos estatutários e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do PSD/Açores, propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, reunida em sessão plenária no mês de dezembro de 2022, a aprovação de um voto de congratulação pelos setenta e cinco anos da Sociedade Progresso Lajense.

Deste voto, deverá ser dado conhecimento aos órgãos sociais da Sociedade Progresso Lajense, à Câmara Municipal e Assembleia Municipal da Praia da Vitória e à Junta de Freguesia e Assembleia de Freguesia da Vila das Lajes.

Horta, Sala das Sessões, 14 de dezembro de 2022.

**Os Deputados Regionais,** João Bruto da Costa, António Vasco Viveiros, Paulo Gomes, Luís Soares, Jaime Vieira, Marco Costa e Elisa Sousa

**Presidente:** Muito obrigad,o Senhor Deputado.

Está apresentado o voto. Pergunto se há mais inscrições?

Senhor Deputado Pedro Pinto, faça favor. Tem a palavra.

(\*) **Deputado Pedro Pinto (CDS-PP):** Muito obrigado, Senhor Presidente.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhor Vice-Presidente do Governo, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do CDS-PP associa-se a este voto pela celebração dos 75 anos desta importante instituição da Praia da Vitória, nomeadamente da Vila das Lajes.

Estão de parabéns todas as pessoas que, ao longo desta história, mantiveram viva esta associação.

Muito obrigado.

**Presidente:** Obrigado, Senhor Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

*(Pausa)*

Não havendo, vamos passar à votação deste Voto de Congratulação.

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

**Secretário:** O Voto de Congratulação apresentado foi aprovado por unanimidade.

**Presidente:** O próximo Voto de Congratulação é apresentado pelo Partido Socialista à Escola Básica e Secundária das Velas.

Tem a palavra para a sua apresentação a Senhora Deputada Isabel Teixeira.

**Deputada Maria Isabel Teixeira (PS):** Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhor Vice-Presidente, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

## VOTO DE CONGRATULAÇÃO

### À ESCOLA BÁSICA E SECUNDÁRIA DA CALHETA – PELA COMEMORAÇÃO DO SEU 50º ANIVERSÁRIO

A Escola Básica e Secundária da Calheta celebrou 50 anos de educação e formação, no passado dia 10 de novembro.

Até à década de 70 do século XX, em São Jorge, apenas se oferecia o ensino primário, pelo que os alunos que pretendiam prosseguir estudos ou saíam da

ilha ou frequentavam o ensino particular e explicações, deslocando-se posteriormente ao Faial ou à Terceira para realizarem os exames.

No ano de 1972, a situação do ensino no concelho da Calheta altera-se, pela mão de Fernando Tristão da Cunha, farmacêutico da vila, que inicia contactos com as entidades ligadas ao ensino da vizinha ilha Terceira, com o intuito de criar uma *Escola Preparatória do Ensino Secundário* naquela vila. Estes contactos deram frutos, uma vez que se iniciou nessa altura, as diligências necessárias para oficializar o pedido ao governo de Lisboa.

Para tal foi necessário arranjar um local para se iniciar a lecionação das aulas, tendo o presidente da Câmara Municipal da Calheta naquela época, Domingos Cunha, providenciado, a pedido de Fernando Tristão da Cunha, o edifício dos Paços do Concelho, para a instalação das salas de aula, até que se encontrasse uma solução.

Com espaço e autorização do governo para que se pudesse lecionar as aulas, foi necessário convencer os pais das freguesias do concelho da Calheta, a matricularem os seus filhos, tendo neste processo sido fulcral a colaboração do então professor do ensino primário e, natural da freguesia da Ribeira Seca, Luís Nemésio Serpa.

A 28 de setembro de 1972 é oficializada a criação da Escola Preparatória do Padre Manuel Azevedo da Cunha. As aulas têm início a 10 de novembro do mesmo ano, no edifício da Câmara Municipal da Calheta com apenas três salas. Nessa altura, a escola contava com um total de 45 alunos, 2 turmas do 1º ano e uma do 2º ano do ciclo preparatório, com 10 professores, dois funcionários de secretária, dois contínuos e um servente.

Por nomeação do governo civil, Fernando Tristão da Cunha foi diretor da escola até 1975.

Atualmente, a Escola Básica e Secundária da Calheta conta com um total de 298 alunos, 65 professores e 41 pessoal não docente. As novas instalações foram inauguradas a 7 de junho de 2019, com capacidade para receber 550 alunos, equipadas com um ginnodesportivo, com uma área de construção



superior a 13 mil metros quadrados. Conta também com diversos espaços, designadamente laboratórios de ciência da natureza, informática, física/química e biologia, salas de música e de educação tecnológica e artística, uma biblioteca/mediateca e um auditório com mais de 150 lugares, para além de espaços de convívio, cozinha e refeitório.

O papel da escola é socializar o conhecimento sendo seu dever atuar na formação moral dos alunos, é essa soma de esforço que promove o pleno desenvolvimento do indivíduo como cidadão. A escola é o lugar onde a criança deverá encontrar os meios de se preparar para realizar seus projetos de vida, a qualidade de ensino é, portanto, condição necessária tanto na sua formação intelectual quanto moral, sem formação de qualidade a criança poderá ver seus projetos frustrados no futuro.

**Por tudo isto, e pela reconhecida importância económica, social, cultural, educativa e na formação integral das crianças e jovens no concelho da Calheta, na ilha de São Jorge e nos Açores, vem o Grupo Parlamentar do Partido Socialista – Açores, apresentar um Voto de Congratulação pelos 50 anos da Escola Básica e Secundária da Calheta.**

**Deve ser dado conhecimento do mesmo à Escola Básica e Secundária da Calheta, nomeadamente aos seus órgãos de administração e gestão, Associação de Pais e de Alunos, à Câmara Municipal, Assembleia Municipal da Calheta e ao Conselho de Ilha.**

Horta, Sala das Sessões, 14 de dezembro de 2022

**Os Deputados:** Maria Isabel Teixeira, Vasco Cordeiro, Andreia Cardoso, Sandra Faria e Carlos Silva

**Vozes de alguns Deputados da bancada do PS:** Muito bem! Muito bem!

**Presidente:** Muito obrigado, Senhora Deputada.

Está apresentado o voto. Pergunto se há inscrições?

Senhor Deputado Jorge Paiva, faça favor. Tem a palavra.

(\*) **Deputado Jorge Paiva (CDS-PP):** Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhor Vice-Presidente, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar, naturalmente, associa-se ao voto aqui apresentado pela Deputada Isabel Teixeira e também amanhã apresentará um voto pelos 50 anos do ensino público em São Jorge, nomeadamente na Escola Básica e Secundária das Velas e na Escola Básica e Secundária da Calheta.

Obrigado.

**Presidente:** Obrigado, Senhor Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

*(Pausa).*

Não havendo, vamos passar à votação deste Voto de Congratulação.

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

**Secretário:** O Voto de Congratulação apresentado foi aprovado por unanimidade.

**Presidente:** O próximo Voto de Congratulação, pelos 50 anos de ensino público no concelho de Velas. É apresentado pelo PSD. Tem a palavra o Senhor Deputado Paulo Silveira para a sua apresentação.

**Deputado Paulo Silveira (PSD):** Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhor Vice-Presidente, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

## VOTO DE CONGRATULAÇÃO

**Pelos 50 anos do alargamento do ensino público no Concelho de Velas**

A Escola Básica e Secundária das Velas, assinalou no passado dia 8 de dezembro, os 50 anos do ensino Público no Concelho de Velas.

Uma data que assinala mais de 50 anos de uma história de resiliência, de compromisso e de sentido de comunidade em prol do acesso à educação nas Velas e em São Jorge.

Através da Portaria n.º 562/72 de 28 de setembro de 1972, era criada a Escola Preparatória do Infante D. Henrique, para o ensino misto, nas Velas, ilha de São Jorge, considerando mostrar-se vantajoso e possível a criação de mais estabelecimentos de ensino público.

Criada no antigo Externato Cunha da Silveira, a Escola Preparatória veio alterar o panorama político, social e cultural das Velas, tendo contado com uma forte adesão da comunidade educativa desde o seu início, apesar da fragilidade das condições físicas, que foram sendo adaptadas às necessidades educativas.

Posteriormente, a então Escola Preparatória alargou a sua intervenção, não só ao ensino básico, mas também ao ensino secundário no ano de 1994. Tal possibilitou a que muitos jovens jorgenses não tivessem que sair da sua ilha em tenra idade para prosseguir os estudos, assim como permitiu o acesso ao ensino secundário a tantos outros jovens jorgenses que não tinham condições financeiras para prosseguir o seu projeto educativo noutra ilha.

Por essa altura, é de destacar a boa e valorosa ação da Câmara Municipal das Velas e do então edil António José Bettencourt Silveira, que instalou pavilhões escolares para permitir mais espaços para aulas, assim como disponibilizou alojamento gratuito aos docentes deslocados em São Jorge, o que se revelou atrativo para quem lecionava na Escola Básica e Secundária das Velas.

Em 2015, a Escola Básica e Secundária das Velas viu ser inaugurado o seu novo edifício, adequado às exigências de ensino atuais, às metas a atingir e às novas tecnologias, procurando sempre a missão de uma educação acessível e de qualidade aos jorgenses.

Hoje, assim como ao longo destes 50 anos, a Escola Básica e Secundária das Velas tem como missão assegurar uma educação assente em 4 pilares: o saber-ser, o saber-estar, o saber-fazer e o saber-partilhar, sendo fundamental a união e o propósito comum para o projeto educativo dos alunos que aí se encontram, assim como para os educadores e a comunidade em geral.

A história inacabada e em constante progresso da EBS das Velas contou, conta e contará com o empenho abnegado de toda a sua comunidade escolar: alunos, docentes, não-docentes, encarregados de educação.

A estes, que são a peça-fundamental da infraestrutura escolar, importa honrar e valorizar, assim como assegurar a sua sempre capaz e eficiente missão de educar.

Assim, nos termos estatutários e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do PSD/Açores, propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, reunida em sessão plenária no mês de dezembro de 2022, a aprovação de um voto de congratulação pelos cinquenta anos do alargamento do ensino público no concelho das Velas, protagonizado pela Escola Básica e Secundária das Velas.

Deste voto, deverá ser dado conhecimento ao Conselho Executivo da Escola Básica e Secundária das Velas, à Direção Regional da Educação, assim como à Câmara Municipal e Assembleia Municipal das Velas.

Horta, Sala das Sessões, 14 de dezembro de 2022.

**Os Deputados Regionais**, João Bruto da Costa, Paulo Gomes, Jaime Vieira, Paulo Silveira, Marco Costa e Elisa Sousa

**Presidente:** Obrigado, Senhor Deputado.

Está apresentado o voto. Pergunto se há inscrições?

*(Pausa).*

Não havendo, vamos passar à votação deste Voto de Congratulação.

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

**Secretário:** O Voto de Congratulação apresentado foi aprovado por unanimidade.

**Presidente:** O próximo Voto de Congratulação é à Escola Básica e Secundária da Calheta. É apresentado pelo Partido Socialista.

Para a sua apresentação tem a palavra a Senhora Deputada Isabel Teixeira.

**Deputada Maria Isabel Teixeira (PS):** Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhor Vice-Presidente, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

## VOTO DE CONGRATULAÇÃO

### À ESCOLA BÁSICA E SECUNDÁRIA DA CALHETA – PELA COMEMORAÇÃO DO SEU 50º ANIVERSÁRIO

A Escola Básica e Secundária da Calheta celebrou 50 anos de educação e formação, no passado dia 10 de novembro.

Até à década de 70 do século XX, em São Jorge, apenas se oferecia o ensino primário, pelo que os alunos que pretendiam prosseguir estudos ou saíam da ilha ou frequentavam o ensino particular e explicações, deslocando-se posteriormente ao Faial ou à Terceira para realizarem os exames.

No ano de 1972, a situação do ensino no concelho da Calheta altera-se, pela mão de Fernando Tristão da Cunha, farmacêutico da vila, que inicia contactos com as entidades ligadas ao ensino da vizinha ilha Terceira, com o intuito de criar uma *Escola Preparatória do Ensino Secundário* naquela vila. Estes contactos deram frutos, uma vez que se iniciou nessa altura, as diligências necessárias para oficializar o pedido ao governo de Lisboa.

Para tal foi necessário arranjar um local para se iniciar a lecionação das aulas, tendo o presidente da Câmara Municipal da Calheta naquela época,

Domingos Cunha, providenciado, a pedido de Fernando Tristão da Cunha, o edifício dos Paços do Concelho, para a instalação das salas de aula, até que se encontrasse uma solução.

Com espaço e autorização do governo para que se pudesse lecionar as aulas, foi necessário convencer os pais das freguesias do concelho da Calheta, a matricularem os seus filhos, tendo neste processo sido fulcral a colaboração do então professor do ensino primário e, natural da freguesia da Ribeira Seca, Luís Nemésio Serpa.

A 28 de setembro de 1972 é oficializada a criação da Escola Preparatória do Padre Manuel Azevedo da Cunha. As aulas têm início a 10 de novembro do mesmo ano, no edifício da Câmara Municipal da Calheta com apenas três salas. Nessa altura, a escola contava com um total de 45 alunos, 2 turmas do 1º ano e uma do 2º ano do ciclo preparatório, com 10 professores, dois funcionários de secretária, dois contínuos e um servente.

Por nomeação do governo civil, Fernando Tristão da Cunha foi diretor da escola até 1975.

Atualmente, a Escola Básica e Secundária da Calheta conta com um total de 298 alunos, 65 professores e 41 pessoal não docente. As novas instalações foram inauguradas a 7 de junho de 2019, com capacidade para receber 550 alunos, equipadas com um ginnodesportivo, com uma área de construção superior a 13 mil metros quadrados. Conta também com diversos espaços, designadamente laboratórios de ciência da natureza, informática, física/química e biologia, salas de música e de educação tecnológica e artística, uma biblioteca/mediateca e um auditório com mais de 150 lugares, para além de espaços de convívio, cozinha e refeitório.

O papel da escola é socializar o conhecimento sendo seu dever atuar na formação moral dos alunos, é essa soma de esforço que promove o pleno desenvolvimento do indivíduo como cidadão. A escola é o lugar onde a criança deverá encontrar os meios de se preparar para realizar seus projetos de vida, a qualidade de ensino é, portanto, condição necessária tanto na sua

formação intelectual quanto moral, sem formação de qualidade a criança poderá ver seus projetos frustrados no futuro.

**Por tudo isto, e pela reconhecida importância económica, social, cultural, educativa e na formação integral das crianças e jovens no concelho da Calheta, na ilha de São Jorge e nos Açores, vem o Grupo Parlamentar do Partido Socialista – Açores, apresentar um Voto de Congratulação pelos 50 anos da Escola Básica e Secundária da Calheta.**

**Deve ser dado conhecimento do mesmo à Escola Básica e Secundária da Calheta, nomeadamente aos seus órgãos de administração e gestão, Associação de Pais e de Alunos, à Câmara Municipal, Assembleia Municipal da Calheta e ao Conselho de Ilha.**

Horta, Sala das Sessões, 14 de dezembro de 2022

**Os Deputados:** Maria Isabel Teixeira, Vasco Cordeiro, Andreia Cardoso, Sandra Dias Faria e Carlos Silva

**Presidente:** Obrigado, Senhora Deputada.

Está apresentado o voto. Pergunto se há inscrições?

*(Pausa).*

Creio que não existem. Vamos passar à votação deste Voto de Congratulação. As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

**Secretário:** O Voto de Congratulação apresentado foi aprovado por unanimidade.

**Presidente:** O próximo Voto de Congratulação, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD, é pelos 50 anos de ensino público no Concelho da Calheta. É apresentado pelo Senhor Deputado Paulo Silveira. Faz favor, Senhor Deputado.

**Deputado Paulo Silveira (PSD):** Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhor Vice-Presidente, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

### **VOTO DE CONGRATULAÇÃO**

#### **Pelos 50 anos do alargamento do ensino público no Concelho da Calheta**

A Escola Básica e Secundária da Calheta, assinalou no passado dia 10 de novembro, os 50 anos do ensino Público no Concelho da Calheta.

Até ao início da década de 1970, no concelho da Calheta, o ensino público limitava-se ao ensino primário. Os alunos que pretendessem continuar o seu projeto educativo teriam que sair da ilha ou frequentar o ensino particular e as “explicações”, ministradas por professores primários, que lecionavam todas as disciplinas do 1.º ao 5.º ano do liceu, dos quais se destaca a dedicação da Professora Clarisse Batista Soares, sendo que depois esses alunos teriam que se deslocar, forçosamente, ao Faial ou à Terceira para prestar exame.

Pela boa vontade e iniciativa do Dr. Fernando Tristão da Cunha, farmacêutico da Vila da Calheta, estabeleceram-se pontes de contacto com pessoas ligadas à educação, residentes na ilha Terceira, no sentido de indagar sobre a possibilidade de criar uma escola preparatória e ensino secundária na Vila da Calheta. Estes contactos foram frutíferos, pois iniciaram-se as diligências para oficializar esta pretensão junto do Governo de Lisboa.

Na preparação da abertura da escola, valeu o esforço conjunto e comunitário, mormente a Câmara Municipal da Calheta que cedeu as salas do edifício dos Paços do Concelho para aí serem instaladas as salas de aula, até haver um espaço para instalar a escola, bem como o empenho do Professor do ensino primário da freguesia da Ribeira Seca, Luís Nemésio Serpa, que, com o Dr. Fernando Tristão da Cunha, percorreram as freguesias do concelho com a



nobre e nem sempre fácil tarefa de cativar os pais a matriculem os filhos no 1.º ano do ensino preparatórios.

Os esforços compensaram. A 28 de setembro de 1972, através da Portaria n.º 562/72 de 28 de setembro de 1972, era então criada a Escola Preparatória do Padre Manuel Azevedo da Cunha, no concelho da Calheta, tendo as aulas iniciado a 10 de novembro desse mesmo ano, em três salas disponibilizadas pela edilidade camarária, com 45 alunos distribuídos por duas turmas do 1.º ano e uma do 2.º ano (transitada do ensino particular), com 10 professores, 2 funcionários de secretaria, 2 contínuos e 1 servente e tendo por diretor da escola o Dr. Fernando Tristão da Cunha.

No ano seguinte, em 1973, a escola foi transferida para dois pavilhões pré-fabricados, onde funcionavam quatro salas de aulas, tendo o município construído um pequeno edifício para albergar os serviços administrativos.

No ano letivo de 1976/1977, a escola abrangeu também o 7.º ano de escolaridade, o que motivou nova procura de instalações para fazer face ao crescente número de alunos e a necessidade de adequar a infraestrutura às necessidades e à realidade educativa.

Por iniciativa dos calhetenses, em 1977, solicitaram ao então Ministro da República a construção de um edifício para a escola aquando da sua visita oficial à ilha de São Jorge, com indicação de terreno cedido pela Casa de Providência de São José para a sua construção. No ano letivo de 1985/1986, os calhetenses viram a conclusão do novo edificado escolar e, com esta melhoria de condições físicas, materiais e humanas, reivindicaram a criação do alargamento ao ensino secundário da Escola da Calheta, que veio a acontecer no ano letivo de 1994/1995, com o anúncio da abertura do 10.º ano de escolaridade.

Neste processo de implementação do ensino secundário na Escola da Calheta, fica o reconhecimento da ação do Presidente da Câmara Municipal da Calheta, o edil José Leovigildo Sousa Azevedo, que, em estreita colaboração com a Associação de Pais e com o conselho diretivo de então, desenvolveu

esforços para a autorização da abertura deste nível de ensino pela Secretaria Regional da Educação e Cultura, assim como criou um conjunto de incentivos para atrair docentes de grupos disciplinares de que a Escola carecia.

Com as novas instalações escolares inauguradas em junho de 2019, os desafios que hoje a Escola Básica e Secundária da Calheta enfrenta já não serão os mesmos que eram há 50 anos. Ainda assim, a missão de assegurar uma educação de qualidade, em harmonia e forte articulação com a comunidade onde se insere, permanece uma constante na história desta instituição.

Assim, nos termos estatutários e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do PSD/Açores, propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, reunida em sessão plenária no mês de dezembro de 2022, a aprovação de um voto de congratulação pelos cinquenta anos do alargamento do ensino público no concelho da Calheta, protagonizado pela Escola Básica e Secundária da Calheta.

Deste voto, deverá ser dado conhecimento ao Conselho Executivo da Escola Básica e Secundária da Calheta, à Direção Regional da Educação, assim como à Câmara Municipal e Assembleia Municipal da Calheta.

Horta, Sala das Sessões, 14 de dezembro de 2022.

**Os Deputados Regionais,** João Bruto da Costa, Paulo Gomes, Jaime Vieira, Paulo Silveira, António Vasco Viveiros, Marco Costa e Elisa Sousa

**Presidente:** Obrigado, Senhor Deputado.

Está apresentado o voto. Pergunto se há inscrições?

*(Pausa).*

Creio que não existem. Vamos então votar este Voto de Congratulação.

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

**Secretário:** O Voto de Congratulação apresentado foi aprovado por unanimidade.

**Presidente:** O próximo Voto de Congratulação também é apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD, pelo 25.º aniversário da Fundação do Concelho Mundial das Casas dos Açores. É apresentado pela Senhora Deputada Elisa Sousa. Faz favor, Senhora Deputada.

**Deputada Elisa Sousa (PSD):** Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

### **Voto de Congratulação**

#### **25º Aniversário da fundação do Conselho Mundial das Casas dos Açores (CMCA)**

No passado dia 13 de novembro comemorou-se o 25.º aniversário da fundação do Conselho Mundial das Casas dos Açores.

No III Encontro das Casas dos Açores, em 1997, na cidade da Horta, as Casas dos Açores de Lisboa, Norte, Rio de Janeiro, Quebeque, Hilmar, São Paulo, Ontário, Nova Inglaterra, Algarve e a Associação Casa dos Açores de Coimbra, num documento constitutivo designado por “Declaração Horta” fundaram o Conselho Mundial das Casas dos Açores, cujos objetivos passavam e continuam a passar por:

- Congregar as Comunidades Açorianas;
- Dar a conhecer os Açores, os açorianos e a sua cultura às populações das suas respetivas áreas de influência;
- Defender os interesses dos Açores e dos açorianos e seus descendentes;
- Servir de elo entre a Região Autónoma dos Açores e os países ou regiões onde permanecem;
- Afirmar a identidade regional açoriana como parte integrante da nação portuguesa.

Desde a fundação do CMCA, viu integrar na sua atividade mais sete Casas dos Açores, sendo elas: Winnipeg, Santa Catarina, Estado do Rio Grande do Sul, Uruguai, Bermuda, Maranhão e Madeira. Assim, atualmente são quinze estas Casas dos Açores que levam a identidade dos Açores aos “quatro cantos do mundo”, além de outras duas – Bahia e Espírito Santo – que ainda não integram formalmente o Conselho Mundial.

São mais de um milhão os açorianos e seus descendentes dispersos pelo Mundo inteiro. Açorianos que nasceram nos Açores e emigraram, levando consigo a cultura açoriana, mas também de gerações de açorianos que, nunca tendo visitado os Açores, são descendentes de Açorianos e, por isso, sentem a ligação à terra.

As Casas dos Açores garantem à Região uma dimensão que vai muito além da dimensão física do nosso mar e das nossas ilhas. São a perpetuação da nossa música, da nossa cultura, dos nossos costumes e tradições, uma união de açorianos que vivem os Açores fora de portas, recordando momentos das vidas passadas no arquipélago e transmitindo às novas gerações o que é ser açoriano.

É importante continuar a valorizar o trabalho das Casas dos Açores, garantindo ainda mais a aproximação entre a Região e as nossas Comunidades.

Assim, o Grupo Parlamentar do PSD/Açores propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, nos termos estatutários e regimentais aplicáveis, a aprovação de um voto de congratulação, do qual deverá ser dado conhecimento a todas as Casas dos Açores e à Direção Regional das Comunidades.

Horta, 14 de dezembro de 2022.

**Os Deputados Regionais**, João Bruto da Costa, António Vasco Viveiros, Jaime Vieira, Paulo Gomes, Marco Costa e Elisa Sousa

**Presidente:** Muito obrigado, Senhora Deputada.

Está apresentado o voto. Pergunto se há inscrições?

Senhora Deputada Ana Luís, faça favor. Tem a palavra.

(\*) **Deputada Ana Luís (PS)**: Obrigada, Senhor Presidente.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista associa-se, com muito gosto, a este voto de congratulação, apresentado pela Senhora Deputada Elisa Sousa, do PSD, pelos 25 anos do Conselho Mundial das Casas dos Açores.

De facto, a importância que estas casas têm para o reforço da identidade açoriana é indiscutível e se, de facto, no início estas casas eram um local privilegiado para o encontro da saudade, para o encontro dos nossos açorianos imigrantes, hoje são também, mas devem, na nossa opinião, reforçar ainda mais esta componente, local de encontro de muitos outros açorianos já nascidos em terras distantes, mas que mantêm a ligação umbilical à terra dos seus pais e dos seus avós.

Com o surgimento de outras Casas dos Açores, como muito bem referiu aqui a Senhora Deputada Elisa Sousa, como é o caso de Santa Catarina, Rio Grande do Sul, do Uruguai, surge também uma nova visão sobre o ser açoriano e sobre a própria diáspora açoriana. As Casas dos Açores ganham, assim, também uma nova dimensão. São agora também ponto de encontro, não de imigrantes, mas, sim, ponto de encontro de descendentes de açorianos, alguns de terceira geração, para manterem viva a tradição, a cultura e a história dos açorianos que emigraram no século XIX.

As Casas dos Açores, a par também do Conselho da Diáspora Açoriana, são fundamentais e verdadeiramente imprescindíveis para a ligação entre os Açores e a sua diáspora.

E o desafio que se coloca hoje, a nós, mas também àqueles que estão longe da região, é o seu rejuvenescimento, o incentivo às suas direções, para que sejamos efetivamente capazes, todos de reconhecer, hoje, uns Açores diferentes e podermos perspetivar um futuro cada vez melhor de partilha a todos os níveis, não só da ligação afetiva, mas também da ligação comercial,

entre a nossa Região Autónoma e as suas Casas dos Açores espalhadas pelo mundo.

Obrigada.

**Vozes de alguns Deputados da bancada do PS:** Muito bem! Muito bem!

**Presidente:** Muito obrigado, Senhora Deputada.

Senhor Deputado Rui Martins, faça favor. Tem a palavra.

(\*) **Deputado Rui Martins (CDS-PP):** Muito obrigado, Senhor Presidente.

Senhor Presidente, Senhores Deputados, Senhores Membros do Governo:

Para informar a câmara que o CDS também preparou, e tinha preparado, um voto de idêntico teor e que não deu entrada hoje por questões de gestão de tempo, mas, por essa razão, associamo-nos a este voto aqui apresentado pelo PSD.

Muito obrigado.

**Presidente:** Muito obrigado, Senhor Deputado.

Pergunto se há inscrições?

*(Pausa).*

Não havendo, vamos passar à votação deste Voto de Congratulação.

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

**Secretário:** O Voto de Congratulação apresentado foi aprovado por unanimidade.

**Presidente:** Terminámos assim os votos de congratulação. Vamos passar aos Votos de Pesar. O primeiro deles é pelo falecimento do Doutor Alvarino Pinheiro e decidiu a Conferência de Líderes que seria lido e apresentado pelo Presidente.

### **Voto de Pesar pelo falecimento de Alvarino Pinheiro**

Faleceu no passado dia 4 de dezembro Alvarino Pinheiro.

Alvarino Manuel de Menezes Pinheiro, nascido na Freguesia de Santa Cruz, Cidade e Concelho da Praia da Vitória, a 22 de abril de 1950, foi um homem de elevado mérito nos diversos planos, pessoal, político e associativo.

Alvarino Pinheiro licenciou-se em economia pelo Instituto Superior de Economia da Universidade Técnica de Lisboa, em 1974.

Foi Professor de Matemática na Escola Preparatória Ciprião de Figueiredo, em Angra do Heroísmo, entre 1974/76 e Professor de Geografia no Liceu Nacional de Angra do Heroísmo entre 1975/76. Na sua vida profissional foi ainda consultor económico e financeiro de várias empresas e entidades, mas notabilizou-se de sobremaneira pelo desempenho de funções políticas de relevo.

Iniciou-se na vida política ainda jovem, tendo começado o seu percurso no PPD/PSD e posteriormente aderido ao CDS, em 1992.

No CDS exerceu diversas funções, tanto de âmbito regional como nacional entre as quais a de Presidente da Comissão Diretiva Regional do CDS-PP Açores, Presidente da Comissão Política Regional, Presidente da Comissão Política da ilha Terceira, membro da Comissão Executiva Nacional, membro da Comissão Política Nacional, Conselheiro Nacional e Vice-presidente do Congresso Nacional do CDS-PP, partido ao qual presidiu nos Açores.

Fica no seu partido o reconhecimento de um líder histórico e carismático que sempre soube interpretar a vontade do povo que representou.

No âmbito regional Alvarino Pinheiro foi deputado, nesta mesma casa, durante as primeiras oito legislaturas e desempenhou ainda, durante este período, a Vice-Presidência da Assembleia Legislativa Regional, entre 1996 e 2000.

Foi líder do Grupo Parlamentar do CDS, onde foi reconhecido pela sua crítica ao status quo, mas também pela capacidade de procurar consensos em alturas de divergência. Numa altura de maiorias absolutas teve como missão ser a

voz da diferença e desempenhou um papel fundamental no escrutínio aos governos.

Foi diretor do Centro Regional de Estudos e Planeamento dos Açores, representante da região no Conselho Nacional do Plano e membro de numerosas Comissões Parlamentares.

Enquanto deputado e cidadão foi uma das vozes ativas na difusão e no conhecimento sobre a autonomia, tendo participado e promovido ativamente inúmeros colóquios, debates e palestras.

No âmbito local, destacou-se como presidente da Assembleia Municipal da Praia da Vitória e Vereador na Câmara Municipal da Praia da Vitória, prestando um serviço reconhecido por todos os Praisenses.

Participou nos órgãos dirigentes das Instituições de Solidariedade Social “Santa Casa da Misericórdia da Praia da Vitória” e “Lar D. Pedro V” que prestam um papel fundamental no apoio às famílias, na proteção à infância, à juventude, à velhice e, também, na formação profissional.

No âmbito associativo, Alvarino Pinheiro foi fundador da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários da Praia da Vitória, em 1984 que desde então tem-se assumido como um dos principais agentes de atuação nas diversas áreas da proteção civil no concelho.

Participou nos órgãos dirigentes do Sport Clube Praisense, clube este que representou o concelho da Praia da Vitória em várias modalidades e campeonatos ao longo dos seus 75 anos de existência.

Foi fundador e Presidente do Grupo de Amigos da Praia da Vitória com interesse cultural e artístico e fundador do Quinzenário “Jornal da Praia” que pretendeu divulgar informação geral, factos, opiniões, debates e ideias na Região Autónoma dos Açores.

Alvarino Pinheiro foi, incontestavelmente, um grande autonomista e um dos incontornáveis defensores da democracia açoriana, tendo por isso mesmo sido distinguido com a Insígnia Autónómica de Reconhecimento, atribuída por esta Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores e



pelo Governo Regional dos Açores, em 2007, pelo seu serviço de dedicação aos Açores e à Autonomia Regional.

Era considerado, por todos os quadrantes políticos, como um parlamentar brilhante, que defendeu com afinco o povo e o desenvolvimento dos Açores, tendo sido um dos obreiros da construção e afirmação autonómica.

Deixa uma marca indelével na política açoriana e, hoje, todos, família, amigos e conhecidos, lamentamos o seu desaparecimento.

Assim nos termos regimentais aplicáveis, os Deputados Signatários, propõem que a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, reunida em plenário no dia 14 de dezembro de 2022, manifestam pesar pelo falecimento do Dr. Alvarino Pinheiro, do qual deve ser dado conhecimento à sua família, à Câmara e à Assembleia Municipal da Praia da Vitória e ao CDS-PP.

Horta, Sala de Sessões, 14 de dezembro de 2022

**Os Deputados:** Vasco Cordeiro, João Bruto da Costa, Rui Martins, António Lima, Paulo Estêvão, José Pacheco, Nuno Barata e Pedro Neves.

Estão abertas as inscrições.

A Mesa tem uma inscrição. Senhor Deputado José Pacheco, faça favor. Tem a palavra.

(\*) **Deputado José Pacheco (CH):** Obrigado.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

Conheci e trabalhei diretamente com o Doutor Alvarino Pinheiro.

Uma pessoa que, politicamente, quase sempre estivemos de acordo; partidariamente, quase sempre não estivemos de acordo; pessoal e alegremente, estávamos sempre de acordo.

Uma pessoa que recorro com um senso de humor fantástico, um grande contador de histórias, uma mente brilhante politicamente. Foi um bom mestre, uma pessoa que aprendi algumas coisas, umas a fazer e outras a não fazer, como em tudo na vida; uma pessoa que me deixa alguma saudade.

Também o reconhecimento público da figura que foi, de um parlamentar que foi, que tanta falta faz a esta Casa – “os Alvarinhos Pinheiros”.

Também um agradecimento a ele, publicamente, que nunca o consegui fazer, pela mensagem na noite das eleições, a qual fui eleito.

Um voto de luto, de agradecimento também à sua família, ao seu partido, a todos aqueles que privaram com ele, porque era uma pessoa extraordinária.

Nem sempre temos que estar de acordo uns com os outros, mas podemos saber conviver, sãmente e dignamente, com o ser humano que está ao nosso lado.

Muito obrigado ao Alvarino Pinheiro por ter sido quem foi.

**Presidente:** Muito obrigado, Senhor Deputado.

Tem a palavra o Senhor Deputado Nuno Barata.

(\*) **Deputado Nuno Barata (IL):** Senhor Presidente, Senhores Deputados, Senhores, membros do Governo:

Julgo não exagerar se disser que o trabalho parlamentar desenvolvido pelo então Deputado Alvarino Pinheiro foi reconhecido, em todas as legislaturas, pelas quais ele passou, como de grande mérito, não só pela forma inteligente, como ele conseguia interpretar a vontade do nosso povo e transpô-la para a ordem jurídica, mas, principalmente, mesmo pelos seus adversários, pela forma inteligente, como defendeu sempre as suas ideias, até mesmo aquelas em que ele não acreditava.

Quem teve a oportunidade de acompanhar o trabalho do Doutor Alvarino Pinheiro, desta bancada (esteve sempre, quase sempre sentado aqui; só houve uma legislatura em que esteve noutra sítio), percebia, quando o Doutor Alvarino Pinheiro pedia a palavra, que ele se levantava e ainda não sabia bem o que é que ia dizer (acho que há uma relatora nesta sala que está a fazer que sim, com a cabeça, e as relatoras são normalmente as pessoas mais atentas nessas coisas).

Ele tinha a habilidade (punha a sua mãozinha assim), quando punha a sua mãozinha assim, a gente já sabia que ele não sabia o que é que queria dizer,

mas aquela cabecinha estava a trabalhar. E ele punha-se assim e aquilo saía, límpido, límpido, com piada, com um saber fazer, com o saber estar, que é uma coisa que muita gente nessa Casa ainda não aprendeu, infelizmente.

E eu tive o privilégio de com o Doutor Alvarino Pinheiro, internamente, ter grandes divergências, mas tive a sorte de, naquela mesma bancada, ter-me espalhado tanta vez, até porque eu era ainda menos cauteloso do que sou hoje, porque tinha menos 20 anos do que tenho hoje, mas sabia que tinha ao meu lado o Doutor Alvarinho Pinheiro, que quando eu já estava de maneira que não me conseguia levantar, ele pedia a palavra e salvava a situação.

Viu-o muitas vezes, inclusivamente, salvar a situação de outros líderes parlamentares, quando a situação era demasiado incómoda.

E é com enorme pesar que registei o seu desaparecimento de entre nós, embora sabendo que ele já sofria bastante e que Deus sabe bem o que faz nessas horas.

Partiu também no dia 4 de dezembro – vejam só, a ironia! –, partiu no dia em que tinha partido um dos seus grandes heróis, Francisco Sá Carneiro, o homem que o levou para o PSD, com quem ele depois divergiu. É mais uma coisa que nos é comum, também divergi com ele bastante.

Protagonizámos um episódio que ficará para a história desta Casa, passei a deputado independente, fui-me sentar lá atrás e, dois meses depois, voltei a sentar-me ao lado dele: um grande abraço. Foi o momento que registei nas minhas memórias e que um dia será transmitida a gerações que hão de vir.

Perdemos um grande açoriano!

Perdemos um grande homem, um grande pai. Isso eu pude testemunhar ainda há pouco tempo, quando estive na sua casa, junto ao mar, que ele tanto amava.

Bem hajás, Alvarino Pinheiro.

**Presidente:** Obrigado, Senhor Deputado.

Pergunto se há inscrições?

*(Pausa).*

Não havendo, vamos passar à votação deste Voto de Pesar

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

**Secretário:** O Voto de Pesar apresentado foi aprovado por unanimidade.

**Presidente:** O próximo Voto de Pesar é pelo falecimento do Senhor José Humberto Chaves.

Para a sua apresentação tem a palavra a Senhora Deputada Joana Pombo Tavares.

É voto também apresentado por um conjunto alargado de Senhoras e Senhores Deputados.

**Deputada Joana Pombo Tavares (PS):** Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhores Membros do Governo:

### **Voto de Pesar**

#### **Pelo falecimento de José Humberto Chaves**

No passado dia 21 de setembro de 2022 faleceu, em Ponta Delgada, José Humberto Medeiros Chaves, com 73 anos de idade, um cidadão e político, que se afirmou e que afirmou a sua ilha de Santa Maria, pela sua incansável dedicação, pelo seu permanente empenho e capacidade de realização, aliados a um elevado sentido de dever e de profundo compromisso com a sua ilha e com os Açores.

José Humberto Chaves foi, desde a fundação do Partido Socialista, um destacado militante, sendo um dos maiores expoentes humanos na dedicação à causa pública Mariense, com uma postura de permanente defesa pela sua ilha de Santa Maria, pela qual trabalhou sempre com toda a dedicação, amor, com respeito e admiração dos Marienses.

José Humberto Chaves desempenhou cargos e funções políticas, entre os quais se destacam:

- Membro da Comissão Regional e Secretariado de Ilha do Partido Socialista;
- Vereador da Câmara Municipal de Vila do Porto, nos mandatos de 1978 a 1982;
- Presidente da Câmara Municipal de Vila do Porto, nos mandatos de 1982 a 1993;
- Durante o mandato de presidente da Câmara foi eleito Presidente da Associação de Municípios da Região Autónoma dos Açores, passando a AMRAA, durante o seu período de presidência de 7 para 18 câmaras municipais associadas;
- Presidente da Assembleia Municipal de Vila do Porto, entre a 1994 e 1997;
- Deputado Regional da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, eleito pelo círculo eleitoral de Santa Maria, na V, VI e VII Legislaturas;

Durante os cargos que desempenhou, destaca-se a sua posição de defesa da ilha de Santa Maria e dos Marienses contra a mudança da Placa Aérea Giratória de Santa Maria para outras paragens, a defesa da fixação do Centro de Controle de Tráfego Aéreo na ilha; a exclusividade das Escalas Técnicas no Aeroporto de Santa Maria. Todas estas ações de defesa de Santa Maria e do seu Povo, tiveram em José Humberto Chaves um dos seus maiores defensores, tendo sido decisivas para o desenvolvimento económico da ilha de Santa Maria.

Como defensor exímio da sua ilha, José Humberto Chaves, desempenhou também importantes funções e cargos nas áreas cívicas, culturais e sociais, de entre as quais se destacam:

- Presidente do Círculo de Amigos de São Lourenço, durante vários mandatos, organizando as Festas das Vindimas, oportunidade única para reviver costumes e tradições da ilha de Santa Maria; foi também uma peça fundamental na luta da revitalização vitivinícola e recuperação de currais de

vinha, nas áreas da atual paisagem protegida da Baía de São Lourenço e da Baía da Maia;

- Membro da Irmandade do Senhor Santo Cristo dos Milagres, desempenhando o cargo de Presidente da Assembleia Geral;
- Sócio Fundador e Presidente, durante um mandato do Lions Club de Santa Maria;
- Membro da Comissão Fabriqueira da Igreja de Santo Espírito;
- Membro dos corpos sociais do Grupo Desportivo Gonçalo Velho;
- Presidente do Recolhimento de Santa Maria Madalena durante dez anos;
- Membro do Conselho de ilha de Santa Maria, em representação das IPSS, de 2014 a 2018;

Aquando do seu falecimento, José Humberto Chaves era Provedor da Santa Casa da Misericórdia de Vila do Porto, cargo que desempenhava desde 2014. Nesta instituição, desempenhou uma missão de vida, na qual procurou sempre dar condições condignas e de resposta à população mais idosa, contribuindo para que aqueles que, não tendo possibilidade de viver a última etapa das suas vidas, nas suas moradias, vivessem em ambiente acolhedor, caseiro, mas acima de tudo com todo o apoio social e de saúde necessário. Este empenho e dedicação é e será para sempre reconhecido pelos utentes e familiares, que no “seu” lar de idosos agora vivem.

O seu empenho foi também para melhorar as condições dos utentes com necessidades especiais, melhorando as suas condições no centro de atividades ocupacionais, mas também no apoio às famílias, dotando a ilha de salas de atividade de tempos livres para crianças nos períodos extraescolares, passando a ilha de Santa Maria a ter 6 salas de tempos livres. Até então não tinha nenhuma.

José Humberto Chaves foi ainda preponderante na recuperação do imóvel e restauração das obras de arte sacra, da Igreja do Senhor dos Passos, missão que não terminou, mas que será uma ação brevemente concretizada por quem

se encontra associado à remodelação e a quem se juntará a este projeto, de forma a que este património seja devolvido aos Marienses.

José Humberto Chaves era um homem honrado, acessível a todos e por todos; a sua garra e empenho em defesa da ilha de Santa Maria e dos Marienses contagiava quem o rodeava, sendo muitos os que moldaram o seu percurso de vida pela sua convivência e disponibilidade para ajudar fosse quem fosse sendo um modelo cívico-político na ilha de Santa Maria e nos Açores.

**Assim, ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista e o Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata propõem à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, reunida em sessão plenária do mês de dezembro, a aprovação do Voto de Pesar pelo falecimento de José Humberto Chaves, honrando a sua memória e apresentando respeitosas condolências à sua família e ao Partido Socialista.**

Do presente voto, deve ser dado conhecimento à sua família, ao Partido Socialista dos Açores e ao Partido Socialista, à Assembleia Municipal de Vila do Porto, ao Conselho de Ilha de Santa Maria, à Câmara Municipal de Vila do Porto e à Santa Casa de Misericórdia de Vila do Porto.

Horta, Sala das Sessões, 14 de dezembro de 2022.

**O Grupo Parlamentar do PS:** Joana Pombo Tavares, João Vasco Costa, Vasco Cordeiro, Carlos Silva, Sandra Dias Faria, Andreia Cardoso

**O Grupo Parlamentar PSD:** João Bruto da Costa, António Vasco Viveiros, Paulo Gomes, Jaime Vieira, Marco Costa e Elisa Sousa

**Presidente:** Obrigado, Senhora Deputada. Está apresentado o voto. Pergunto se há inscrições?

*(Pausa)*

Não havendo, vamos então passar a votação deste Voto de Pesar.

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam façam o favor se manterem como estão.

**Secretário:** O Voto de Pesar apresentado foi aprovado por unanimidade.

**Presidente:** O próximo Voto de Pesar é também pelo falecimento de José Humberto Medeiros Chaves. É apresentado pelo Chega. Tem a palavra o Senhor Deputado José Pacheco.

**Deputado José Pacheco (CH):** Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

## VOTO DE PESAR

### JOSÉ HUMBERTO MEDEIROS CHAVES

Faleceu no passado dia 21 de setembro o mariense José Humberto Chaves, deputado nesta Casa da Autonomia em três legislaturas - entre 1992 e 2004 – eleito pelo Partido Socialista.

Mas, ideologias políticas à parte, é de destacar o seu valor humano e o legado que deixa na sua ilha de Santa Maria.

José Humberto Chaves nasceu em Vila do Porto, a 20 de julho de 1949, e sempre pugnou pela defesa da sua terra e dos Açores.

Foi quadro da SATA e dedicou-se depois à atividade política, pertencendo ao Partido Socialista desde a sua fundação.

Foi vereador da Câmara Municipal de Vila do Porto de 1978 a 1982 e eleito Presidente daquela autarquia entre 1982 e 1993.

Enquanto autarca, foi reconhecido pelo Governo italiano pela forma assertiva como conduziu os trabalhos de resgate após o acidente aéreo ocorrido no Pico Alto, no dia 8 de fevereiro de 1989.

José Humberto Chaves foi ainda eleito Presidente da Associação de Municípios da Região Autónoma dos Açores, e entre 1994 e 1997 foi depois Presidente da Assembleia Municipal de Vila do Porto.



Foi eleito deputado à Assembleia Legislativa Regional nas V, VI e VII Legislaturas.

Enquanto Presidente da Câmara de Vila do Porto e deputado regional eleito pela ilha de Santa Maria, José Humberto Chaves sempre manifestou as suas convicções em defesa da sua ilha.

Foi contra a mudança da placa giratória de Santa Maria e foi um defensor da manutenção da NAV em Santa Maria, mas também pugnou pela exclusividade das escalas técnicas no Aeroporto de Santa Maria.

Homem afável e sempre disposto a ajudar, também na área social se destacou pelo apoio aos mais necessitados.

Foi Presidente do Recolhimento de Santa Maria Madalena durante dez anos e Presidente da Assembleia Geral da Irmandade do Senhor Santo Cristo dos Milagres em Santa Maria.

Foi também Presidente do Círculo de Amigos de São Lourenço – agora Associação Ilhéu do Romeiro - durante vários mandatos, destacando-se o trabalho realizado em prol do resgate das vivências marienses – nomeadamente com a realização das Festas das Vindimas e pela revitalização vitivinícola e recuperação dos currais de vinha.

Era Provedor da Santa Casa da Misericórdia de Vila do Porto, cargo que ocupava desde 2014, tendo prestado um grande contributo na recuperação do antigo Hospital de Santa Maria e na criação de novas valências de apoio aos mais idosos, às pessoas com deficiências, mas também aos mais novos através da abertura de ATL's.

Com o seu falecimento Santa Maria fica inevitavelmente mais pobre, mas o seu amor à ilha que o viu nascer ficará para sempre.

Assim, o CHEGA Açores propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, nos termos estatutários e regimentáveis aplicáveis, a aprovação de um voto de pesar pelo falecimento de José Humberto Medeiros Chaves, do qual deve ser dado conhecimento à família, à Câmara Municipal de Vila do Porto, à Assembleia Municipal de Vila do Porto, à Santa Casa da

Misericórdia de Vila do Porto e ao Círculo de Amigos de São Lourenço – agora Associação Ilhéu do Romeiro.

Disse.

Horta, Sala das Sessões, 14 de dezembro de 2022

**O Deputado:** José Pacheco

**Presidente:** Obrigado, Senhor Deputado.

Está apresentado o voto. Pergunto se há inscrições?

*(Pausa)*

Não havendo, vamos então passar à votação deste Voto de Pesar.

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

**Secretário:** O Voto de Pesar apresentado foi aprovado por unanimidade.

**Presidente:** O próximo Voto de Pesar, pelo falecimento de Maria Conceição Rebelo Sousa Pedro, é apresentado pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista.

Para a sua apresentação tem a palavra o Senhor Deputado Rui Anjos. Faça favor, Senhor Deputado.

**Deputado Rui Anjos (PS):** Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

### **Voto de Pesar**

#### **pelo falecimento de Maria Conceição Rebelo Sousa Pedro**

No passado dia 01 de junho faleceu, vítima de doença, aos 84 anos, a conhecida empresária micaelense Conceição Sousa Pedro.

Conhecida como D. Conceição da Comercial, nasceu em Ponta Delgada, na Fajã de Cima, a 10 de janeiro de 1938.

Filha de agricultor e de uma dona de casa, cresceu e desenvolveu-se no seio de uma família trabalhadora e poupada, como gostava de caracterizar.

Desde tenra idade dedicou toda a sua força à família, ao trabalho árduo, à conquista e partilha de rendimentos para as ajudas das despesas de casa, ora ajudando a carregar os animais que transportavam os cereais para o centro da cidade, ora fazendo caminhadas com animais entre a Ribeira Grande e Ponta Delgada.

Casou com António Sousa Pedro, lavrador, e continuou a dedicar todo o seu vigor à família, ao trabalho e aos costumes tradicionais.

Mais tarde, no ano de 1990, não sendo usual que uma senhora o pudesse fazer, troca todo o trabalho de uma vida por um edifício no centro histórico de Ponta Delgada, construindo e desenvolvendo uma residencial e um restaurante, denominado “A Comercial”.

Um espaço conquistado a pulso numa sociedade muito diferente dos dias de hoje. Uma enorme referência para toda a sociedade Micaelense, gerido com rigor e muita dedicação, onde nos serviu, onde fomos acarinhados, onde passamos momentos em família e entre amigos.

O respeito de uma senhora, o rigor da sua gestão e a sua dedicação fez-se passar rapidamente por todos os que chegavam de todas as ilhas, freguesias, e dos que viviam no centro desta cidade. As senhoras eram bem-vindas, respeitadas e sentiam-se em casa. Foi um local de acolhimentos e convívios, de comida saborosa e de aceitação. Todos éramos bem-vindos! Um espaço de referência para momentos felizes em família e grupo de amigos.

A 1 de junho de 2022 deixou-nos o seu legado, os seus ensinamentos, o seu trabalho e o respeito que todos reconheciam na cidade de Ponta Delgada.

Enquanto empresária, Conceição ficou conhecida pelo seu profissionalismo, pela sua simpatia e pela dedicação que tornou o “A Comercial” numa referência incontornável de Ponta Delgada, conhecida por toda a nossa sociedade.

Como pessoa a Sra. Conceição será sempre lembrada pela forma carinhosa e calorosa com que tratava todos os que tiveram o grande privilégio de com ela privar. Ela era sempre um ombro amigo e solidário.

A D. Conceição deixa uma filha, dois netos e dois bisnetos.

E deixará para sempre uma enorme saudade a todos os seus familiares e muitos amigos, que jamais a apagarão das suas memórias.

Obrigado, Dona Conceição.

**Assim nos termos regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista propõe que a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, reunida em plenário no dia 14 de dezembro de 2022, manifeste pesar pelo falecimento de Maria Conceição Rebelo Sousa Pedro, enaltecendo o seu elevado mérito profissional, e endereçando as mais sentidas condolências aos seus familiares e amigos.**

Do presente voto deve ser dado conhecimento à sua Família, à Câmara de Comércio e Indústria de Ponta Delgada (CCIPD), à delegação dos Açores da Associação da Hotelaria, Restauração e Similares de Portugal (AHRESP), à Delegação dos Açores da Associação da Hotelaria de Portugal (AHP), à Câmara e Assembleia Municipal de Ponta Delgada, e ao Conselho de Ilha de São Miguel.

Horta, Sala de Sessões, 14 de dezembro de 2022

**Os Deputados:** Rui Anjos, Vasco Cordeiro, Sandra Dias Faria, Andreia Cardoso, Carlos Silva, Vílson Ponte Gomes, José Contente, Célia Pereira, Maria Valdemira Gouveia e Patrícia Miranda

**Presidente:** Obrigado, Senhor Deputado.

Está apresentado o voto. Pergunto se há inscrições?

*(Pausa)*

Não havendo, vamos então passar à votação deste voto.

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

**Secretário:** O Voto de Pesar apresentado foi aprovado por unanimidade.

**Presidente:** Vamos fazer o nosso intervalo da manhã. Regressamos ao meio-dia e um quarto.

Já terminámos os votos. Prosseguiremos com as Declarações Políticas.

*Eram 11 horas e 54 minutos.*

**Presidente:** Senhoras e Senhores Deputados, Senhoras e Senhores Membros do Governo, agradeço que ocupem os vossos lugares.

*Eram 12 horas e 17 minutos.*

Vamos dar continuidade aos nossos trabalhos com a Declaração Política do CDS-PP.

Para a sua realização tem a palavra o Senhor Deputado Rui Martins. Faça favor, Senhor Deputado.

**Deputado Rui Martins (CDS-PP):** Muito obrigado, Senhor Presidente.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhores Membros do Governo:

Foi aprovado, no dia 9 de dezembro, na Assembleia da República, o Diploma da Morte Medicamente Assistida, vulgo Eutanásia.

A eutanásia é um tema complexo e fraturante, que não se debate nem em dias nem em horas, pelo que se considera singular que este diploma tenha sido apresentado na Assembleia da República, à revelia do escrutínio popular, quando o tema não constou da campanha eleitoral de nenhum dos partidos maioritários naquele órgão.

Apesar da Assembleia da República ter a legitimidade democrática para o fazer esqueceu-se de ouvir os Portugueses dispensando totalmente ouvir a

Região Autónoma dos Açores sobre uma matéria que tem implicações diretas no funcionamento das dinâmicas nacionais, regionais e locais.

Estamos perante uma pretensão de alteração da lei que terá implicações sobre a organização do sistema de saúde. Porém, o equacionamento da articulação com os Serviços Regionais de Saúde foi totalmente desprezado no decorrer do processo legislativo. A saúde é regionalizada, tanto na Região Autónoma dos Açores como na Região Autónoma da Madeira. É dever da República auscultar as regiões.

Estamos convencidos que a recusa da Assembleia da República em promover um debate mais alargado está a conduzi-la a uma precipitação.

Na hipótese de a lei ser promulgada e entrar em vigor, existirão meios para a operacionalizar devidamente? Quem garante a disponibilidade desses meios, nomeadamente nas regiões autónomas e em especial nos Açores em que a escassez de profissionais de saúde é uma realidade?

O texto estabelece que a "morte medicamente assistida não punível" ocorre "por decisão da própria pessoa, maior, cuja vontade seja atual e reiterada, séria, livre e esclarecida, em situação de sofrimento de grande intensidade, com lesão definitiva de gravidade extrema ou doença grave e incurável, quando praticada ou ajudada por profissionais de saúde".

Este documento encerra em si grandes contradições: Não houve o esclarecimento, propalado no texto, para que os portugueses pudessem tirar conclusões sobre a sua posição numa matéria tão fraturante.

As alterações feitas ao documento renunciam à exigência de a doença ser fatal, e, portanto, ampliam a permissão da morte medicamente assistida. Será que os portugueses se revêm nestas decisões partidárias,...

**Deputado António Lima (BE):** Partidárias?!

**O Orador:** ... sobre as quais não se pronunciaram, nem estas foram objeto de escrutínio político nos últimos atos eleitorais?

Existe um extenso rol de pronúncias, jurisprudência, e petições emanadas da sociedade civil, desfavoráveis à despenalização da morte assistida, que

atestam a necessidade de um debate público, político-partidário, mais aprofundado e esclarecedor sobre o tema.

Será justo oferecer a morte medicamente assistida sem que primeiro se garanta uma rede de cuidados paliativos capaz de oferecer uma alternativa à dor.

Num universo de 100.000 pessoas, apenas 30.000 têm acesso aos cuidados paliativos.

A Organização Mundial de Saúde estima que estes valores dupliquem em 2026.

Não se pode afirmar que se trata de liberdade quando as únicas hipóteses que oferecemos são o sofrimento ou a morte que alivie o sofrimento. Trata-se claramente de antítese da liberdade, porque não se fez o necessário para garantir outras opções.

Nestas condições, legalizar a morte medicamente assistida não poderá ser um contornar à escassez de cuidados paliativos, que é uma realidade no nosso país?

Oferece-se a morte clinicamente assistida, sem se garantir uma vida clinicamente assistida.

Há que dar nota positiva dos avanços que já se fizeram no nosso país, quanto à implementação de uma rede de cuidados paliativos, mas temos que reconhecer, com honestidade, que não é o suficiente e que, para muitos portugueses, o acesso a estes cuidados especializados ainda é uma miragem.

Um Estado que cuida, é um Estado que previne o sofrimento através de uma aposta na identificação precoce da doença, é um Estado que garante melhores condições de vida aos doentes e às suas famílias, é um Estado que proporciona uma vida com dignidade, ao invés de uma morte inconsequente. É um Estado que não pratica a distanásia, mas que também não empurra ninguém para eutanásia, por omissão.

Numa sociedade onde imperam valores constitucionais da liberdade e da dignidade, o Grupo Parlamentar do CDS entende que não se pode legalizar a

morte medicamente assistida com base em conceitos abstratos e imprecisos nas costas dos cidadãos e, sobretudo, nas costas das autonomias regionais.

Muito obrigado.

**Vice-Presidente do Governo Regional** (*Artur Lima*): Muito bem!

**Presidente**: Muito obrigado, Senhor Deputado.

Está apresentada a declaração política e estão abertas as inscrições.

Senhor Deputado Carlos Furtado, faça favor. Tem a palavra.

(\*) **Deputado Carlos Furtado** (*Indep.*): Muito obrigado, Senhor Presidente.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhor Vice-Presidente, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

Estamos perante uma sociedade que funciona ao contrário. Em vez de se preocupar, ao limite, com a prestação de cuidados de saúde e no apoio à velhice dos nossos cidadãos, preocupou-se em arranjar um mecanismo de processamento de fim de vida.

Esse é o meu entendimento sobre este assunto, não obstante de reconhecer que cada um tem o direito de fazer com a sua vida aquilo que entender, mas reconheço também, com a aprovação dessa despenalização da eutanásia, estaremos aqui a caminhar claramente para um mecanismo de pressão social sobre aqueles mais desfavorecidos que têm que recorrer aos serviços de apoio à velhice e na doença, para assim se sentirem pressionados a terminarem com a sua própria vida, sob pena de estarem a prejudicar terceiros com outras doenças menos graves. Isso para mim é extremamente grave. É extremamente grave numa sociedade que supostamente deve evoluir no sentido da fraternidade, do apoio; do apoio a todos os cidadãos, principalmente aos mais desfavorecidos.

Vemos agora aprovada, na Assembleia da República, uma medida dessa natureza, curiosamente, e por incrível que pareça, pelos partidos que mais se arrogam como defensores dos direitos da sociedade, os direitos universais a todos os cidadãos.



O que estamos aqui a constatar é que, e segundo aquilo que eu penso sobre este assunto, em pouco tempo, vamos ter cidadãos de primeira e cidadãos de segunda. Aqueles que tiverem oportunidade, sob forma de influência, ou de dinheiro, de conseguirem manter a sua vida, vão fazê-lo. Os outros que não têm essas condições serão considerados pesos na sociedade.

Ciente desta realidade, tenho, para apresentar amanhã, um voto relativo a essa matéria, porque constrange-me muito que estejamos a fazer um retrocesso civilizacional quando aprovarmos a despenalização da eutanásia.

Muito obrigado.

**Vice-Presidente do Governo Regional** (*Artur Lima*): Muito bem!

**Presidente:** Muito obrigado, Senhor Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

Senhor Deputado António Lima, faça favor. Tem a palavra.

(\*) **Deputado António Lima** (*BE*): Muito obrigado.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

O CDS resolveu, legitimamente, trazer este tema a debate, através de uma declaração política,...

**Deputado José Pacheco** (*CH*): E bem!

**O Orador:** ... mas eu (legitimamente, como referi), começo pelo Senhor Presidente, porque foi com alguma estranheza que eu, e todos nós, julgo eu, soubemos pela comunicação social, que o Senhor Presidente, em declarações a uma rádio, tenha informado o Senhor Presidente da República, ou tenha referido que informou o Senhor Presidente da República, da insatisfação deste Parlamento pela aprovação da lei da eutanásia, sem audição do Parlamento.

Em primeiro lugar, este Parlamento não se pronunciou, sobre esta matéria. Não foi chamado a tal e julgo eu que ninguém, a não ser este plenário, se pode pronunciar sobre o Parlamento no seu todo.

Em nome do Bloco de Esquerda, o Bloco de Esquerda não se sente representado nessa afirmação.

Em segundo lugar, sobre o conteúdo da declaração política, é conhecida a posição do CDS, como são conhecidas as posições de vários partidos, havendo, nalguns partidos, posições diversas que decorrem da posição individual, como é também natural, de cada um dos deputados e deputadas.

Começo por dizer que a Assembleia da República decidiu sobre matéria que é da sua exclusiva responsabilidade e decidiu, na nossa opinião, bem, num processo que tem sido longo, que atravessou três legislaturas e que foi, se não o mais, sem dúvida, dos mais debatidos na sociedade portuguesa nos últimos anos.

E este processo teve, aliás, o contributo para este debate do Senhor Presidente da República, que promoveu, em todo o país, nos Açores inclusive, debates públicos sobre ele, em que participaram deputados desta Casa, especialistas e esses debates foram transmitidos pela RTP Açores (quem não teve oportunidade de estar, ouvimos).

Este debate tem sido feito, de forma exaustiva nos órgãos de comunicação social, nas televisões,...

**Vice-Presidente do Governo Regional (Artur Lima):** Isso não é verdade!

**O Orador:** ... e as pessoas têm tido a oportunidade de ouvir os mais diversos argumentos e o debate não está, de forma alguma, prejudicado e até hoje continua, como é prova esta declaração política.

E a Assembleia da República decidiu aquilo que achou que devia decidir.

Decidiu, cumprindo aquilo que é o seu papel, porque os Deputados foram eleitos para tomar essas decisões, porque é isso...

**Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Estes não?!

**O Orador:** Estes não!

... que é a democracia representativa, porque foram eleitos e houve sim, muitos partidos, aliás, é curioso o argumento de que os programas eleitorais

dos partidos não tinham esta medida quando a proposta já foi aprovada três vezes na Assembleia da República.

Ninguém pode dizer que não sabia o que pensava cada um dos partidos e o que pensava cada um dos deputados.

E esta lei, para além disso, é cuidadosa, é uma lei que protege, acima de tudo, um direito, o direito a escolher. E não caio, como é óbvio, na armadilha de discutir cuidados paliativos *versus* eutanásia. Esse é um não debate.

Trata-se de garantir um direito e esse direito estará garantido se o Senhor Presidente da República o promulgar, promulgar a lei. Lei que, também já agora, já foi sujeita ao escrutínio prévio do Tribunal Constitucional, o que lhe dá ainda mais segurança e mais garantias, que, já agora, também disse que a eutanásia não será em si mesma, inconstitucional.

Por isso, o Bloco de Esquerda reafirma aqui aquela que é a sua posição, que defendeu e tem vindo a defender, aliás, com um projeto próprio na Assembleia da República, para a legalização da eutanásia, conferindo, efetivamente, um direito a quem sofre e quem quer escolher o caminho que acha melhor para o fim da sua vida.

Muito obrigado.

**Presidente:** Muito obrigado, Senhor Deputado António Lima.

Apenas um esclarecimento, Senhor Deputado António Lima:

Eu prestei, de facto, declarações a uma rádio.

Agora, não falei com o Senhor Presidente da República sobre esta matéria.

Senhor Deputado João Costa tem a palavra.

**Deputado António Lima (BE):** Não desmentiu a notícia!

**Vice-Presidente do Governo Regional (Artur Lima):** Acabou de desmentir agora!

(\*) **Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Muito obrigado.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhor Vice-Presidente do Governo, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

O tema proposto pelo CDS-PP, nesta declaração política, da morte medicamente assistida, como acabámos também de assistir, tem várias dimensões, desde logo, pessoais, que são, de alguma forma, do foro da escolha e da opinião de cada uma das Senhoras e dos Senhores Deputados e de cada um dos cidadãos, desde logo, pela matéria que estamos a discutir.

Mas há aqui outra dimensão, que é aquela, que muito bem o Senhor Presidente deste primeiro órgão da autonomia, instado a pronunciar-se, se pronunciou, que é defesa dos Deputados e das Deputadas desta Casa, de também eles se poderem fazer ouvir.

E aquilo que o Senhor Deputado António Lima acabou de dizer vem reforçar aquilo que foi a autoridade que o titular do primeiro órgão da autonomia deve ter nos Açores, para defender esta Casa, esta Assembleia e o mandato de cada uma das Senhoras e dos Senhores Deputados.

E é um facto que este tema, pelas dimensões que tem na sociedade e na política, é contaminado, perdoem-me a expressão, a sua discussão nesta matéria, por este facto. Mas a verdade é que foi a primeira vez que eu ouvi, de viva-voz, nesta casa, o Deputado António Lima pronunciar-se sobre este tema.

E essa é uma falha do Estado ao não ter tido cuidado de, sobre uma matéria que incide em várias dimensões sobre a vida dos açorianos e das açorianas, não ter tido o cuidado de ouvir esta Casa e de pedir a pronúncia desta Assembleia, desde logo, porque é essa a dimensão que eu, naturalmente, em representação do Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata, entendo ser salientada, ou dever ser salientada, neste momento, porque, de facto, foi essa a pronúncia do Senhor Presidente da Assembleia sobre o facto de não termos sido ouvidos, e não qualquer outra, sobre a substância da matéria.

Comprendemos que a substância da matéria nos divide em várias dimensões, mas temos que ser ouvidos. Devemos ser ouvidos!

E o Senhor Deputado António Lima tinha que ser, juntamente com todas as Senhoras e Senhores Deputados desta Casa, o primeiro a defender que esta Assembleia fosse ouvida...

**Vozes de alguns Deputados das bancadas do PSD e do Vice-Presidente do Governo:** Muito bem! Muito bem!

**O Orador:** ... num tema desta dimensão. Era isto, Senhor Presidente.

Muito obrigado.

*(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo)*

**Presidente:** Muito obrigado, Senhor Deputado.

Tem a palavra o Senhor Deputado José Pacheco. Faça favor.

(\*) **Deputado José Pacheco (CH):** Obrigado.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

Nesta matéria, e nas similares, aborto, eutanásia, pena de morte, a posição do Chega, a minha posição, enquanto Presidente do Chega, a minha posição enquanto Deputado do Chega, é, a vida é algo acima de todos nós, em que não temos o direito de escolha.

A vida é a vida!

Só Deus tem o direito de escolha sobre a vida de todos nós! Dá-nos a vida e retira-nos a vida.

E, quanto a isso, não há mais nenhuma dúvida!

Se havia necessidade de clarificar, eu não quero escolher a vida, eu não quero escolher a morte.

Neste caso, eu escolho sempre a vida!... Sempre a vida!...

E temos que (sim, isto sim!) poder dar dignamente a vida, seja ela no início, seja ela no meio, seja ela no fim, a todos, todos, todos.

**Deputada Vera Pires (BE):** Escolha a sua, não escolha a minha!

**O Orador:** Eu não escolho a vida de ninguém e não permito que se escolha, por legislação.

Muito obrigado.

**Presidente:** Muito obrigado, Senhor Deputado.

Tem a palavra o Senhor Deputado Pedro Neves. Faça favor.

(\*) **Deputado Pedro Neves (PAN):** Obrigado.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhor Membros do Governo:

Obviamente que não há nenhuma pessoa, aqui, neste Parlamento, que não queira o direito à vida.

Temos é opiniões completamente diferentes, sejam pessoais, sejam políticas, e eu respeito, obviamente todos.

Mas, Senhor Deputado José Pacheco, o Deus não está aqui ao barulho.

O problema é o Estado!

É o paternalismo do Estado relativamente ao direito à sua própria vida e, daí é que nós divergimos da sua opinião, apesar de respeitar todos os Deputados deste Parlamento.

Eu fiz parte do Grupo de Trabalho em 2015.

Foi em novembro de 2015: Não era deputado, era assessor.

Começou com o ex-Deputado, da Assembleia da República, André Silva, e o ex-Deputado José Manuel Pureza, do Bloco de Esquerda, o primeiro parágrafo.

No fim de novembro de 2015, é que se começou a fazer palestras, audições e a alargar para a sociedade o problema do direito à sua própria vida.

**Deputado José Pacheco (CH):** Também se discutiu a pena de morte!

**O Orador:** Não é o direito à morte! É o direito à sua própria vida!

Na minha vida quem manda sou eu, não é o Estado que vai mandar sobre minha própria vida.

E estou aqui como Deputado PAN, a defender também como líder do PAN, e como filho de uma pessoa que queria ser eutanasiado e não pôde ser feito.

Por isso, obviamente, que defenderei sempre o direito à vida de cada pessoa, individualmente, e não há nenhum Deputado nesta Casa que vai decidir sobre se eu quero ou não continuar com a minha vida.

Obrigado.

**Presidente:** Muito obrigado, Senhor Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

Senhor Deputado Tiago Lopes. Faça favor, tem a palavra.

(\*) **Deputado Tiago Lopes (PS):** Muito obrigado, Senhor Presidente.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhor Vice-Presidente do Governo, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

Há aqui duas questões, efetivamente, para analisarmos esta matéria, que surge na sequência da declaração política do CDS-PP, relativamente à eutanásia. É uma questão de forma, efetivamente, sobre a pronúncia ou não pronúncia, por parte desta Assembleia, relativamente ao diploma que foi aprovado na Assembleia da República.

Não impede que qualquer um dos Grupos, ou Representações Parlamentares, com assento nesta Assembleia, se possa pronunciar, livremente, ou ter qualquer iniciativa também, nesta Casa, relativamente a esta matéria.

Há uma outra questão que tem a ver com a questão da substância.

A questão da substância envolve um pouco aquilo que também foi explanado por parte do Senhor Deputado Rui Martins, na sua Declaração Política, que é a criação de condições. E sobre a criação de condições, temos muito trabalho ainda por fazer.

Relativamente à criação de condições, até 2020, foi feito trabalho em proporcionar cuidados paliativos para os utentes do Serviço Regional de Saúde.

**Vice-Presidente do Governo (Artur Lima):** Aonde?!

**O Orador:** Aonde?

Na criação de uma unidade de cuidados paliativos no Hospital do Divino Espírito Santo que sofreu alterações que em nada abonaram a favor dos utentes do Serviço Regional de Saúde,...

**Vice-Presidente do Governo** (*Artur Lima*): Não misture uma coisa com a outra. Dê dignidade ao tema.

**O Orador:** ... nomeadamente a remoção de especialistas durante o período noturno, que pudessem dar assistência aos utentes que daquela unidade beneficiam de cuidados de saúde.

Foi feito trabalho na criação de equipas de suporte inter-hospitalar, no Hospital de Santo Espírito, na Ilha Terceira, no Hospital da Horta.

Foi feito trabalho na criação de equipas de suporte comunitário, também ao nível dos cuidados de saúde primários e, desde 2020 para cá, naquilo que diz respeito ao desenvolvimento dessas condições e na criação de condições para dar assistência aos utentes e familiares que delas necessitem, desses cuidados de saúde, nada sabemos.

Isso é efetivamente aquilo que nos preocupa, é a criação de condições, independentemente daquilo que seja o evoluir da assistência, neste caso, da morte medicamente assistida.

E isso é um aspeto que esta Assembleia tem toda a responsabilidade de se pronunciar e de apresentar medidas legislativas que proporcione essas condições e sobre essa matéria, efetivamente, nada temos sabido.

Naquilo que diz respeito aos cuidados paliativos, em 2021, em 2022 e agora para 2023, tivemos consecutivamente verbas para desenvolver a rede, mas sobre ela nada sabemos.

Sabemos, efetivamente, é aquilo que é do conhecimento de todos, que é, nomeadamente, na unidade de cuidados paliativos do Hospital do Divino Espírito Santo, que se retirou capital humano especializado para dar assistência aos utentes e familiares que necessitem desses cuidados de saúde.

E é sobre essa criação de condições que esta Assembleia se deve focar inicialmente e não tentar imputar responsabilidades a outros, nomeadamente



à Assembleia da República, pelo facto de, formalmente, não ter solicitado o parecer ou pronúncia desta Assembleia...

**Vice-Presidente do Governo** (*Artur Lima*): Ah!... E acha isso bem?!

**Deputado Joaquim Machado** (*PSD*): Foi violada a lei e o princípio da autonomia.

**O Orador**: ... e sobre isso é que esta Assembleia se deve refletir.

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)*

**Presidente**: Obrigado, Senhor Deputado.

Tem a palavra o Senhor Deputado Paulo Estêvão.

(\*) **Deputado Paulo Estêvão** (*PPM*): Senhor Presidente, Senhores Deputados, Senhor Vice-Presidente e Membros do Governo:

Esta é uma matéria que divide a sociedade portuguesa. Divide vários grupos parlamentares, vários partidos, que não têm uma posição oficial sobre esta matéria.

Nós próprios, eu e o Senhor Deputado Gustavo Alves, temos posições diferentes sobre este assunto.

Temos o Grupo Parlamentar do Partido Socialista que, também na República, tem deputados com posições diferentes, e o próprio PSD.

O próprio Partido Socialista não inscreveu esta matéria no seu programa eleitoral, e não inscreveu porque considera que é uma matéria que não deve estar no programa eleitoral dos partidos, porque os partidos não devem ter, ou no caso do Partido Socialista, optou por não ter uma posição oficial sobre esta matéria.

A mesma coisa, por exemplo, que o PSD, que também não tem uma posição programática sobre esta matéria.

Ora, colocada assim a questão, para que é que existem os referendos?

É exatamente para este tipo de questões: quando nós temos o poder de representar as populações, com base numa espécie de contrato social, que é o nosso programa eleitoral.

Mas a verdade é que se o programa eleitoral dos diversos partidos (ou de alguns partidos), não assume uma posição específica sobre esta matéria, então esses Deputados estão mandatados para representar o conjunto da população sobre este assunto de forma específica?

Eu não acho que estejam.

Então, é nestas matérias que eu acho que deve ser consultada a população, para que cada um, para que cada pessoa, possa decidir sobre esta questão, de acordo com a sua opinião, a opinião individual de cada cidadão, porque, na verdade, a democracia representativa, nesta matéria... Eu não vejo como é que os Senhores Deputados podem estar a representar a população, ou um conjunto de indivíduos, esta população, uma vez que não está no programa eleitoral, não assumiram esta responsabilidade e não assumiram esta posição perante o cidadão.

Por isso, eu considero que a população deve ser chamada, a pronunciar-se sobre esta matéria. Esta é a minha posição, é a posição individual.

Mais uma vez, vejam a dificuldade que é, nalguns partidos, assumir uma posição.

Nem posso assumir que esta seja a posição do Grupo Parlamentar do PPM. É apenas a minha posição sobre esta matéria, ou seja, é necessário, na minha perspetiva, que seja feito um referendo e que cada cidadão se possa pronunciar sobre esta matéria. Penso que é a forma mais justa de exercer a democracia.

Eu não estou a favor – e termino – que o referendo seja um instrumento mais democrático. Eu considero é que o referendo, em situações deste tipo, deve ser utilizado. Eu não esqueço, por exemplo, que as ditaduras, ou os regimes mais autoritários, utilizaram durante a história o referendo como objeto de legitimação.

Portanto, eu não condeno a existência da legitimidade de uma democracia representativa sobre todo um conjunto de matérias, sobre um grande conjunto de matérias, mas há matérias específicas, como é o caso em que considero que a democracia representativa deve dar lugar a que também as pessoas possam pronunciar-se sobre um tema no qual não existe contrato social, no qual uma grande maioria, ou os partidos que representam, têm maior representatividade parlamentar, não assumiram uma posição oficial, que é o caso, por exemplo (só para dar dois exemplos) do Partido Socialista e do PSD.

**Presidente:** Muito obrigado, Senhor Deputado.

Pergunte se há mais inscrições?

*(Pausa)*

Penso que não.

O Senhor Deputado Rui Martins tem a palavra para encerrar esta declaração política.

(\*) **Deputado Rui Martins (CDS-PP):** Muito obrigado, Senhor Presidente.

Senhor Presidente, Senhores Deputados, Senhor Vice-Presidente e Membros do Governo:

Relativamente às intervenções que a declaração política do CDS acabou por levar a cabo, devo dizer, Senhor Deputado António Lima, que é verdade que houve alguma discussão sobre a questão da eutanásia, desde logo, porque os próprios partidos, quando apresentaram propostas na Assembleia da República, só esse facto, acabou por gerar alguma discussão.

Agora, isso não quer dizer que seja uma discussão informada e o facto é que do ponto de vista – e foi aquilo que nós, na nossa declaração política, salientámos – do escrutínio eleitoral que deve ser feito, porque efetivamente o voto confere aos deputados o direito democrático de exercer o seu mandato e

tomar as decisões por si, efetivamente é o manifesto eleitoral que também confere essa legitimidade na resposta que é dada às diversas temáticas.

Neste caso, devo dizer que, do ponto de vista do programa eleitoral, apenas o Bloco de Esquerda, o PAN e o LIVRE é que continham efetivamente essa menção e eram favoráveis, e foram ao escrutínio popular com essa menção. Qualquer um dos vossos eleitores, instados a essa problemática, sabia perfeitamente qual é que era o sentido de voto dos vossos partidos, coisa diversa daquilo que aconteceu com as sucessivas propostas que foram votadas na Assembleia da República.

Só a título de exemplo, em 2021, do Partido Social Democrata, houve 14 deputados que votaram a favor e 101 do Partido Socialista.

Neste último ato, do Partido Social Democrata, foram apenas 6.

Então, qual é a legitimidade?

Afinal, não é um partido que está representado, democraticamente, e que deveria ser sujeito e ter submetido ao escrutínio popular, em ato eleitoral, esse seu posicionamento, que não o fez e dependerá sempre de quem é que está presente.

No caso do Senhor Deputado, como disse aqui o Senhor Deputado Paulo Estêvão, Gustavo Alves se fazer substituir, se calhar, a pessoa a seguir, das Flores, do PPM, já é a favor ou é contra a eutanásia.

Acha que isso é que dá legitimidade aos partidos de poderem posicionar-se, consoante as substituições que possam entender fazer, para fazer passar uma lei?

Não me parece que seja esse o caso e por isso essa discussão que, embora possa ter acontecido em alguns círculos, não é uma discussão esclarecida e não é uma discussão que tenha efetivamente movido toda a sociedade portuguesa, até porque há outra premissa que foi retirada desta última proposta legislativa, nomeadamente a retirada da premissa da doença fatal.

Eu gostava de saber se o senhor sabe, e tem esse entendimento, se os portugueses estão a favor ou não da inclusão da doença fatal, como motivador para a eutanásia?

E depois há muitas incoerências.

O Bloco de Esquerda, (nomeadamente, já que insiste na sua posição, ou pelo menos continuamos aqui quase em diálogo, não é?), atentando às liberdades individuais, que é legítimo, não contesto, o que está em causa, efetivamente, é a dignidade, o sofrimento e a doença incurável, mas estes factos são só para maiores.

Agora a questão retórica que lhe deixo...

**Deputado António Lima (BE):** Eu não posso responder.

**O Orador:** Obviamente! Isto é um espaço de posicionamento. O Senhor Deputado fez a sua intervenção, não tem tempo para responder, obviamente, porque não é esta a figura regimental que o permite.

Mas a realidade é esta: se está em causa só o cidadão maior, sendo que aquilo que está subjacente à lei da eutanásia é o sofrimento, a dignidade, a doença incurável, eu pergunto, (e deixo esta pergunta): o sofrimento e a doença incurável não se aplicam a menores?

Ou seja, um menor vai ter que esperar até ser maior para poder acabar com o sofrimento.

Na verdade, não está em causa, a dignidade, o sofrimento e a doença incurável.

O que está em causa é, efetivamente, a decisão do cidadão poder tomar essa decisão por si...

*(Aparte inaudível)*

**O Orador:** Mas isso não tem a ver, então, com aquilo que é alegado, que tem a ver com as situações de doença.

E depois há outra questão que também é muito pertinente. O Senhor Deputado Pedro Neves também diz que o Estado não manda na vida individual, mas no fundo manda, porque têm que existir três médicos a dar aprovação para esta decisão.

No caso de haver um dos médicos que diga que não, a decisão volta à estaca zero.

Então em que é que esta decisão pode incorrer?

Incorre, desde logo, numa desautorização dos colegas, porque o colega que diz que “não”, está a desautorizar os dois colegas que dão parecer positivo.

**Presidente:** Senhor Deputado, agradeço termino.

**O Orador:** E termino já, Senhor Presidente.

Por outro lado, pode levar a uma mercantilização da própria eutanásia, em que obviamente vamos procurar aquele conjunto de médicos que já se sabe que irá dar o seu parecer positivo.

E tenho que dar aqui uma última nota, Senhor Presidente, com a devida latitude, só para a intervenção do Senhor Deputado Tiago Lopes, porque falou naquilo que é a falta ou não de investimento deste Governo Regional.

Eu devo dizer-lhe, Senhor Deputado Tiago Lopes, que também acompanho aquilo que foram as políticas regionais, como todos nós. E devo lembrá-lo...

**Vice-Presidente do Governo (Artur Lima):** Agora ouça.

**O Orador:** ... que do Plano Regional de Saúde, do seu partido, estava prevista a conclusão da rede de cuidados paliativos regionais (e isso é que agora não consigo precisar) no primeiro ou no segundo trimestre de 2014 (2014!).

Volvidos quase 10 anos...

**Deputado Tiago Lopes (PS):** O que existe foi o que foi feito anteriormente!

**O Orador:** Não quer culpar este Governo, que está há dois anos em funções, dos seus insucessos, não é?

Porque passados 10 anos, efetivamente, existe uma unidade intra-hospitalar.

**Presidente:** Tem que terminar, Senhor Deputado.

**O Orador:** De 2014, de uma rede regional de cuidados paliativos, o que o senhor tem para mostrar, e o que o seu Governo tem para mostrar,...

**Deputado Carlos Silva (PS):** O que existe é o que está para trás. Este Governo não fez nada!

**O Orador:** ... é uma unidade de cuidados intra-hospitalares (uma unidade; de uma rede regional, uma unidade)

**Presidente:** Senhor Deputado, tem de terminar. Faça favor.

**O Orador:** É isso que tenho para lhe dizer.

Uma vez que o Senhor Presidente também foi interpelado, devo dizer, Senhor Presidente, que me revejo (e o CDS revê-se) na interpretação que fez relativamente a esta lei, sobretudo naquilo que concerne, e que aparentemente alguns dos partidos nesta Casa, não são sensíveis a esse facto) que é o desrespeito por aquilo que são os órgãos de governo próprio da autonomia, uma vez que esta lei poderá ter implicações diretamente naquilo que é o sistema regional de saúde, que são sistemas autonomizados, tanto aqui nos Açores, como na Madeira,...

**Vice-Presidente do Governo (Artur Lima):** Não há respeito!

**O Orador:** ... e que não fomos ouvidos e isso é um absoluto desrespeito.

E registo também o facto do Partido Socialista nem sequer ter dito uma palavra acerca desse desrespeito.

Muito obrigado.

**Presidente:** Muito obrigado, Senhor Deputado. Está encerrada esta declaração política.

Para uma interpelação tem a palavra o Senhor Deputado Vasco Cordeiro.

**Deputado Vasco Cordeiro (PS):** Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhor Vice-Presidente, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

Senhor Presidente, eu peço a palavra para uma interpelação, exatamente, porque há uma questão que me suscita uma dúvida.

E aquilo que eu gostaria de lhe perguntar, Senhor Presidente, é se a Mesa da Assembleia, a propósito desta questão do alegado desrespeito pela nossa autonomia, recebeu, da parte de algum dos partidos aqui representados, ou se Vossa Excelência, como Presidente da Assembleia, ponderou acionar, a possibilidade que é, pela Constituição da República, garantida à Região Autónoma dos Açores e a este Parlamento, de se pronunciar, por iniciativa própria, sobre esta matéria?

Muito obrigado.

**Deputado Joaquim Machado (PSD):** Não precisa se pronunciar. Tem é o direito de ser ouvida.

**Presidente:** Senhor Deputado, não ponderámos essa possibilidade, nem nenhum partido fez chegar à Mesa da Assembleia essa posição.

Senhoras e Senhores Deputados, faltam cerca de três minutos para atingirmos a nossa hora regimental.

Creio que não dará tempo para a próxima declaração política.

O Senhor Deputado Joaquim Machado pede a palavra para uma interpelação. Faça favor. Tem a palavra.

(\*) **Deputado Joaquim Machado (PSD):** Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhor Vice-Presidente, Senhores Membros do Governo Regional:

A interpelação, Senhor Presidente, é para requerer a Vossa Excelência que informe o plenário sobre o número de diplomas nacionais que, no decurso deste mês de dezembro, chegou ao nosso Parlamento para que, nos termos da lei, nos pudéssemos pronunciar.

E requerer também que nessa informação venha a referência à chegada, ou não, ao nosso Parlamento, do parecer que nós devíamos ter dado sobre esta iniciativa legislativa, que foi objeto da declaração política do CDS.

Muito obrigado.

**Presidente:** Muito obrigado, Senhor Deputado.



O Senhor Deputado, como Presidente da Comissão, e os outros Senhores Presidentes da Comissão, sabem que foram dezenas, provavelmente, de diplomas que chegaram para sermos ouvidos e sobre essa legislação, em particular, não chegou nenhum pedido de audição.

Vamos encerrar os nossos trabalhos para o almoço.

Continuamos à tarde com a Agenda.

*Eram 12 horas e 59 minutos.*

**Presidente:** Senhor Presidente, Senhores Deputados, Senhores Membros do Governo:

Vamos recomeçar os nossos trabalhos.

*Eram 15 horas e 05 minutos.*

O Senhor Deputado Pedro Pinto pede a palavra para?

**Deputado Pedro Pinto (CDS-PP):** Para uma interpelação, Senhor Presidente.

**Presidente:** Tem a palavra. Faz favor.

**(\*) Deputado Pedro Pinto (CDS-PP):** Senhor Presidente, muito obrigado.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

Para uma interpelação.

Eu, ontem, quando terminei a minha última intervenção, dirigi-me à bancada do Partido Socialista dizendo “vocês”.

Portanto, foi obviamente um excesso e um erro da minha parte.

Eu já falei, hoje, de manhã, com o Senhor Presidente do Grupo Parlamentar do Partido Socialista.

Eu, que sou um fervoroso defensor do cumprimento das normas e um ativo crítico quando, aqui nesta Assembleia, alguém se dirige a outro membro da

Assembleia nesses termos, portanto, não posso deixar de fazer este *mea culpa*, pedindo desculpa à bancada do Partido Socialista.

Obviamente, foi um exagero. Deveria ter-me dirigido a Vossa Excelências, como Vossas Excelências.

Muito obrigado, Senhor Presidente.

*(Risos do Deputado Pedro Neves)*

**Presidente:** Muito obrigado, Senhor Deputado.

Está registada a sua interpelação.

Senhor Deputado Joaquim Machado, para?

(\*) **Deputado Joaquim Machado (PSD):** Para uma interpelação, Senhor Presidente.

**Presidente:** Faz favor, Senhor Deputado.

(\*) **Deputado Joaquim Machado (PSD):** Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhores Membros do Governo Regional:

Senhor Presidente, a minha interpelação é para questionar Vossa Excelência se deu entrada na Mesa, a informação que o Senhor Deputado Berto Messias se comprometeu entregar, relativamente aos Planos Regionais de Emprego 2016 a 2020?

Porque até agora, não tendo chegado aos nossos e-mails qualquer informação, eu presumo que o Senhor Deputado Berto Messias ainda esteja à procura dos Planos de Emprego dos Açores de 2016 a 2020.

Portanto, é saber se, efetivamente, essa informação foi entregue ou se foi apenas um numerozinho, que o Senhor Deputado ontem quis fazer, insinuando qualquer coisa que afinal ainda não encontrou.

**Presidente:** Obrigado Senhor Deputado.

Está registada.

A mim, diretamente, acho que não, mas pode ter sido enviado por mail “plenário”.

Portanto, se foi enviado, terá sido distribuído.

Senhoras e Senhores Deputados, no ponto 20 da nossa agenda há um **recurso**, apresentado pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista, **sobre o despacho de não admissão da proposta de substituição na generalidade do Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 64/XII – “Funcionamento de cantinas e bufetes escolares”**.

Esta matéria tem prioridade na Agenda, daí que vamos discuti-la no imediato. Penso que o recurso foi distribuído por todas as Senhoras e Senhores Deputados.

A prática regimental utilizada nesses casos são 5 minutos para cada bancada, incluindo o proponente e o Governo, o Senhor Deputado Independente tem 3 minutos.

Portanto, vamos iniciar pelo proponente.

Senhor Deputado Vasco Cordeiro, faz favor. Tem a palavra: 5 minutos.

**Deputado Vasco Cordeiro (PS):** Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

O Partido Socialista, nos termos do artigo 121.º, n.º 1, alínea c), apresentou um recurso para plenário da decisão, da qual os deputados foram notificados no passado dia 9 de dezembro, de não admissão de uma proposta de substituição, elaborada pela Comissão dos Assuntos Sociais, e referente à iniciativa n.º 64/XII, Projeto de Decreto Legislativo Regional, referente ao funcionamento das cantinas e bufetes, na Região Autónoma dos Açores.

Sumariamente, o teor do despacho conclui pela não admissibilidade, remetendo para a fundamentação que consta de uma informação jurídica, que foi devidamente apensa a esse despacho, e da qual as Senhoras e Senhores Deputados, segundo creio saber, também tomaram conhecimento.

As razões do recurso para plenário estão expressas na fundamentação escrita, que deu entrada e que foi distribuída e que, sumariamente, eu gostaria de referir neste momento, como alicerçando-se, fundamentalmente, em três aspetos:

Em primeiro lugar, no nosso entendimento, a fundamentação do despacho, padece de uma contradição, nomeadamente, pelo facto de o artigo da proposta de substituição, na qual o despacho se alicerça para considerar que é violada a lei travão, é, exatamente, igual ao artigo que a proposta originária também tem, e que estava, e está, agendada para esta nossa sessão plenária.

Nós entendemos que, a haver um problema com um, haveria um problema com o outro, mas entendemos que não há, efetivamente, um problema, porque, e aí entro no segundo motivo do recurso, salvo o devido respeito e melhor opinião, o despacho e a sua fundamentação padecem de uma ilegalidade.

Em que sentido?

No seguinte:

O direito de os deputados apresentarem iniciativas legislativas, é, talvez, um dos mais nobres direitos que um deputado pode ter nesta Casa. E como qualquer direito, ele só pode ser limitado, ou constrangido, nos exatos termos em que a lei o preveja.

Ora, a lei, efetivamente, prevê uma restrição ao exercício desse direito e essa restrição é, sumariamente, a que consta do artigo 45.º do nosso Estatuto Político-Administrativo, e consiste no facto de os deputados não poderem apresentar projetos de decreto legislativo que diminuam as receitas, ou aumentem as despesas, no ano económico em curso.

Ora, a interpretação que é feita, na fundamentação do despacho, é que isso abrangia não apenas o ano económico em curso, mas também o ano económico seguinte àquele a que se refere a proposta que estiver em análise.

Nós consideramos que essa restrição de direitos só pode acontecer nos termos exatos em que está previsto na lei.

Não é suscetível de qualquer interpretação extensiva, ou por analogia e, portanto, mesmo considerando que há já a aprovação do orçamento para o próximo ano, não é legal considerar que uma proposta debatida e votada, ainda este ano, viola a lei travão.

Portanto, ao considerá-lo desta forma, no nosso entendimento, o despacho padece de uma ilegalidade.

E, por último, entendemos que o despacho também padece de falta de fundamentação. Porquê?

Porque na informação jurídica para o qual remete, os termos dessa informação jurídica, não concluem por um juízo claro, argumentado, fundamentado, quanto a essa suposta e alegada violação da lei travão.

O que faz a informação jurídica é socorrer-se de expressões como: “parece referir”, “aparenta contradizer ou estar em conflito”.

Nós entendemos que, tendo em conta os interesses que estão em causa do exercício de um direito...

**Presidente:** Agradeço que termine, Senhor Deputado.

**O Orador:** Já termino, Senhor Presidente.

... pelos Deputados, claramente, a fundamentação não pode ser essa. Aliás, esta não pode ser considerada como fundamentação.

O recurso conclui por um pedido ao plenário da Assembleia de, assim entendendo, se pronunciar pela admissibilidade da proposta de substituição elaborada pela Comissão de Assuntos Sociais ao Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 64/XII, revertendo o despacho de não admissibilidade.

Concluo apenas referindo que o Partido Socialista não é signatário dessa proposta de substituição. E o que está aqui em causa, para além do teorizado da proposta de substituição e do assunto que está em causa, é, exatamente, a questão do exercício de um direito pelos Deputados desta Casa.

Muito obrigado, Senhor Presidente.

**Vozes de alguns Deputados da bancada do PS:** Muito bem! Muito bem!

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)*

**Presidente:** Muito obrigado, Senhor Deputado.

Tem a palavra o Senhor Deputado João Bruto da Costa. Possui 5 minutos, também.

(\*) **Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Muito obrigado. Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

Continuamos com os nossos tempos em baixo e também com o site da Assembleia, os e-mails e, naturalmente, o acesso a alguma informação.

Mas diria, desde já, relativamente a este recurso e a esta matéria, que nós temos aqui duas situações:

A primeira situação diz respeito a uma divergência jurídica, de apreciação jurídica, da aplicação da norma travão no mês de dezembro.

Sejamos claros, para toda a gente entender, e deixarmos um bocadinho o juridiquês de parte e a interpretação das normas, para aquilo que está efetivamente em causa.

E o que está em causa é a admissibilidade de um diploma que impacta com a norma travão.

Podemos discutir o ano económico em curso; podemos discutir as palavras, a letra da lei. Podemos até evitar as interpretações extensivas ou analógicas, podemos ir para outro tipo de interpretações, nomeadamente a enunciativa ou outras mais elaboradas, em termos de interpretação jurídica desta nova.

Mas o que é facto, o que estamos efetivamente a discutir, é se no mês de dezembro, nós podemos chegar aqui, depois de aprovado o orçamento para 2023, e apresentar com urgência, desde logo, até a quarta-feira, à hora de almoço, um diploma que viola claramente, ou que impacta em 10, ou em 100, em 1.000.000 ou em 20, no orçamento que aprovámos o mês passado? É disso que estamos a falar. E é da admissibilidade.

Nós não estamos a falar dos diplomas que estão – e eu não tendo tempo, peço desculpa, Senhor Presidente, gostaria de ter algum controlo, mas para simplificar – relatados e que eventualmente, quando vierem a plenário no ano que vem, poderão alguns deles, apesar de admitidos e de terem que ser

discutidos, terem que ser alterados, sob pena de não poderem entrar em vigor, porque vão colidir com a norma travão.

É disso que estamos a falar, não é da discussão jurídica que se irá fazer a seguir, se por acaso este recurso, ou estes diplomas, forem aprovados neste mês de dezembro, este ou outros que estão em discussão e que foram admitidos, e bem-admitidos, porque foram corretamente admitidos, antes desta circunstância, deste limbo orçamental, ou jurídico, ou interpretativo daquilo que estamos efetivamente a discutir.

E da nossa parte, em conclusão:

Nós entendemos que devemos respeitar, aquilo que é, o sentido da norma travão, que implica, em qualquer circunstância, que nós não podemos ter a iniciativa de apresentar diplomas que impliquem aumento de despesa ou diminuição de receita, que tenham impacto no orçamento que está efetivamente a impactar,...

**Deputado Carlos Silva (PS):** Não é isso que a lei diz.

**O Orador:** ...ainda que não seja. aprovado no dia 31 de dezembro, porque senão, nós estamos a brincar com a norma travão.

**Deputada Andreia Cardoso (PS):** Na sua opinião!

**O Orador:** Nós não estamos, efetivamente, a respeitar.

Porque eu podia até à uma da tarde apresentar qualquer diploma que violasse a norma travão e que tivesse impacto no orçamento que aprovamos há um mês. E isso é que é a circunstância prática e a implicação prática que estamos aqui a discutir: a admissibilidade de um diploma que viola a norma travão.

Esta Assembleia é soberana e as maiorias decidem.

Da nossa parte, fica esta certeza:

Nós não aceitamos que se crie esta exceção e esta excecionalidade, na interpretação daquela que é uma regra de estabilidade do Orçamento da Região Autónoma dos Açores e que implica que o dever de iniciativa cabe ao Governo...

**Deputado Nuno Barata (IL):** Isso é uma coisa bem diferente do parecer jurídico da Assembleia. Bem diferente!

**O Orador:** ... e é o Governo que deve ter a iniciativa relativamente às alterações e às implicações orçamentais daquilo que já aprovámos o mês passado.

Muito obrigado.

*(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)*

**Presidente:** Muito obrigado, Senhor Deputado.

Mais inscrições?

Senhor Deputado António Lima, faça favor. Tem a palavra.

**(\*) Deputado António Lima (BE):** Muito obrigado.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda acompanha e concorda com o recurso que é apresentado pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista por vários motivos, e gostaria de destacar alguns, para além daquilo que está expresso em termos gerais, no recurso, e que já foi expresso pelo Senhor Deputado Vasco Cordeiro.

A proposta em causa não aumenta despesa, nem diminui receita, no ano económico em curso. O ano económico em curso é 2022 e o que diz o artigo 45.º, do Estatuto, e 167.º da Constituição é exatamente que os deputados não podem apresentar iniciativas, ou propostas de alteração, que aumentem despesa, ou reduzam receita, no ano económico em curso.

Ou seja, não há nenhuma interpretação, por mais bondosa que seja, que possa dizer: não!



O orçamento para o ano já está aprovado; nós temos que interpretar a norma travão como se fosse, não o ano económico em curso, mas a partir do momento em que o orçamento está aprovado.

Isso não faz, obviamente, nenhum sentido e seria perigoso, porque se o legislador constituinte e estatutário quisesse que assim fosse, tinha escrito exatamente nesses termos.

E é perigoso, porquê?

Para além de limitar a capacidade e o poder de iniciativa dos deputados, permitiria, por exemplo, ao legislador comum, alterar as datas e os prazos de apresentação do orçamento e de aprovação do orçamento para, por exemplo, e por absurdo, os orçamentos dos anos seguintes serem aprovados, imagine-se, em junho, ou julho,...

**Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Por isso é que não são!

**O Orador:** ... e ficariam os deputados limitados, impedidos de apresentar propostas e iniciativas legislativas durante um ano e meio, porque os senhores acham que a interpretação deve ser essa.

**Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Por isso é que a meio do ano não é aprovado o Orçamento!

**O Orador:** Ora, não é isso que diz o estatuto, não é isso que diz a Constituição e eu também não posso deixar de assinalar a incoerência do PSD, que aprovou, na Assembleia da República, durante o período da pandemia, propostas que aumentaram a despesa (e bem, porque o Bloco de Esquerda também as aprovou), do Orçamento de Estado, e aí não vi,...

**Deputado Nuno Barata (IL):** Estava o estado de emergência em curso!

**O Orador:** Não estava estado de emergência em curso, coisa nenhuma.

... o PSD preocupado com a norma travão.

Não só foram admitidas, como foram aprovadas pelo PSD.

Da nossa parte, iremos acompanhar o recurso, esperando que os deputados não abram um precedente que é efetivamente perigoso quanto aos poderes dos Deputados.

Muito obrigado.

**Presidente:** Muito obrigado, Senhor Deputado António Lima.

Continuam abertas as inscrições.

Senhor Deputado Nuno Barata, faça favor.

(\*) **Deputado Nuno Barata (IL):** Senhor Presidente, Senhores Deputados, Senhores Membros do Governo:

Este recurso do Partido Socialista, independentemente da análise que se queira fazer, do ponto de vista da lei travão, ainda tem mais algum conteúdo que vai para lá daquilo que é a lei travão.

Fundamenta-se também de alguma falta de fundamentação do parecer que o Senhor Presidente da Assembleia recebeu dos seus próprios serviços, e que é vago, não é claro.

Havia um deputado nesta Casa, há uns anos atrás, que dizia que “juristas dessa *jaez*” o diabo tem os aos montes”.

E às vezes é preciso também atentarmos nessas normas e nestes pareceres que nos vêm de alguns gabinetes com mais acutilância.

Mas o pior de tudo isto, é que eu diria – o Senhor Deputado Bruto da Costa usou a expressão, brincadeira – que neste caso estamos perante um Jogo de Lego.

Recebemos agora pelo Natal, quais criancinhas, um Jogo de Lego, com as instruções, mas como ainda somos todos muito pequeninos, todos muito criancinhas, montamos aquilo tudo mal montadinho. Não seguimos as instruções, passo a passo.

E no final não deu aquilo que era para dar.

Deu uma coisa completamente diferente, ou seja, deu aquilo a que se chama em juridiquês, uma trapalhada jurídica.

E em cima da trapalhada jurídica, nós estamos a tentar meter ainda mais trapalhada jurídica.

E o apelo que eu faço à Câmara é que aprovemos este recurso e façamos baixar à Comissão, definitivamente, esse diploma, para o trabalharmos como deve ser, e montá-lo como deve ser, mas com objetividade.

Não é ir para a Comissão aceitar propostas que, em matemática, se chamam de efeito nulo, só para dizer que se acautelou algumas coisas, que se acomodou algumas sugestões e no fim nada. Fica tudo na mesma, porque na mesma ficou a desgraça que nós temos.

Na mesma ficou essa desgraça que nós temos e acabámos por não ter diploma para discutir. Eu já nem sei se vale a pena aprovar o recurso do Partido Socialista, se bem que o recurso do Partido Socialista tem essa vantagem, que é nós fazermos jurisprudência sobre a questão da interpretação da norma travão. Esta Casa também tem o direito de fazer jurisprudência sobre a interpretação dessas normas.

Se bem que, por outro lado, eu chamo à reflexão o efeito prático disto, que é se nós vamos aprovar um recurso do Partido Socialista agora; amanhã à tarde, discutir e aprovar o diploma; quando é que ele entra em vigor?

No ano em curso seguinte!

Impacta ou não impacta com a lei travão?

Impacta com a lei travão... Talvez!

Mas, talvez, não, porque foi aprovado no ano em curso, atual.

E eu, na minha bonomia e com o espírito de tentar aprovar uma legislação que me parece boa para as famílias açorianas, fui ao orçamento e vejo um aumento de 2.000.000 de euros no apoio social escolar, no Orçamento da Região Autónoma dos Açores para o próximo ano.

O que é que um cidadão de boa-fé pensa?

Acautelaram no orçamento a questão do abaixamento das refeições escolares.

Também era bom que o Governo nos esclarecesse se acautelou, em sede de orçamento, a verba necessária para acudir a este diploma, que se considerava, há três meses, de relevante importância para as famílias açorianas, e que eu

acho que é de relevante importância para as famílias açorianas no momento em que vivemos.

E por isso eu vou votar favoravelmente a proposta do Partido Socialista, porque tenho dúvidas, de facto, da interpretação da norma da lei travão, mas acho que devemos todos fazer um esforço para resolver definitivamente o problema das refeições escolares e bufetes, em vez de andarmos aqui às voltas com mete, tira, assume desassume, muda, reúne grupo de trabalho, não reúne grupo de trabalho, chega a consenso, não chega a consenso, porque acho que isso não vai resolver mesmo o problema das famílias açorianas que estão em casa à espera que nós aqui ajudamos a resolver os seus problemas.

Disse.

**Presidente:** Obrigado, Senhor Deputado.

Senhor Deputado Rui Martins, faz favor. Tem a palavra.

(\*) **Deputado Rui Martins (CDS-PP):** Muito obrigado, Senhor Presidente.

Senhor Presidente, Senhores Deputados, Senhor Vice-Presidente e Membros do Governo:

Relativamente a este recurso para o plenário da decisão da Mesa, da parte do CDS diria que, numa primeira análise, vimos com bom grado o recurso para plenário, porque nessa primeira análise, sentimo-nos impelidos a corroborar daquilo que era a interpretação que o Partido Socialista faz da lei.

E na própria exposição de motivos deste recurso, somos sensíveis àquilo que é argumentação e, numa primeira fase, parecia que fazia todo o sentido.

Mas efetivamente após uma análise um pouco mais aturada, há aqui dois aspetos que, para este assunto em causa, levam a que o CDS não tenha exatamente esse entendimento. E, nessa análise mais aturada, um dos factos é algo que até ocorreu há dois plenários atrás, se não estou em erro, que teve a ver com um diploma relativamente às taxas moderadoras.

E relativamente a esse diploma, o que acabou por surgir da Comissão, foi um diploma em paralelo, ou seja, os dois diplomas mantiveram-se e não houve propriamente uma substituição integral.

Votámos os dois diplomas.

**Deputada Ana Luís (PS):** Exatamente igual a este caso!

**O Orador:** Exatamente igual a este caso. Obrigado, Senhora Deputada Ana Luís. Então não estarei enganado.

Atendendo a que é esse o caso, consideramos que esta substituição não é propriamente uma substituição integral, ou seja, é um novo diploma que sobe a plenário, que será discutido conjuntamente.

Logo, não sendo uma substituição integral, e salvo melhor opinião, corroboramos a tese da Mesa em que efetivamente estamos a ver um novo diploma que, neste momento, por conta da lei travão, não deverá ser admitido, estando outro já relatado e agendado. Não é a mesma situação.

Ou seja, o que aconteceu com o diploma das taxas moderadoras foi exatamente isso. Nós votámos os dois diplomas; nós votámos o que estava no ponto da agenda e votámos o que veio da Comissão.

Ora, neste caso, a não admissão justifica-se. E, nessa análise um pouco mais aturada, no nosso entender, justifica-se a posição tomada pela Mesa de não admissão, porque, atendendo que já está o orçamento votado e aprovado,...

**Deputado Carlos Silva (PS):** É o ano económico que está em curso, Sr. Deputado!

**O Orador:** ... efetivamente esta admissão poderia incorrer nessa contradição com a lei travão. É exatamente nesse aspeto.

E posso dar outro exemplo também neste plenário, que é diferente: o Partido Socialista, tem um diploma agendado acerca do nomadismo digital, que também prevê o eventual agravamento, ou aumento de custos, para o ano de 2023, que está agendado e que teve uma proposta de alteração.

Ora, a proposta de alteração que esse diploma teve é diferente deste, porque não é uma proposta de substituição integral, nem é um diploma novo, é uma alteração a alguns pontos.

**Deputada Ana Luís (PS):** Uma proposta de substituição integral, é uma alteração a tudo!

**O Orador:** Senhora Deputada, salvo melhor opinião, para o CDS, não é a mesma situação.

De qualquer das formas, há aqui outra questão.

A outra questão que, se por um lado é legítimo atentar à letra da lei e àquilo que também o Partido Socialista avoca neste recurso, relativamente a decisões anteriores, à jurisprudência, e àquilo que está efetivamente na letra da lei, que é o ano em curso, e não anos posteriores, ou anteriores, há uma coisa que também é factual e que também concorre para a mesma interpretação.

Quando o Partido Socialista afirma que poderíamos estar nesta situação a sonegar um direito que os deputados têm, que é o direito e o poder de propositura, protelando, por exemplo, em comissão um qualquer diploma para que ele depois subisse a plenário após a votação do orçamento, também o inverso é verdade: também poderíamos, oportunamente, não apresentar um qualquer diploma antes de um orçamento, e apresentá-lo no mês seguinte à aprovação do orçamento, para que, dessa forma, subvertêssemos até o próprio ano em curso.

E eu dou como exemplo, o Plano de Emergência Social que o Partido Socialista apresentou, na altura, enquanto proposta de alteração ao Orçamento Regional para 2023.

O plano de 46.000.000 de euros, se fosse apresentado nesta sessão legislativa...

**Presidente:** Agradeço que termine, Senhor Deputado.

**O Orador:** ... neste plenário de dezembro, podíamos estar a incorrer numa alteração (e termino já, Senhor Presidente) de 46.000.000 de euros no Orçamento já aprovado para 2023, o que, do ponto de vista da estabilidade e daquilo que é o espírito da lei relativamente à estabilidade orçamental e à não alteração dos pressupostos do ano em curso, de não mexer naquilo que é o ano em curso, neste caso, aquilo que vigorará para 2023 já está aprovado e qualquer alteração que tenha este tipo de impacto orçamental, maior ou

menor, terá o mesmo efeito e causará essa instabilidade, neste caso, do Orçamento de 2023 e, por isso, nesta segunda análise que fazemos, ou numa análise mais aturada deste recurso, não podemos corroborar a tese do Partido Socialista e, por isso, não a votaremos favoravelmente.

Muito obrigado.

**Presidente:** Muito obrigado, Senhor Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

Senhor Deputado Pedro Neves, faça favor,

(\*) **Deputado Pedro Neves (PAN):** Obrigado.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhores Membros do Governo:

O PAN tem dúvidas, ou pelo menos o Deputado do PAN tem dúvidas, sobre a regra jurídico constitucional, relativamente à interpretação daquilo que nós estamos a discutir.

E, ao termos essas dúvidas, quando à partida pode retirar direitos a um deputado, eu aí deixo de ter dúvidas e, por isso, obviamente, nós vamos votar favoravelmente.

Não é a primeira vez que isso acontece, tanto nos Açores, como na Madeira, como na República. Por isso, essa interpretação tem sempre dois lados e é sempre uma decisão política no final e depois, obviamente que o Tribunal Constitucional, se houver outras dúvidas, pode obviamente alterar aquilo que foi uma decisão de uma Assembleia.

Obrigado.

**Presidente:** Muito obrigado, Senhor Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

Não havendo, vamos então passar à votação.

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam com o recurso, façam o favor de se manter como estão.

As Senhoras e Senhores Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

O Senhor Deputado que se abstêm faça o favor de sentar.

**Secretário:** O recurso colocado à votação foi aprovado com 25 votos a favor do PS, 2 do BE, 1 dos CH, 1 da Iniciativa Liberal e 1 do PAN, 21 contra do PSD, 3 do CDS, 2 do PPM e 1 voto de abstenção do Deputado Independente.

**Presidente:** Muito bem.

Sendo a proposta readmitida, v vamos continuar os nossos trabalhos no ponto em que estávamos ontem: **Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 33/XII – “Política regional de qualificação e emprego”**, apresentada pelo Governo Regional dos Açores. Penso que já podemos contar com os nossos tempos, que são os tempos sobranes do diploma de ontem.

Pergunto se há inscrições ainda para esta discussão?

Não havendo, vamos então começar as votações.

Senhor Deputado Joaquim Machado, faça favor.

(\*) **Deputado Joaquim Machado (PSD):** Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhor Vice-Presidente, Senhores Membros do Governo Regional:

Nós, ontem, suspendemos a apreciação deste diploma, quando assim foi determinado, pela nossa hora regimental, ou por, aliás, até o uso de uma faculdade regimental, o intervalo, e na sequência também daquelas que foram as intervenções da bancada do Partido Socialista que, entre outras coisas, apontou a vagueza deste diploma, elogiando as políticas socialistas na área do emprego, nomeadamente quanto a um chamado Plano Regional para o Emprego – 2016 a 2020.

Até agora continuo, passadas, sensivelmente 20 horas, à espera que o Partido Socialista faça chegar aquela vasta documentação, que por ser tão vasta, viria até por *link*, mas o Partido Socialista não encontrou o *link* para esses Planos Regionais de Emprego 2016-2020.

De facto, não os encontrou, porque eles não existiram. Não existiram e não somos nós que dizemos. É o Tribunal de Contas que o diz.

Portanto, o Partido Socialista, hoje, nas suas propostas de alteração,



exige, nas críticas que fez ao diploma, a criação de um plano, a obrigatoriedade da existência de um Plano Regional de Emprego, coisa que nos últimos cinco anos de governação, efetivamente, não fez.

Apesar do Senhor Deputado Berto Messias ter ido agora, a toda a pressa, à procura dos *links*, e não estar na sala, eu não posso deixar de fazer uma referência, que é de concordância com ele, quando ontem fez uma referência à promessa da Senhora Doutora Berta Cabral, enquanto candidata a Presidente do Governo Regional, em 2012, da criação de 15.000 postos de trabalho.

Tenho de concordar, e a minha sinceridade obriga-me a isso, com o Senhor Deputado Berto Messias.

De facto, esse não era um número razoável. Não era um número razoável propor a criação de 15.000 postos de trabalho, porque isso era manifestamente insuficiente, porque efetivamente, em 2012, o número de desempregados dos Açores foi de 18.418 e, portanto, os 15.000 postos de trabalho que a Doutora Berta Cabral prometia criar eram insuficientes para a realidade que nós tínhamos.

**Vozes de alguns Deputados das bancadas do PSD:** Muito bem! Muito bem!

*(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)*

**Presidente:** Pergunto se há mais inscrições?

Não havendo, vamos iniciar as votações, desta Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 33/XII, Política Regional de Qualificação e Emprego.

Vamos começar pela votação na generalidade.

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam façam o favor se manter como estão.

As Senhoras e os Senhores Deputados que votam contra, façam o favor de sentar.

As Senhoras e os Senhores Deputados que se abstêm, faça o favor de sentar.

**Secretário:** A Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 33/XII, foi aprovada na generalidade com 21 votos a favor do PSD, 3 do CDS, 2 do PPM, 1 do CH, 1 da IL, 1 do PAN e 1 Deputado Independente, 25 votos de abstenção do PS e 2 do BE.

**Presidente:** Vamos iniciar o debate e votação na especialidade. Pergunto se há inscrições?

A primeira proposta de alteração é da Iniciativa Liberal ao artigo 1.º do diploma.

Está à votação a proposta de alteração do IL, ao artigo 1.º.

As senhoras e os Senhores Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Senhoras e os Senhores Deputados que votam contra, façam o favor se sentar.

**Secretário:** A proposta de alteração colocada à votação foi rejeitada com 21 votos contra do PSD, 3 do CDS, 2 do BE, 2 do PPM e 1 Deputado Independente, 25 a favor do PS, 1 do CH, 1 da IL e 1 do PAN.

**Presidente:** Vamos votar o 1.º artigo do diploma.

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam façam o favor se manter como estão.

A Senhora e o Senhor Deputado/a/a que votam contra, façam o favor de se sentar.

**Secretário:** O artigo 1.º colocado à votação foi aprovado com 25 votos a favor do PS, 21 do PSD, 3 do CDS, 2 do PPM, 1 do CH, 1 da IL, 1 do PAN e 1 Deputado Independente e 2 votos contra do BE.

**Presidente:** Pergunto à câmara se posso colocar à votação as duas propostas de alteração, do IL, ao artigo 2.º?

Não!

Vamos votar a proposta de alteração, com o aditamento das alíneas a) e b), ao n.º 1.º do artigo 2.º, proposta do IL.

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam façam o favor se manter como estão.

**Secretário:** As propostas de alteração colocadas à votação foram aprovadas por unanimidade.

**Presidente:** Está a votação a proposta de alteração ao n.º 2 do artigo, apresentada pelo IL.

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam façam o favor se manter como estão.

As Senhoras e os Senhores Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

**Secretário:** A proposta de alteração colocada à votação foi aprovada com 25 votos a favor do PS, 2 do BE, 1 do CH, 1 da IL, 1 do PAN, 21 contra do PSD, 3 do CDS, 2 do PPM e 1 do Deputado Independente.

**Presidente:** Votamos agora o artigo 2.º do diploma com as propostas de alteração que acabámos de introduzir.

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam façam o favor se manter como estão.

A Senhora e o Senhor Deputado/a/a que votam contra, façam o favor de se sentar.

**Secretário:** O artigo 2.º colocado à votação foi aprovado com 25 votos a favor do PS, 21 do PSD, 3 do CDS, 2 do PPM, 1 do CH, 1 da IL, 1 do PAN e 1 Deputado Independente e 2 votos contra do BE.

**Presidente:** Coloco à votação, em conjunto, as propostas de alteração apresentadas pelo IL, ao artigo 3.º do diploma.

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam façam o favor se manter como estão.

As Senhoras e os Senhores Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

**Secretário:** A proposta de alteração colocada à votação foi rejeitada com 21 votos contra do PSD, 3 do CDS, 2 do BE, 2 do PPM e 1 do Deputado Independente, 25 votos a favor do PS, 1 do CH, 1 da IL e 1 do PAN.

**Presidente:** Está á votação a proposta de alteração apresentada pelo Partido Socialista ao n.º 1 do artigo 3.º.

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam façam o favor se manter como estão.

As Senhoras e os Senhores Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

**Secretário:** A proposta de alteração colocada à votação foi aprovada com 25 votos a favor do PS, 2 do BE, 1 da IL, 1 do PAN, 21 contra do PSD, 3 do CDS, 2 do PPM, 1 do CH e 1 do Deputado Independente.

**Presidente:** Para uma interpelação tem a palavra o Sr. Deputado Nuno Barata.

**Deputado Nuno Barata (IL):** Senhor Presidente, é para pedir um intervalo regimental de 15 minutos, porque com o site em baixo, eu não consigo fazer essa votação sem acesso aos documentos.

**Presidente:** Voltamos às 16h05 minutos.

*Eram 15 horas e 50 minutos.*

**Presidente:** Senhoras e Senhores Deputados, vamos reiniciar os nossos trabalhos.

*Eram 18 horas e 06 minutos.*

Relembro que estamos no meio de uma votação.

O Senhor Deputado António Lima pede a palavra para?

(\*) **Deputado António Lima (BE):** Senhor Presidente, era para uma interpelação.

**Presidente:** Tem a palavra para uma interpelação. Faz favor.

(\*) **Deputado António Lima (BE):** Muito obrigado, Senhor Presidente.

Nós detetámos que na votação, na generalidade, o anúncio da votação não foi correto. Foi anunciado que o Bloco de Esquerda se tinha absterido, quando votou contra. E gostaria que ficasse registado para que, para os devidos efeitos, não houvesse esse lapso.

Muito obrigado.

**Presidente:** Está registado e, efetivamente, votou contra.

Senhoras e Senhores Deputados, tínhamos acabado de votar a proposta apresentada pelo Partido Socialista ao n.º 1, do artigo 3.º.

O PSD, o CDS-PP e o PPM também tinham uma proposta para esse número, que fica prejudicada.

Vamos votar a proposta de alteração apresentada pelo PSD, CDS-PP, e PPM, à alínea n), do artigo 3.º.

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam façam o favor de manter como estão.

**Secretário:** A proposta de alteração colocada à votação foi aprovada por unanimidade.

**Presidente:** Vamos votar a proposta de eliminação, apresentada pelo PSD, CDS-PP e PPM, à alínea o), do n.º 2, do artigo 3.º.

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

**Secretário:** A proposta de eliminação colocada à votação foi aprovada por unanimidade.

**Presidente:** Está à votação a proposta de alteração apresentada pelo Partido Socialista à alínea p), do n.º 2 do artigo 3.º.

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Senhoras e os Senhores Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

**Deputado Berto Messias (PS):** Não querem combater a precariedade laboral!

**Secretário:** A proposta de alteração colocada à votação foi rejeitada com 21 votos contra do PSD, 3 do CDS, 2 do PPM, 1 do CH, 1 da IL, e 1 do Deputado Independente, 25 votos a favor do PS, 2 do BE e 1 do PAN.

**Presidente:** Está à votação a proposta de aditamento das alíneas q), r), s), t), u), v), apresentada pelo PAN, ao n.º 2 do artigo 3.º.

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Senhoras e os Senhores Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

**Secretário:** A proposta de aditamento colocada à votação foi rejeitada com 21 votos contra do PSD, 3 do CDS, 2 do PPM, 1 do CH, 1 da IL, e 1 do Deputado Independente, 25 votos a favor do PS, 2 do BE e 1 do PAN.

**Presidente:** Está à votação a proposta de aditamento apresentada pelo Partido Socialista, de uma alínea q), ao n.º 2 do artigo 3.º.

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Senhoras e os Senhores Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

**Secretário:** A proposta de aditamento colocada à votação foi rejeitada com 21 votos contra do PSD, 3 do CDS, 2 do PPM, 1 do CH, 1 da IL, e 1 do Deputado Independente, 25 votos a favor do PS, 2 do BE e 1 do PAN.

**Presidente:** Vamos votar o artigo 3.º do diploma com as propostas de alteração que acabámos de introduzir.

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

A Senhora e o Senhor Deputado/a/a que votam contra, façam o favor de se sentar.

**Secretário:** O artigo 3.º colocado à votação foi aprovado com 25 votos a favor do PS, 21 do PSD, 3 do CDS, 2 do PPM, 1 do CH, 1 da IL, 1 do PAN e 1 Deputado Independente e 2 votos contra do BE.

**Presidente:** Passamos ao art.º 4.º.

A primeira proposta de alteração é apresentada pelo IL, ao n.º 1 do artigo 4.º.

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Senhoras e os Senhores Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

**Secretário:** A proposta de alteração colocada à votação foi rejeitada com 21 votos contra do PSD, 3 do CDS, 2 do BE, 2 do PPM, 1 do Deputado Independente, 25 votos a favor do PS, 1 do CH, 1 do IL e 1 do PAN.

**Presidente:** Está à votação a proposta de alteração apresentada pelo IL, ao n.º 2 do artigo 4.º.

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Senhoras e os Senhores Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

**Secretário:** A proposta de alteração colocada à votação foi aprovada com 25 votos a favor do PS, 2 do BE, 1 do CH, 1 do IL e 1 do PAN, 21 votos contra do PSD, 3 do CDS, 2 do PPM, 1 do Deputado Independente.

**Presidente:** A Iniciativa Liberal tem várias propostas de aditamento, o n.º 3, 4, 5 e 6. Pergunto à câmara se posso colocá-las à votação em conjunto.

Estão à votação as propostas de aditamento dos n.ºs 3, 4, 5. e 6, ao n.º 2 do artigo 4.º.

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Senhoras e os Senhores Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

**Secretário:** A proposta de aditamento colocada à votação foi aprovada com 25 votos a favor do PS, 2 do BE, 1 do CH e 1 do IL, 21 votos contra do PSD, 3 do CDS, 2 do PPM, 1 do PAN e 1 do Deputado Independente.

**Presidente:** Vamos votar o artigo 4.º do diploma com as propostas de alteração que acabámos de aprovar.

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam façam o favor se manter como estão.

A Senhora e o Senhor Deputado/a/a que votam contra, façam o favor de se sentar.

**Secretário:** O artigo 4.º colocado à votação foi aprovado com 25 votos a favor do PS, 21 do PSD, 3 do CDS, 2 do PPM, 1 do CH, 1 da IL, 1 do PAN e 1 Deputado Independente e 2 votos contra do BE.

**Presidente:** Pergunto à câmara se posso colocar à votação em conjunto as propostas de alteração apresentadas pela IL, ao artigo 5.º.

Estão à votação das propostas apresentadas pela IL, ao n.ºs 1, 2, 3, do artigo 5.º.

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Senhoras e os Senhores Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

**Secretário:** As propostas de alteração colocadas à votação foram aprovadas com 25 votos a favor do PS, 2 do BE, 1 do CH, 1 do IL e 1 do PAN, 21 votos contra do PSD, 3 do CDS, 2 do PPM, 1 do Deputado Independente.

**Presidente:** Está à votação o artigo 5.º do diploma com estas propostas de alteração que acabámos de introduzir.

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam façam o favor se manter como estão.

A Senhora e o Senhor Deputado/a/a que votam contra, façam o favor de se sentar.



**Secretário:** O artigo 5.º colocado à votação foi aprovado com 25 votos a favor do PS, 21 do PSD, 3 do CDS, 2 do PPM, 1 do CH, 1 da IL, 1 do PAN e 1 Deputado Independente e 2 votos contra do BE.

**Presidente:** Está à votação a proposta de aditamento de um artigo 5.º-A, proposto pelo Partido Socialista.

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Senhoras e os Senhores Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

**Secretário:** A proposta de aditamento colocada à votação foi rejeitada com 21 votos contra do PSD, 3 do CDS, 2 do PPM, 1 do CH, 1 da IL, 1 do Deputado Independente, 25 votos a favor do PS, 2 do BE e 1 do PAN.

**Presidente:** Está à votação o artigo 6.º.

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam façam o favor se manter como estão.

A Senhora e o Senhor Deputado/a/a que votam contra, façam o favor de se sentar.

**Secretário:** O artigo 6.º colocado à votação foi aprovado com 25 votos a favor do PS, 21 do PSD, 3 do CDS, 2 do PPM, 1 do CH, 1 da IL, 1 do PAN e 1 Deputado Independente e 2 votos contra do BE.

**Presidente:** Está à votação a proposta de alteração apresentada pelo PSD, CDS-PP, PPM, ao n.º 3 do artigo 7.º.

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

A Senhora e o Senhor Deputado/a que votam contra, façam o favor de se sentar.

**Secretário:** A proposta de alteração colocada à votação foi aprovada com 25 votos a favor do PS, 21 do PSD, 3 do CDS, 2 do PPM, 1 do CH, 1 da IL, 1 do PAN e 1 Deputado Independente e 2 votos contra do BE.

**Presidente:** Está à votação o artigo 7.º do diploma.

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam façam o favor se manter como estão.

A Senhora e o Senhor Deputado/a que votam contra, façam o favor de se sentar.

**Secretário:** O artigo 7.º colocado à votação foi aprovado com 25 votos a favor do PS, 21 do PSD, 3 do CDS, 2 do PPM, 1 do CH, 1 da IL, 1 do PAN e 1 Deputado Independente e 2 votos contra do BE.

**Presidente:** Está à votação a proposta de eliminação do n.º 3, do artigo 8.º, proposto pela IL.

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Senhoras e os Senhores Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

**Secretário:** A proposta de eliminação colocada à votação foi aprovada com 21 votos a favor do PSD, 3 do CDS, 2 do BE, 2 do PPM, 1 do CH, 1 da IL, 1 do Deputado Independente, 25 votos contra do PS e 1 do PAN.

**Presidente:** Está à votação o artigo 8.º do diploma, com esta proposta de alteração que acabámos de introduzir.

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam façam o favor se manter como estão.

A Senhora e o Senhor Deputado/a que votam contra, façam o favor de se sentar.

**Secretário:** O artigo 8.º colocado à votação foi aprovado com 25 votos a favor do PS, 21 do PSD, 3 do CDS, 2 do PPM, 1 do CH, 1 da IL, 1 do PAN e 1 Deputado Independente e 2 votos contra do BE.

**Presidente:** Está à votação a proposta de eliminação do n.º 2, do artigo 9.º, proposto pela IL.

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Senhoras e os Senhores Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

**Secretário:** A proposta de eliminação colocada à votação foi aprovada com 21 votos a favor do PSD, 3 do CDS, 2 do BE, 2 do PPM, 1 do CH, 1 da IL, 1 do Deputado Independente, 25 votos contra do PS e 1 do PAN.

**Presidente:** Está à votação o artigo 9.º do diploma...

**Deputado Pedro Neves (PAN):** Senhor Presidente...

**Presidente:** Senhor Deputado, faça favor.

**Deputado Pedro Neves (PAN):** Senhor Presidente, queria votar separadamente o n.º 2 deste artigo, por favor.

**Presidente:** Está à votação o n.º 1 do artigo 9.º.

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam façam o favor se manter como estão.

A Senhora e o Senhor Deputado/a que votam contra, façam o favor de se sentar.

**Secretário:** O n.º 1, do artigo 9.º, colocado à votação foi aprovado com 25 votos a favor do PS, 21 do PSD, 3 do CDS, 2 do PPM, 1 do CH, 1 da IL, 1 do PAN e 1 Deputado Independente e 2 votos contra do BE.

**Presidente:** Vamos votar o artigo 9.º com esta proposta de alteração que acabámos de introduzir.

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam façam o favor se manter como estão.

A Senhora e o Senhor Deputado/a que votam contra, façam o favor de se sentar.

**Secretário:** O artigo 9.º colocado à votação, com as alterações anteriores, foi aprovado com 25 votos a favor do PS, 21 do PSD, 3 do CDS, 2 do PPM, 1 do CH, 1 da IL, 1 do PAN e 1 Deputado Independente e 2 votos contra do BE.

**Presidente:** Está à votação a proposta de eliminação do n.º 2, do art.º 10.º, proposto pela Iniciativa Liberal.

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Senhoras e os Senhores Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

**Secretário:** A proposta de eliminação colocada à votação foi aprovada com 21 votos a favor do PSD, 3 do CDS, 2 do BE, 2 do PPM, 1 do CH, 1 da IL, 1 do Deputado Independente, 25 votos contra do PS e 1 do PAN.

**Presidente:** Está à votação o artigo 10.º do diploma com as propostas de alteração que acabámos de introduzir.

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam façam o favor se manter como estão.

A Senhora e o Senhor Deputado/a que votam contra, façam o favor de se sentar.

**Secretário:** O artigo 10.º colocado à votação foi aprovado com 25 votos a favor do PS, 21 do PSD, 3 do CDS, 2 do PPM, 1 do CH, 1 da IL, 1 do PAN e 1 Deputado Independente e 2 votos contra do BE.

**Presidente:** Está à votação o artigo 11.º do diploma.

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam façam o favor se manter como estão.

A Senhora e o Senhor Deputado/a que votam contra, façam o favor de se sentar.

**Secretário:** O artigo 11.º do diploma foi aprovado com 25 votos a favor do PS, 21 do PSD, 3 do CDS, 2 do PPM, 1 do CH, 1 da IL, 1 do PAN e 1 Deputado Independente e 2 votos contra do BE.

**Presidente:** Está à votação a proposta de eliminação do artigo 12.º, apresentado pela Iniciativa Liberal.

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Senhoras e os Senhores Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

**Secretário:** A proposta de eliminação colocada à votação foi aprovada com 25 votos a favor do PS, 2 do BE, 1 da IL, 1 do PAN, 21 votos contra do PSD, 3 do CDS, 2 do PPM, 1 do CH, 1 do Deputado Independente.

**Presidente:** Está à votação o artigo 13.º do diploma.

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam façam o favor se manter como estão.

A Senhora e o Senhor Deputado/a que votam contra, façam o favor de se sentar.

**Secretário:** O artigo 13.º colocado à votação foi aprovado com 25 votos a favor do PS, 21 do PSD, 3 do CDS, 2 do PPM, 1 do CH, 1 da IL, 1 do PAN e 1 Deputado Independente e 2 votos contra do BE.

**Presidente:** Pergunto à câmara se posso colocar à votação as propostas de aditamento do n.º 3 e do n.º 4, ao artigo 14.º, apresentadas pelo PAN?

*(Pausa)*

Está à votação a proposta de aditamento do n.º 3, ao n.º 2 do artigo 14.º.

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Senhoras e os Senhores Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

**Secretário:** A proposta de aditamento colocada à votação foi aprovada com 25 votos a favor do PS, 2 do BE, 1 do CH, 1 da IL, 1 do PAN, 21 votos contra do PSD, 3 do CDS, 2 do PPM e 1 do Deputado Independente.

**Presidente:** Está à votação a proposta de aditamento do n.º 4, ao n.º 2 do artigo 14.º, apresentada pelo PAN.

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Senhoras e os Senhores Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

**Secretário:** A proposta de aditamento colocada à votação foi aprovada com 25 votos a favor do PS, 2 do BE, 1 da IL, 1 do PAN, 21 votos contra do PSD, 3 do CDS, 2 do PPM, 1 do CH e 1 do Deputado Independente.

**Presidente:** Está à votação o artigo 14.º do diploma, com as propostas de alteração que acabámos de introduzir.

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam façam o favor se manter como estão.

A Senhora e o Senhor Deputado/a/a que votam contra, façam o favor de se sentar.

**Secretário:** O artigo 14.º colocado à votação foi aprovado com 25 votos a favor do PS, 21 do PSD, 3 do CDS, 2 do PPM, 1 do CH, 1 da IL, 1 do PAN e 1 Deputado Independente e 2 votos contra do BE.

**Presidente:** Está à votação a proposta de eliminação do n.º 4, do artigo 15.º, apresentado pelo PSD, CDS-PP e PPM.

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam façam o favor se manter como estão.

**Secretário:** A proposta de eliminação colocada à votação foi aprovada por unanimidade.

**Presidente:** Está à votação o artigo 15.º do diploma, com esta proposta de alteração que acabámos de introduzir.

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam façam o favor se manter como estão.

A Senhora e o Senhor Deputado/a que votam contra, façam o favor de se sentar.

**Secretário:** O artigo 15.º colocado à votação foi aprovado com 25 votos a favor do PS, 21 do PSD, 3 do CDS, 2 do PPM, 1 do CH, 1 da IL, 1 do PAN e 1 Deputado Independente e 2 votos contra do BE.

**Presidente:** Artigo 16.º. Está à votação a proposta de eliminação do n.º 3, apresentada pela Iniciativa Liberal.

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Senhoras e os Senhores Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

**Secretário:** A proposta de eliminação colocada à votação foi aprovada com 21 votos a favor do PSD, 3 do CDS, 2 do BE, 2 do PPM, 1 do CH, 1 da IL, 1 do Deputado Independente, 25 votos contra do PS e 1 do PAN.

**Presidente:** Está à votação o artigo 16.º do diploma com esta proposta de alteração que acabámos de aprovar.

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam façam o favor se manter como estão.

A Senhora e o Senhor Deputado/a que votam contra, façam o favor de se sentar.

**Secretário:** O artigo 16.º colocado à votação foi aprovado com 25 votos a favor do PS, 21 do PSD, 3 do CDS, 2 do PPM, 1 do CH, 1 da IL, 1 do PAN e 1 Deputado Independente e 2 votos contra do BE.

**Presidente:** Artigo 17.º, proposta de alteração apresentada pelo PAN, ao n.º 2. Está à votação.

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam façam o favor se manter como estão.

As Senhoras e os Senhores Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

A Senhora e o Senhor Deputado/a que se abstêm façam o favor de se sentar.

**Secretário:** A proposta de alteração colocada à votação foi aprovada com 25 votos a favor do PS, 1 do CH, 1 da IL, 1 do PAN, 21 votos contra do PSD, 3 do CDS, 2 do PPM, 1 do Deputado Independente e 2 de abstenção do BE.

**Presidente:** Está à votação a proposta de eliminação do n.º 3, do artigo 17.º, apresentada pela IL.

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Senhoras e os Senhores Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

**Secretário:** A proposta de eliminação colocada à votação foi aprovada com 21 votos a favor do PSD, 3 do CDS, 2 do BE, 2 do PPM, 1 do CH, 1 da IL, 1 do Deputado Independente, 25 votos contra do PS e 1 do PAN.

**Presidente:** Vamos votar o artigo 17.º do diploma com as propostas de alteração que acabámos de introduzir.

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam façam o favor se manter como estão.

A Senhora e o Senhor Deputado/a que votam contra, façam o favor de se sentar.

**Secretário:** O artigo 17.º colocado à votação foi aprovado com 25 votos a favor do PS, 21 do PSD, 3 do CDS, 2 do PPM, 1 do CH, 1 da IL, 1 do PAN, 1 do Deputado Independente e 2 votos contra do BE.

**Presidente:** Estão à votação os artigos 18.º e 19.º do diploma.

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam façam o favor se manter como estão.

A Senhora e o Senhor Deputado/a que votam contra, façam o favor de se sentar.

**Secretário:** Os artigos 18.º e 19.º colocados à votação foram aprovados com 25 votos a favor do PS, 21 do PSD, 3 do CDS, 2 do PPM, 1 do CH, 1 da IL, 1 do PAN, 1 do Deputado Independente e 2 votos contra do BE.

**Presidente:** Seguem-se agora cinco proposta de aditamento de artigos, propostos pelo PS.

Pergunto à câmara se posso colocá-los à votação em conjunto?

Estão à votação os artigos 19.º-A, 19.º-B, 19.º-C e 19.º-D.

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Senhoras e os Senhores Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.



**Secretário:** As propostas de aditamento colocadas à votação foram rejeitadas com 21 votos contra do PSD, 3 do CDS, 2 do PPM, 1 do CH, 1 da IL, 1 do Deputado Independente, 25 votos a favor do PS, 2 do BE e 1 do PAN.

**Presidente:** Está agora à votação a proposta de aditamento do artigo 19.º-E, proposto pelo Partido Socialista.

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Senhoras e os Senhores Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

**Secretário:** A proposta de aditamento colocada à votação foi rejeitada com 21 votos contra do PSD, 3 do CDS, 2 do BE, 2 do PPM, 1 do CH, 1 da IL, 1 do PAN e 1 do Deputado Independente, 25 votos a favor do PS.

**Presidente:** Está à votação a proposta de eliminação do artigo 20.º, apresentada pela Iniciativa Liberal.

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Senhoras e os Senhores Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

**Secretário:** A proposta de eliminação colocada à votação foi aprovada com 25 votos a favor do PS, 2 do BE, 1 do CH, 1 da IL, 1 do PAN, 21 votos contra do PSD, 3 do CDS, 2 do PPM e 1 do Deputado Independente.

**Presidente:** Está à votação a proposta de eliminação do artigo 21.º, apresentada pela Iniciativa Liberal.

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Senhoras e os Senhores Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

**Secretário:** A proposta de eliminação colocada à votação foi rejeitada com 25 votos a favor do PS, 21 do PSD, 3 do CDS, 2 do BE, 2 do PPM, 1 do PAN, 1 do Deputado Independente, 1 voto a favor do CH e 1 da IL.

**Presidente:** Está à votação a proposta de alteração apresentada pelo PAN à alínea d) do artigo 21.º.

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Senhoras e os Senhores Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

**Secretário:** A proposta de alteração foi rejeitada com 21 votos contra do PSD, 3 do CDS, 2 do BE, 2 do PPM, 1 do CH, 1 do Deputado Independente, 25 votos a favor do PS e 1 do PAN.

**Presidente:** Está à votação a proposta de aditamento da alínea g), apresentadas pelo PAN, ao n.º 3 do artigo 21.º.

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Senhoras e os Senhores Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

**Secretário:** A proposta de aditamento colocada à votação foi rejeitada com 21 votos contra do PSD, 3 do CDS, 2 do PPM, 1 do CH, 1 da IL, 1 do Deputado Independente, 25 votos a favor do PS, 2 do BE e 1 do PAN.

**Presidente:** Está à votação a proposta de aditamento de uma alínea h), ao n.º 3 do artigo 21.º, proposto pelo PAN.

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Senhoras e os Senhores Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

**Secretário:** A proposta de aditamento colocada à votação foi rejeitada com 21 votos contra do PSD, 3 do CDS, 2 do BE, 2 do PPM, 1 do Deputado Independente, 25 votos a favor do PS, 1 do CH, 1 da IL e 1 do PAN.

**Presidente:** Está à votação o artigo 21.º do diploma.

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

A Senhora e o Senhor Deputado/a que votam contra, façam o favor de se sentar.

**Secretário:** O artigo 21.º colocado à votação foi aprovado com 25 votos a favor do PS, 21 do PSD, 3 do CDS, 2 do PPM, 1 do CH, 1 da IL, 1 do PAN, 1 do Deputado Independente e 2 votos contra do BE.

**Presidente:** Os três próximos artigos, 22.º, 23.º e 24.º não têm propostas de alteração.

Pergunto à câmara se posso colocá-los à votação em conjunto?

**Deputado Nuno Barata (IL):** Falta votar a epígrafe, Senhor Presidente.

**Presidente:** As epígrafes, normalmente não são votadas, mas podemos votar, aliás já passámos por várias ao longo do diploma em que alterámos as epígrafes e elas não foram votadas. Depois, na redação final, têm em atenção isso.

É melhor alguém pedir uma interpelação e explicar o que está em causa.

**Deputado Nuno Barata (IL):** Senhor Presidente, o que está em causa é que tem uma proposta de alteração à epígrafe do artigo 22.º.

**Presidente:** É porque nós já passámos por várias que o senhor alterou a epígrafe dos artigos.

**Deputado Nuno Barata (IL):** Sim, mas era uma alteração ao artigo.

Esta é exclusivamente à epígrafe, mas se não quiserem votar e se a câmara quiser assumir a alteração da epígrafe, em redação final, para mim é igual.

**Presidente:** Não! Antes mais do que menos.

Então está à votação a proposta de alteração da epígrafe ao artigo 22.º, apresentada pela Iniciativa Liberal.

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam façam o favor de manter como estão.

A Senhora e o Senhor Deputado/a que votam contra, façam o favor de se sentar.

**Secretário:** A proposta de alteração colocado à votação foi aprovada com 25 votos a favor do PS, 21 do PSD, 3 do CDS, 2 do PPM, 1 do CH, 1 da IL, 1 do PAN, 1 do Deputado Independente e 2 votos contra do BE.

**Presidente:** Está à votação o artigo 22.º, do diploma, com esta alteração da epígrafe que acabámos de aprovar.

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam façam o favor se manter como estão.

A Senhora e o Senhor Deputado/a que votam contra, façam o favor de se sentar.

**Secretário:** O artigo 22.º colocado à votação foi aprovado com 25 votos a favor do PS, 21 do PSD, 3 do CDS, 2 do PPM, 1 do CH, 1 da IL, 1 do PAN, 1 do Deputado Independente e 2 votos contra do BE.

**Presidente:** Está à votação o artigo 23.º do diploma

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam façam o favor se manter como estão.

A Senhora e o Senhor Deputado/a que votam contra, façam o favor de se sentar.

**Secretário:** O artigo 23.º do diploma foi aprovado com 25 votos a favor do PS, 21 do PSD, 3 do CDS, 2 do PPM, 1 do CH, 1 da IL, 1 do PAN, 1 do Deputado Independente e 2 votos contra do BE.

**Presidente:** Está à votação o artigo 24.º do diploma.

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam façam o favor se manter como estão.

A Senhora e o Senhor Deputado/a que votam contra, façam o favor de se sentar.

**Secretário:** O artigo 24.º colocado à votação foi aprovado com 25 votos a favor do PS, 21 do PSD, 3 do CDS, 2 do PPM, 1 do CH, 1 da IL, 1 do PAN, 1 do Deputado Independente e 2 votos contra do BE.

**Presidente:** Pergunto à Câmara se posso colocar todas as propostas da IL, ao artigo 25.º, em conjunto, à votação.

Então estão à votação a proposta de alteração ao n.º 1 e ao n.º 2, e as propostas de eliminação do n.º 3 e do n.º 4, apresentadas pela Iniciativa Liberal, ao artigo 25.º.

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Senhoras e os Senhores Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

**Deputado Berto Messias (PS):** Então, e a centralidade do Parlamento?

**Deputado Nuno Barata (IL):** É só quando dá jeito!

**Secretário:** As propostas de alteração colocadas à votação foram aprovadas com 25 votos a favor do PS, 2 do BE, 1 do CH, 1 da IL e 1 do PAN, 21 votos contra do PSD, 3 do CDS, 2 do PPM, e 1 do Deputado Independente.

**Presidente:** Está à votação o artigo 25.º do diploma, com estas propostas de alteração que acabámos de aprovar.

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

A Senhora e o Senhor Deputado/a que votam contra, façam o favor de se sentar.

**Secretário:** O artigo 25.º colocado à votação foi aprovado com 25 votos a favor do PS, 21 do PSD, 3 do CDS, 2 do PPM, 1 do CH, 1 da IL, 1 do PAN, 1 do Deputado Independente e 2 votos contra do BE.

**Presidente:** Está à votação a proposta de aditamento do artigo 25.º-A, proposto pelo Partido Socialista.

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Senhoras e os Senhores Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

**Secretário:** A proposta de aditamento colocada à votação foi rejeitada com 21 votos contra do PSD, 3 do CDS, 2 do PPM, 1 do CH, 1 da IL, 1 do Deputado Independente, 25 votos a favor do PS, 2 do BE e 1 do PAN.

**Presidente:** Passamos ao artigo 26.º.

A primeira proposta de alteração é da Iniciativa Liberal e propõe a eliminação do artigo.

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Senhoras e os Senhores Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

**Secretário:** A proposta de alteração colocada à votação foi rejeitada com 25 votos contra do PS, 21 do PSD, 3 CDS, 2 do BE, 2 do PPM, 1 do PAN e 1 do Deputado Independente, 1 voto a favor do CH e 1 da IL.

**Presidente:** Está a votação a proposta de alteração do Proémio, do art.º 26.º, apresentada pelo PSD, CDS-PP e PPM.

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

O Senhor Deputado que vota contra, faça o favor de se sentar.

**Secretário:** A proposta de alteração colocada à votação foi aprovada com 25 votos a favor do PS, 21 do PSD, 3 CDS, 2 do BE, 2 do PPM, 1 do CH, 1, 1 do PAN e 1 do Deputado Independente, 1 voto contra da IL.

**Presidente:** Está à votação a proposta de alteração, apresentada pelo PSD, CDS-PP e PPM, a alínea c), do artigo 26.º.

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

A Senhora e o Senhor Deputado/a que votam contra, façam o favor de se sentar.

**Secretário:** A proposta de alteração colocado à votação foi aprovada com 25 votos a favor do PS, 21 do PSD, 3 do CDS, 2 do PPM, 1 do CH, 1 da IL, 1 do PAN, 1 do Deputado Independente e 2 votos contra do BE.

**Presidente:** Está agora à votação a proposta de aditamento das alíneas e) e f), apresentadas pelo PAN.

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Senhoras e os Senhores Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

**Secretário:** A proposta de alteração colocada à votação foi rejeitada com 21 votos contra do PSD, 3 CDS, 2 do PPM, 1 do CH, 1 da IL e 1 do Deputado Independente, 25 votos a favor do PS, 2 do BE e 1 do PAN.

**Presidente:** Está à votação uma proposta também apresentada pelo PAN, de aditamento do n.º 2, com as alíneas a) e b), ao artigo 26.º.

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Senhoras e os Senhores Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

**Secretário:** A proposta de aditamento colocada à votação foi aprovada com 25 votos a favor do PS, 2 do BE, 1 da IL, 1 do PAN, 21 contra do PSD, 3 do CDS, 2 do PPM, 1 do CH e 1 do Deputado Independente.

**Presidente:** Está à votação o artigo 26.º do diploma, com as propostas de alteração que acabámos de introduzir.

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

A Senhora e o Senhor Deputado/a que votam contra, façam o favor de se sentar.

**Secretário:** O artigo 26.º colocado à votação foi aprovado com 25 votos a favor do PS, 21 do PSD, 3 do CDS, 2 do PPM, 1 do CH, 1 da IL, 1 do PAN, 1 do Deputado Independente e 2 votos contra do BE.

**Presidente:** Está à votação a proposta de aditamento do artigo 26.º-A, apresentada pelo PAN.

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Senhoras e os Senhores Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

**Secretário:** A proposta de aditamento colocada à votação foi aprovada com 25 votos a favor do PS, 2 do BE, 1 do CH, 1 da IL, 1 do PAN, 21 contra do PSD, 3 do CDS, 2 do PPM, e 1 do Deputado Independente.

**Presidente:** Está à votação de alteração do Proémio, ao n.º 1, do artigo 27.º, apresentada pela IL.

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam façam o favor se manter como estão.

**Secretário:** A proposta de alteração colocada à votação foi aprovada por unanimidade.

**Presidente:** Vamos votar o artigo 27.º do diploma, com a proposta de alteração que acabámos de introduzir.

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam façam o favor se manter como estão.

A Senhora e o Senhor Deputado/a que votam contra, façam o favor de se sentar.

**Secretário:** O artigo colocado à votação foi aprovado com 25 votos a favor do PS, 21 do PSD, 3 do CDS, 2 do PPM, 1 do CH, 1 da IL, 1 do PAN, 1 do Deputado Independente e 2 votos contra do BE.

**Presidente:** Passamos ao artigo 28.º.

Está à votação a proposta de alteração ao n.º 1 do artigo 28.º.

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam façam o favor se manter como estão.

**Secretário:** A proposta de alteração colocada à votação foi aprovada por unanimidade.

**Presidente:** Está à votação a proposta de alteração à alínea c), do n.º 2, do artigo 28.º.

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam façam o favor se manter como estão.



As Senhoras e os Senhores Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

**Secretário:** A proposta de alteração colocada à votação foi aprovada com 25 votos a favor do PS, 2 do BE, 1 do CH, 1 da IL, 1 do PAN, 21 contra do PSD, 3 do CDS, 2 do PPM e 1 do Deputado Independente.

**Presidente:** Está à votação a proposta de aditamento à alínea d), do n.º 2, do artigo 28.º, apresentada pela Iniciativa Liberal.

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam façam o favor se manter como estão.

As Senhoras e os Senhores Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

**Secretário:** A proposta de aditamento colocada à votação foi aprovada com 25 votos a favor do PS, 2 do BE, 1 do CH, 1 da IL, 1 do PAN, 21 contra do PSD, 3 do CDS, 2 do PPM e 1 do Deputado Independente.

**Presidente:** Senhor Deputado Pedro Pinto, faça favor.

**Deputado Pedro Pinto (CDS-PP):** Senhor Presidente, eu creio que o anúncio da votação está errado, porque não é aditamento. Já existia a alínea c) e a alínea d). Isto foram alterações às alíneas c) e d).

O diploma original já tem alíneas até à i). Portanto, quer esta, quer a outra não são aditamentos, são alterações.

É só o anúncio. Não sei se isso formalmente tem alguma importância.

Muito obrigado.

**Secretário:** A proposta de alteração à alínea d), do n.º 2, do artigo 28.º foi aprovada com 25 votos a favor do PS, 2 do BE, 1 do CH, 1 da IL, 1 do PAN, 21 contra do PSD, 3 do CDS, 2 do PPM e 1 do Deputado Independente.

**Presidente:** Peço desculpa, mas é mesmo uma proposta de aditamento, que implica a renumeração de todas as outras.

Não costumamos votar a renumeração das alíneas. É visto em redação final.

Passamos para a proposta de aditamento da alínea i), ao n.º 2, do artigo 28.º, proposta pela Iniciativa Liberal.

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam façam o favor se manter como estão.

A Senhora e o Senhor Deputado/a que votam contra, façam o favor de se sentar.

**Secretário:** A proposta de aditamento colocada à votação foi aprovada com 25 votos a favor do PS, 21 do PSD, 3 do CDS, 2 do PPM, 1 do CH, 1 da IL, 1 do PAN, 1 do Deputado Independente e 2 votos contra do BE.

**Presidente:** Pergunto à câmara se posso colocar à votação as propostas de aditamento... Faz favor, Senhor Deputado.

(\*) **Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Só uma correção. O Senhor Presidente anunciou i), e nós estávamos a votar o aditamento l), penso eu. Não há nenhuma alteração para alínea i).

**Presidente:** Não, não. É i).

Ainda não chegámos à l).

Temos para votar agora as alíneas j), k) e l), aditamentos.

Pergunto à câmara se posso colocá-las à votação em conjunto?

A alínea l) à parte.

Então está à votação as propostas de aditamento das alíneas j), k), propostas pela Iniciativa Liberal, ao n.º 2 do artigo 28.º.

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam façam o favor se manter como estão.

A Senhora e o Senhor Deputado/a que votam contra, façam o favor de se sentar.

O Senhor Deputado que se abstém faça o favor de se sentar.

**Secretário:** As propostas de aditamento colocadas à votação foram aprovadas com 25 votos a favor do PS, 21 do PSD, 3 do CDS, 2 do PPM, 1 do CH, 1 da IL, 1 do PAN, 2 votos contra do BE e 1 de voto de abstenção do Deputado Independente

**Presidente:** Está à votação a proposta de aditamento de uma alínea l), apresentada pela Iniciativa Liberal, ao n.º 2 do artigo 28.º.

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam façam o favor se manter como estão.

A Senhora e o Senhor Deputado/a que votam contra, façam o favor de se sentar.

**Secretário:** A proposta de aditamento colocada à votação foi aprovada com 25 votos a favor do PS, 21 do PSD, 3 do CDS, 2 do PPM, 1 do CH, 1 da IL, 1 do PAN, 1 do Deputado Independente e 2 votos contra do BE.

**Presidente:** Está à votação a proposta de alteração, apresentada pela Iniciativa Liberal, ao n.º 3 do artigo 28.º.

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam façam o favor se manter como estão.

**Secretário:** A proposta de alteração colocada à votação foi aprovada por unanimidade.

**Presidente:** Vamos votar o artigo 28.º do diploma, da proposta com as alterações que acabámos de introduzir.

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam façam o favor se manter como estão.

A Senhora e o Senhor Deputado/a que votam contra, façam o favor de se sentar.

**Secretário:** O artigo 28.º colocado à votação foi aprovado com 25 votos a favor do PS, 21 do PSD, 3 do CDS, 2 do PPM, 1 do CH, 1 da IL, 1 do PAN, 1 do Deputado Independente e 2 votos contra do BE.

**Presidente:** Passamos ao artigo 29.º, à proposta apresentada pelo PAN, de eliminação do n.º 2.

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam façam o favor se manter como estão.

As Senhoras e os Senhores Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

**Secretário:** A proposta de eliminação colocada à votação foi rejeitada com 25 votos contra do PS, 21 do PSD, 3 do CDS, 2 do BE, 2 do PPM, 1 do CH, 1 do Deputado Independente e 1 voto a favor da IL e 1 voto a favor do PAN.

**Presidente:** Vamos votar o artigo 29.º do diploma.

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam façam o favor se manter como estão.

A Senhora e o Senhor Deputado/a que votam contra, façam o favor de se sentar.

**Secretário:** O artigo 29.º colocado à votação foi aprovado com 25 votos a favor do PS, 21 do PSD, 3 do CDS, 2 do PPM, 1 do CH, 1 da IL, 1 do PAN, 1 do Deputado Independente e 2 votos contra do BE.

**Presidente:** Passamos à votação do artigo 30.º do diploma.

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam façam o favor se manter como estão.

A Senhora e o Senhor Deputado/a que votam contra, façam o favor de se sentar.

**Secretário:** O artigo 30.º colocado à votação foi aprovado com 25 votos a favor do PS, 21 do PSD, 3 do CDS, 2 do PPM, 1 do CH, 1 da IL, 1 do PAN, 1 do Deputado Independente e 2 votos contra do BE.

**Presidente:** Está à votação a proposta de alteração apresentada pela IL, ao n.º 1 do artigo 31.º.

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam façam o favor se manter como estão.

**Secretário:** A proposta de alteração colocada à votação foi aprovada por unanimidade.

**Presidente:** Está à votação do artigo 31.º do diploma.

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam façam o favor se manter como estão.

A Senhora e o Senhor Deputado/a que votam contra, façam o favor de se sentar.

**Secretário:** O artigo 31.º colocado à votação foi aprovado com 25 votos a favor do PS, 21 do PSD, 3 do CDS, 2 do PPM, 1 do CH, 1 da IL, 1 do PAN, 1 do Deputado Independente e 2 votos contra do BE.

**Presidente:** Está à votação a proposta de alteração apresentada pelo PAN ao n.º 2 do artigo 32.º.

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam façam o favor se manter como estão.

A Senhora e o Senhor Deputado/a que votam contra, façam o favor de se sentar.

**Secretário:** A proposta de alteração colocada à votação foi aprovada com 25 votos a favor do PS, 21 do PSD, 3 do CDS, 2 do PPM, 1 do CH, 1 da IL, 1 do PAN, 1 do Deputado Independente e 2 votos contra do BE.

**Presidente:** Vamos votar o artigo 32.º do diploma, com esta proposta que acabámos de aprovar.

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam façam o favor se manter como estão.

A Senhora e o Senhor Deputado/a que votam contra, façam o favor de se sentar.

**Secretário:** O artigo 32.º colocado à votação foi aprovado com 25 votos a favor do PS, 21 do PSD, 3 do CDS, 2 do PPM, 1 do CH, 1 da IL, 1 do PAN, 1 do Deputado Independente e 2 votos contra do BE.

**Presidente:** Em relação ao artigo 33.º há uma proposta de aditamento, do n.º 3, apresentada pela IL, que coloco à votação.

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam façam o favor se manter como estão.

As Senhoras e os Senhores Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

**Secretário:** A proposta de aditamento colocada à votação foi aprovada com 25 votos a favor do PS, 2 do BE, 1 da IL, 1 do PAN, 21 votos contra do PSD, 3 do CDS, 2 do PPM, 1 do CH, 1 do Deputado Independente.

**Presidente:** Está à votação o artigo 33.º do diploma, com esta proposta de alteração que acabámos de introduzir.

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam façam o favor se manter como estão.

A Senhora e o Senhor Deputado/a que votam contra, façam o favor de se sentar.

**Secretário:** O artigo 33.º colocado à votação foi aprovado com 25 votos a favor do PS, 21 do PSD, 3 do CDS, 2 do PPM, 1 do CH, 1 da IL, 1 do PAN, 1 do Deputado Independente e 2 votos contra do BE.

**Presidente:** Os artigos 34.º e 35.º não foram alvos de proposta de alteração.

Posso colocá-los em conjunto?

Estão à votação dos artigos 34.º e 35.º do diploma.

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam façam o favor se manter como estão.

A Senhora e o Senhor Deputado/a que votam contra, façam o favor de se sentar.

**Secretário:** Os artigos 34.º e 35.º colocados à votação foram aprovados com 25 votos a favor do PS, 21 do PSD, 3 do CDS, 2 do PPM, 1 do CH, 1 da IL, 1 do PAN, 1 do Deputado Independente e 2 votos contra do BE.

**Presidente:** Votação final global.

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam façam o favor se manter como estão.

As Senhoras e os Senhores Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

As Senhoras e os Senhores Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

**Secretário:** A Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 33.º/XII, foi aprovada, em votação final global, com 21 votos a favor do PSD, 3 do CDS, 2 do PPM, 1 do CH, 1 da IL, 1 do PAN, 1 do Deputado Independente, 2 votos contra do BE e 25 votos de abstenção do PS.

**Presidente:** Está, assim, encerrada esta maratona.

Vamos fazer um intervalo. Regressamos a um quarto para as seis.

*Eram 17 horas e 20 minutos.*

**Presidente:** Senhoras e Senhores Deputados, vamos retomar os nossos trabalhos.

*Eram 17 horas e 45 minutos.*

Vamos então avançar na nossa agenda. Deliberou a Conferência de Líderes que os pontos 3 e 4 seriam discutidos em conjunto, uma vez que versam sobre a mesma matéria.

Os tempos já estão ali estipulados no nosso quadro.

E, portanto, estamos a falar do **Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 57/XII – “Rede de nómadas digitais dos Açores”**, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS, e do **Projeto de Resolução n.º 119/XII – “Nómadas Digitais”**, apresentado pelo Grupo Parlamentar do CDS-PP.

Vamos apresentar as duas iniciativas, iniciando por aquela que entrou primeiro.

Para apresentar a iniciativa do Partido Socialista tem a palavra o senhor deputado Carlos Silva faça favor.

(\*) **Deputado Carlos Silva (PS):** Muito obrigado, Senhor Presidente.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

No dia 19 de maio do corrente ano, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista apresentou, nesta Assembleia, uma Proposta de Decreto Legislativo Regional para a criação da Rede Regional de Nómadas Digitais dos Açores.

Optámos pela entrega de um Projeto de Decreto Legislativo Regional com a visão regional e de forma a permitir que todos os Grupos e Representações Parlamentares possam efetivamente, contribuir para aperfeiçoar e robustecer o diploma.

Após um amplo trabalho de análise e auscultação de diversas entidades, constatámos que os Açores estavam a ficar para trás, a perder oportunidades, na promoção da região, enquanto destino de excelência para os nómadas digitais e para o trabalho remoto.

A pandemia de COVID-19 provocou importantes alterações no normal funcionamento da vida coletiva, sobretudo nas relações laborais e métodos de trabalho.

Se é certo que os nómadas digitais, e outras formas de trabalho remoto, já existiam antes da pandemia, é também inquestionável que a pandemia veio acelerar a transição digital e o desenvolvimento de novos métodos de trabalho mais flexíveis e mais informais.

De forma a captar e atrair os nómadas digitais para os seus territórios, regiões como a Madeira, com o seu projeto digital The Nomad Village, mas também cidades como Lisboa, Cascais ou Lagos, só para citar exemplos em Portugal, têm feito um grande trabalho de promoção e divulgação, enquanto destinos preferenciais para as comunidades de nómadas.

Mas na Região Autónoma dos Açores, praticamente dois anos depois do XIII Governo estar em funções, pouco ou nada de relevante aconteceu na promoção da região, enquanto destino de excelência para os nómadas digitais e para o trabalho remoto.

Se excluímos o anúncio feito, em junho de 2021, pela então Secretária Regional, Susete Amaro, da realização de um protocolo com a Região Autónoma da Madeira para atrair os nómadas digitais, nada mais de relevante, até à entrada no Parlamento das propostas do Partido Socialista e do CDS PP, aconteceu.



Perante a inércia do Governo e o atraso na implementação de um projeto específico, decidimos então avançar com a criação da rede dos nómadas digitais dos Açores, numa visão integrada para todo o arquipélago, promovendo as nossas nove ilhas como uma comunidade.

Tendo em conta as audições realizadas e os pareceres recebidos, introduzimos alterações no diploma que o melhoram substancialmente.

De forma resumida, pretendemos:

Criar um regime jurídico que coloque os Açores no mapa, enquanto destino de excelência para os nómadas digitais, envolvendo várias entidades e parceiros de uma rede digital, através da realização de protocolos com outras regiões, com autarquias, com associações, com incubadoras de empresas, com operadoras de telecomunicações, com empreendimentos turísticos, entre outras entidades, com o objetivo de promover o potencial e as condições únicas que os Açores oferecem enquanto comunidade e enquanto região, fomentando o intercâmbio de experiências, em várias ilhas, sobretudo durante a designada época baixa, disponibilizando os meios para fomentar a mobilidade e o tempo de permanência dos nómadas digitais no arquipélago.

Com esta proposta pretendemos criar condições para atrair e fixar a população para a nossa região, especialmente jovens qualificados, contribuindo assim para o reforço da coesão regional, para o combate ao despovoamento e para o fomento da digitalização e de novas formas de trabalho.

De Santa Maria ao Corvo, em qualquer um dos nossos 19 concelhos, há um enorme potencial natural a ser explorado por este mercado em franca ascensão que pode e deve ser potenciado enquanto comunidade.

A nível nacional já está em vigor, desde 30 de outubro, o visto nómadas digitais que agiliza a entrada em Portugal de cidadãos estrangeiros que pretendam exercer atividades profissionais de forma remota para fora do território nacional.

É por isso que propomos criar um regime jurídico que sinalize os Açores como um destino de excelência para os nómadas digitais e para o exercício de funções em trabalho remoto.

Mais do que criar uma comunidade de nómadas digitais de uma determinada localidade, queremos fomentar a criação de uma rede de nómadas digitais, com comunidades distribuídas por todo o arquipélago.

Esta é a nossa visão de uma verdadeira coesão regional que não divide, mas que reconhece as nossas especificidades e que agrega em torno de um objetivo comum: a rede regional de nómadas digitais.

Esta iniciativa tem um impacto orçamental residual e não coloca em causa a existência de projetos piloto e permite majorações para várias ilhas.

Cabe agora ao Governo e à entidade gestora, seja ela pública ou privada, a sua regulamentação e implementação de forma célere e dinâmica.

Praticamente mais de seis meses depois da sua entrega e análise na Comissão de Assuntos Sociais, estamos finalmente em condições de aprovar, se for esta a vontade do Parlamento, a criação da rede regional de nómadas digitais dos Açores.

Muito obrigado.

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)*

**Presidente:** Muito obrigado, Senhor Deputado.

Está apresentada a primeira iniciativa e agora, para apresentar o Projeto de Resolução 119/XII – Nómadas Digitais, apresentado pelo CDS-PP, tem a palavra o Senhor Deputado Rui Martins.

**(\*) Deputado Rui Martins (CDS-PP):** Muito obrigado, Senhor Presidente.

Senhor Presidente, Senhores Deputados, Senhores Membros do Governo:

Os Açores continuam a viver em sazonalidade.

Embora se verifiquem bons resultados nos números do turismo, sustentados também por um maior retorno económico por visitante, continua a verificar-

se um fosso entre os indicadores económicos da época alta face aos registados em época baixa.

É, por isso, fundamental, prosseguir estratégias que contrariem a sazonalidade que caracteriza a realidade da nossa região.

A época baixa é sempre de grande incerteza para o comércio tradicional, para o alojamento e para a restauração.

Vivemos em pleno séc. XXI, considerado o século da inovação das novas tecnologias, da transição digital, em que se vive uma nova realidade laboral.

Assim, é importante implementar estratégias inovadoras que possam captar outros públicos para as nossas ilhas, nomeadamente através da consolidação e potenciação das condições técnicas que possuímos por forma a conseguirmos atrair pessoas que trabalham remotamente a partir de qualquer parte do mundo, sendo as únicas ferramentas necessárias, um computador e uma boa ligação à Internet.

Veja-se, por exemplo, a Ilha da Madeira, onde, em novembro de 2020, arrancou o projeto nómadas digitais, que foi objeto de um investimento inicial de 30.000 euros e que se estima que este negócio gere receitas de cerca de 18 a 20.000 milhões de euros por ano, naquela ilha.

O CDS apresentou este Projeto de Resolução em plena crise sismovulcânica em São Jorge e fê-lo na perspetiva de reativar aquela economia com nichos de mercado que procura locais calmos e que, neste caso, podem reunir as condições necessárias para que possa ser integrada no projeto nómadas digitais, um projeto que pode ser em tudo semelhante ao que foi implementado na Ilha da Madeira.

Com a implementação de um projeto desta natureza nos Açores pretende-se posicionar a região num segmento que, comprovadamente, pode ser uma mais-valia económica, atraindo nómadas digitais, tanto pela nossa natureza exuberante como pela calma, tranquilidade e qualidade de vida que podemos proporcionar.

O CDS apresenta uma resolução, ao invés da rigidez regulamentar da lei, para que o Governo Regional fique mandatado para procurar parceiros para identificar oportunidades e se posicionar ou posicionar a região como um destino de excelência para esta realidade laboral.

Os Açores, enquanto arquipélago central entre a Europa e a América, pela sua localização geoestratégica e pela sua riqueza cultural e social, podem e devem estar no topo das preferências de destinos do nomadismo digital.

Muito obrigado.

*(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)*

**Presidente:** Estão apresentadas ambas as iniciativas. Estão abertas as inscrições.

Senhor Deputado José Pacheco tem a palavra.

(\*) **Deputado José Pacheco (CH):** Obrigado.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

Se não fosse tão sério, até dava para rir.

Desde 2005, que eu sou um nómada digital. E esta, hein?!

Saí de São Roque e fui para a Ribeira Chã, só não me tiraram os olhos, porque não calhou, esse Partido Socialista.

Eu gostava que explicassem aos meus colegas, que trabalham nesta área digital, que eu trabalhei bastantes anos, porque é que os de fora valem mais do que os da terra?

Eu pago os meus impostos, eu criei família, eu fui para o mundo rural e levei tecnologia.

Eh, pá!... Vinte milhões, pois não gerei. Não gerei!

Esses senhores que vêm para cá, senhoras, senhores, mais ou menos, uns caldeados, vêm para cá fazer o quê?

Eles já têm tudo! Eles têm tranquilidade, eles têm segurança, eles têm Internet, eles têm qualidade de vida, eles têm tudo.

Nós ainda temos que pagar para os virem para cá?

Era o que faltava!... Era o que faltava!...

Esta ilusão provinciana, que não tem outro nome, que o que vem de fora é que é bom e que nós temos que acarinhar os que vêm de fora... eh, senhores, vamos mudar isso: esse provincianismozinho, de que os outros é que são bons.

As pessoas sabem o que é um nómada digital? Sabem o que é que essa gente faz? Quantos são?

Eu tenho dois na minha rua. Eles não precisam de subsídios, senhor, não precisam de nada. Eles trabalham como toda a gente trabalha e garante.

Eu garanto é que eles não geram milhões, nem milhares, nem coisa, nenhuma. Geram o que eu vou gerindo de economia, como os meus vizinhos, etc.

Quantos vêm? Vem camiões? Vem camiões de aviões, neste caso, charters, não sei o quê.

Isto é tudo uma ilusão, isto é tudo uma coisa que não faz sentido nenhum.

Se calhar é hora de nós começarmos (olha, se calhar na transição digital) a acarinhar as empresas com muita dificuldade e que trabalham nesta área, os dos Açores, os que deixam cá dinheiro, os que geram economia, os que têm cá as famílias. Esses sim! Não é uns fulanos que vêm aqui seis meses, tomam uns copos, vão fazendo uma programaçãozinha e depois ainda dizem: nós ganhamos muito dinheiro.

Se ganham muito dinheiro, não precisam de nós para nada.

Eu não consigo acompanhar uma coisa destas e até mais: eu sinto-me ofendido com uma coisa destas.

**Presidente:** Muito obrigado, Senhor Deputado.

Tem agora a palavra o Senhor Subsecretário Regional da Presidência. Faça favor.

(\*) **Subsecretário Regional da Presidência** (*Pedro Faria e Castro*): Muito obrigado.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

Os países e regiões que acolhem nómadas digitais podem beneficiar da atração de pessoas qualificadas e financeiramente independentes, que podem contribuir para a dinamização das economias locais.

O nomadismo digital pode promover o aumento do consumo e trazer maior dinamismo aos respetivos mercados de arrendamento, bem como aprofundar o intercâmbio cultural e a criação de centros de *coworking*.

Nesta última dimensão, o nomadismo digital pode ser particularmente interessante para uma região desafiada ao nível dos talentos digitais e tecnológicos, como é o caso dos Açores. Nómadas digitais podem ser veiculados para ajudar à capacitação dos recursos humanos locais, através de ações de transferência de conhecimento e experimentação em contexto empresarial.

O nómada digital é um profissional que, perante a natureza ubíqua do seu trabalho, opta por desempenhá-lo em qualquer lugar do mundo, sem condicionante de tempo, ou local, com base nos seguintes pressupostos de recursos: dispositivos móveis inteligentes e acesso permanente e rápido à Internet, que permitam uma efetiva comunicação à distância e acesso aos dados e informações com os quais o indivíduo trabalha por via remota.

Nomadismo digital, refere-se ao estilo de vida desenvolvido por estes profissionais altamente móveis e independentes de localização.

Ou nomadismo digital representa uma nova forma de organização de trabalho e distingue-se do trabalho remoto, ou teletrabalho, na medida em que os nómadas digitais procuram usufruir de liberdade de localização, quer em termos de trabalho, quer em termos de residência, podendo alternar com regularidade a sua residência e o local, a partir do qual prestam a sua

atividade remotamente, envolvendo muitas vezes prestação de trabalho entre países diferentes.

O retrato típico de um nómada digital, em 2022, é o norte-americano 51%; desenvolvedor de software 33%; com educação universitária, 90%; média de ganhos anuais, de 85.000 dólares americanos, empregado a tempo inteiro, 53%;

Pratica caminhada em trilhos, como desporto favorito, 50%; é vacinado contra a Covid-19 97%; não é religioso, 55%, mas valoriza a espiritualidade, 30%.

A média da duração da sua estadia no mesmo local é de 71 dias.

As profissões mais comuns entre os nómadas digitais incluem trabalhadores da indústria TIC, trabalhadores de marketing e comunicação, profissionais de indústrias criativas, trabalhadores do comércio eletrónico, *bloggers*, trabalhadores da área das finanças e criptomoeda.

Os nómadas digitais descrevem-se, na primeira pessoa, como indivíduos amantes de café e de cães, otimistas, felizes na natureza e gostam de fazer trilhos e são leitores ávidos.

A escola do nomadismo digital é ainda desconhecida, embora os registos estatísticos disponíveis indiquem um crescimento rápido da força de trabalho flexível e independente nas sociedades ocidentais.

O nomadismo digital tornou-se reconhecido como fenómeno generalizado em 2014/2015, quando surgiram as primeiras comunidades online dedicadas aos nómadas digitais.

A comunidade online Nomad List (*nomadlist.com*) indica existirem, atualmente, entre 10 a 100.000.000 de nómadas digitais e prevê que sejam 1.000.000 de pessoas, até 2035.

De acordo com as comunidades online nomadismo digital, as características que tornam um local particularmente apetecível são: a acomodação a bons preços e custo de vida relativamente baixo, infraestruturas de internet forte e estável, atividades na natureza, cidades menos movimentadas com

proximidade à natureza e fácil acesso a infraestruturas como hospitais, escolas e mercados.

Ora, os Açores atingem bons níveis em todas estas dimensões.

Entre os atrativos diferenciadores contam-se também o clima ameno, a estabilidade política e social, o IVA reduzido, elevados níveis de segurança, localização privilegiada e aqui destacamos a proximidade aos fusos horários europeus e americanos, a facilidade de viagens entre os continentes americano e europeu, voos diretos a partir das principais cidades americanas e europeias.

Depois, destino secreto e sustentável, protegido da massificação turística e comercial, primeiro arquipélago do mundo a ser certificado como destino sustentável pela entidade certificadora *wurth check*, boas práticas ambientais, um destino múltiplo (todas as ilhas oferecem uma experiência única) e facilidade de deslocação interilhas.

O Partido Socialista apresenta então um Projeto de Decreto Legislativo Regional sobre esta matéria, cujo objetivo é a atribuição de incentivos financeiros, ou de valor financeiro, a atribuir aos nómadas digitais que operam na região.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhores Membros do Governo:

Como vimos na caracterização dos agentes e da atividade que constituem o nomadismo digital, não constitui incentivo útil a atribuição de um apoio mensal de *vouchers*, base de apoio, ou de *vouchers* de intercâmbio.

Ao invés, pretende-se que o nómada digital contribua ativamente para o desenvolvimento da economia local através dos seus consumos.

Recordo que a média anual dos seus rendimentos é de 85.000 dólares americanos, e a duração média da sua estadia, de 71 dias, pelo que a Proposta de Decreto Legislativo Regional do Partido Socialista subentende alguma confusão de conceitos entre nómadas digitais e trabalhadores remotos.

**Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Muito bem!



**O Orador:** Esta estratégia é desajustada, no nosso entender, e assente numa lógica de atribuição de subsídios e apoios a uma comunidade que não os valoriza face aos seus objetivos,...

**Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública** (*Duarte Freitas*): Muito bem!

**O Orador:** ... criando um paradigma único no mundo neste tipo de abordagem assimétrica, face às populações e turistas em geral, em detrimento de um projeto e de um plano de desenvolvimento de toda a comunidade, isso, sim, bastante mais complexo de pessoas e instituições no sentido de exportar uma oferta diferenciadora, adaptada e transversal a todo arquipélago, por forma a maximizar todos os ganhos desta iniciativa nas suas várias vertentes. Até na possibilidade de extensão da duração dos subsídios ao máximo de seis meses (consta do n.º 1, do artigo 4.º dos incentivos), esta proposta demonstra desconhecer o fenómeno das comunidades nómadas digitais, cujo tempo de permanência, por membro, numa geografia é em média, recorde, de 71 dias. Nesta, como em outras áreas, infelizmente, o sucesso não se decreta.

O Governo tem uma visão diferente.

**Deputado João Bruto da Costa** (*PSD*): Muito bem!

**O Orador:** Com o mesmo objetivo, e acreditando que esta iniciativa do PS é estimular a presença de nómadas digitais nos Açores, mas por processo, consideramos mais eficaz e sem o problema que, desde logo, o Projeto de Decreto Legislativo Regional do Partido Socialista nos coloca, que é o seu custo.

O nosso projeto é o DNA Azores. O seu objetivo é a captação de fluxos de nómadas digitais para a Região Autónoma dos Açores. Este projeto aposta no aumento de divulgação da atratividade do destino Açores para o nomadismo digital, estimulando a transferência de tecnologia entre aquela comunidade e a comunidade açoriana.

O projeto é suportado por um conjunto de iniciativas que são:

Em primeiro lugar, o desenvolvimento de uma rede de espaços de *coworking*, a certificação de rede de alojamentos, a *stay comfort and connected*, o acesso ao Serviço Regional de Saúde, o desenvolvimento de uma plataforma online, o Programa Exchange e o programa Fast Track, de investimentos.

Ora, a primeira iniciativa, o Desenvolvimento de uma Rede de Espaços *Coworking*, é feita em parceria com os municípios, com parques tecnológicos, com a Universidade dos Açores, escolas profissionais e privados e pretende estimular a disponibilização de espaços de *coworking* nos vários concelhos dos Açores com um conjunto de características mínimas, ambientais, técnicas e imagéticas que possam ser utilizados pelos nómadas digitais.

Estes espaços serão da responsabilidade das entidades parceiras, não do Governo.

A segunda iniciativa a certificação da Rede de Alojamentos *stay comfort and connected*, é um programa de sensibilização, identificação e certificação de alojamentos. Os espaços de alojamento recebem um selo cuja atribuição depende do cumprimento de um conjunto de requisitos, entre os quais figuram a garantia da boa qualidade de conectividade Wi-Fi, uma divisão ou área da casa adaptada a trabalho remoto com Internet.

A terceira iniciativa dentro deste DNA Azores é o acesso ao Serviço Regional de Saúde. O acesso a serviços de saúde fiáveis e de qualidade é um importante diferenciador entre os destinos que globalmente competem para atrair nómadas digitais.

Ampliando a apetência pelo destino Açores, também nesta vertente, a iniciativa assegura acesso ao Serviço Regional de Saúde para membros da rede, com estadias superiores a 30 dias seguidos. O benefício será estendido aos familiares do nómada digital.

A outra iniciativa, o desenvolvimento da plataforma online, pretende-se a inserção em comunidades e a comunicação baseada em comunidades online, que é uma característica distintiva dos nómadas digitais.

A plataforma da rede DNA Azores, terá como principais objetivos registrar e rastrear os nómadas digitais nos Açores, registrar os parceiros desta iniciativa, que serão a restauração, o alojamento, etc., a personalização da experiência do nómada digital e o *community building*, disponibilizar informação útil ao nómada, através do *coworking*, alojamento, Serviço Regional de Saúde, eventos, agenda, comunidade, o Exchange, o *Fast Track* investimento, entre outras.

A outra iniciativa, o Programa Exchange, já referido, o programa é um mecanismo que permitirá, através de um sistema de recompensas, encorajar comportamentos úteis por parte dos nómadas digitais, de forma a concretizar e amplificar os potenciais benefícios de transferência tecnológica para o destino desta demografia.

Pretende-se fomentar a disponibilidade do nómada digital para ações, como “liderar um *workshop webinar*”, realizar palestras, *masterclass*, reuniões com empresas locais, etc., em torno do tema individual de especialidade.

Este sistema permite majorar uma recompensa a atribuir ao nómada, mediante os seguintes fatores: ocorrência da ação em época baixa/média, duração da ação iniciativa, localização nas ilhas de São Jorge, Faial, Pico, Flores, Graciosa, Santa Maria e Corvo, e estadias familiares (os nómadas que se façam acompanhar pela sua família).

O programa permite a acumulação de pontos, os *Exchange*, e dependerá da constituição de uma rede sólida de negócios afiliados, nomeadamente entre os operadores turísticos e outros negócios locais: marítimo turística, restauração, transportes, alojamento, rent-a-car, que permitam a troca de pontos *Exchange* em sistema de *voucher*.

O Programa Fast Track de Investimentos: esta ação visa promover a relação entre as empresas e outras organizações regionais e os nómadas digitais.

Para o efeito será criado um mecanismo para assegurar o atendimento célere, eficaz e bilíngue dos nómadas digitais que manifestem interesse em investir na Região e/ou que promovam a internacionalização de empresas dos Açores.

Pretende-se promover o aconselhamento e acesso rápido à informação sobre apoios regionais disponíveis no âmbito do investimento.

De forma complementar, será efetuado um esforço de divulgação da rede DNA Azores, quer através da direção Regional do Turismo, com especial enfoque na diáspora, quer por contratação do *influencers* para divulgação e dinamização da rede entre a comunidade nómada digital, sendo este tipo de divulgação fundamental para o sucesso do projeto.

Está também prevista a cooperação e parceria com outras redes atlânticas de nómadas digitais.

A Direção Regional das Comunicações e Transição Digital é a entidade líder no lançamento e instalação deste projeto, dispondo de cabimento orçamental para esse efeito no Plano 2022 e no Plano de 2023, ainda há menos de um mês aqui aprovado.

Para além do desenvolvimento das iniciativas suprarreferidas, irá desenvolver os contactos com os municípios e as entidades parceiras deste projeto, com o objetivo de apresentar o projeto e de sensibilizá-lo para as oportunidades criadas pelo fenómeno do nomadismo digital.

Neste momento, o projeto de desenvolvimento e conceção desta nova marca, de forma a comunicar o modelo de suporte a todo ecossistema envolvido na iniciativa e todo o plano global de implementação e de comunicação, encontra-se em fase de finalização, prevendo-se que durante o primeiro semestre de 2023, todo o ecossistema se encontre preparado e em funcionamento para dar resposta às ambições deste projeto.

Mais importante do que comunicar uma marca é a criação de todo um ecossistema que envolva os municípios, as pessoas, os operadores económicos e demais instituições parceiras desta iniciativa e que suportem uma experiência de qualidade à comunidade nómada digital que nos visita e ajustada às suas ambições, senão vêm e não voltam e, mais importante, não recomendam os Açores aos outros membros desta enorme comunidade.

Senhor Presidente, Senhores Deputados, Senhores Membros do Governo:

Termino dizendo que insistir num Decreto Legislativo Regional que se mostra manifestamente desajustado, e limitado no que concerne à abordagem desta temática, revela simplesmente uma vontade de comprometer o Governo com medidas e uma estratégia desaconselhadas por especialistas nesta matéria e pela esmagadora maioria das entidades auscultadas em sede de Comissão dos Assuntos Sociais.

Detenhamo-nos no resumo de intervenção de um reconhecido especialista na matéria, o Doutor Gonçalo Hall, conforme relatado naquela Comissão, e cito: “Por todos os locais que passou, enquanto nómada digital, encontrou um traço comum: o foco na comunidade, nas relações estabelecidas entre as comunidades nómadas digitais e local.

O que procuram é uma estrutura social para se sentirem bem-vindos.

Por isso, todo o seu projeto trabalha ao nível da criação das condições perfeitas, estruturação física e social para os nómadas estarem em comunidade.

Portanto, o nómada não procura incentivos financeiros, descontos, legislação que regule o modo de funcionamento dos seus projetos, mas sim a questão social.

Muito obrigado.

**Vozes de alguns Deputados das bancadas do PSD:** Muito bem! Muito bem!

*(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)*

**Presidente:** Muito obrigado, Senhor Subsecretário.

Tem agora a palavra o Senhor Deputado Gustavo Alves.

**Deputado Gustavo Alves (PPM):** Muito obrigado.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

Estão em debate dois projetos relativos à nova tendência de trabalho à distância, os denominados: “nómadas digitais”.

Estes trabalhadores executam a sua atividade profissional em qualquer parte do globo, necessitando, somente, de um bom acesso à internet para desempenharem as suas tarefas laborais através de um computador ou similar.

Estes trabalhadores remotos têm diversas vantagens quando comparados com um trabalhador comum. Não são obrigados a seguir um horário rígido e inflexível. Não perdem horas no trânsito para chegar ao seu local de trabalho e podem optar por escolher o seu destino de trabalho, usufruindo da cultura, gastronomia e atividades lúdicas de um determinado local.

Pese embora este estilo de vida não seja acessível a qualquer indivíduo, qualquer uma das nossas ilhas dos Açores tem condições para ser um desses destinos escolhidos por estes trabalhadores. Até porque, em várias estatísticas consultadas, percebemos que estes nómadas digitais são maioritariamente americanos e existe, como é sabido, uma proximidade desse povo à nossa região.

Desta forma, passaremos à análise dos documentos trazidos a debate. Relativamente ao diploma do Partido Socialista, o Grupo Parlamentar do PPM entende que o mesmo não está bem formulado e não favorecerá a vinda dos nómadas digitais para os Açores. Num cômputo geral, querem ser socialistas até com os nómadas digitais, que na sua grande maioria são oriundos de países desenvolvidos, com remunerações várias vezes superiores ao ordenado mínimo regional. E que, por isso, não valorizarão as benesses aqui apresentadas, como *vouchers* ou internet móvel oferecida.

Como se não bastasse, sinto-me na obrigação de fazer uma chamada de atenção para o preâmbulo. No penúltimo parágrafo do diploma, onde o mesmo contém uma observação que nunca deverá ser aprovada nesta Casa, pelo facto de conter várias farpas políticas entre partidos, o que no nosso

entender, jamais deveria ser publicado em Diário da República com essa redação facciosa.

**Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Muito bem!

**Deputada Ana Luís (PS):** Ó senhor, é só ir ver outros!

**O Orador:** As diversas audições parlamentares exacerbaram a errada estratégia que contempla este diploma, que não passa de uma atribuição de subsídios a quem não precisa, criando discrepâncias entre outros visitantes dos Açores. Faz lembrar a política dos encaminhamentos dos não residentes que em quatro anos provocou 39 milhões de euros de prejuízo à SATA.

Após estas considerações, fica fácil perceber que não acompanhamos este diploma.

No que concerne ao diploma recomendativo do CDS-PP, temos uma observação completamente diferente.

**Deputado Vasco Cordeiro (PS):** Claro!

**Deputada Ana Luís (PS):** Nem esperávamos outra coisa!

*(Risos dos Deputados da bancada do PS)*

**O Orador:** É um diploma que releva a temática do nomadismo digital e sugere um projeto piloto na ilha de São Jorge, à semelhança do que foi feito na ilha da Madeira. Não sugere subsídios ou apoios pecuniários. Procura sugerir que o Governo Regional delineie uma estratégia neste âmbito e que, ao ter sucesso, passe de um projeto piloto para um projeto regional, visto ser mais uma potencialidade para os Açores.

Assim sendo, votaremos favoravelmente o Projeto de Resolução do CDS-PP. Muito obrigado.

*(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)*

**Presidente:** Muito obrigado, Senhor Deputado.

Tem a palavra o Senhor Deputado Carlos Furtado.

(\* **Deputado Carlos Furtado** (*Indep.*): Muito obrigado, Senhor Presidente.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

Realmente o Partido Socialista apresenta um DLR, o CDS apresenta um Projeto de Resolução. O Governo elenca uma quantidade de situações onde pretende beneficiar os nómadas digitais.

E agora eu fico assim: afinal, se eu for votar uma a favor, tenho que votar a outra e tenho que concordar com o Governo.

O problema é que eu não concordo com nenhum de vocês. Sinceramente, os nómadas querem, é que os deixem em paz.

Eles querem é entrar e sair da Região de forma transparente.

Eles não querem que ninguém lhes bata à porta. Eles querem entrar, sair, contactar com quem eles quiserem, e mais nada do que isso. Há pouco, falou-se aí daquilo que foi a mais-valia do programa dos nómadas digitais que trouxe milhões à Madeira.

Mas há um estudo de quantos milhões tinha trazido à Madeira, se não houvesse o dito programa dos nómadas?

Era a mesma coisa.

Não trouxe mais um nómada, nem menos um nómada, o facto de o Governo da Madeira ter feito o programzinho.

Portanto, na realidade, é como eu disse, eles querem é que lhes deixem em paz.

E mais ainda!...

Essas pessoas que nos visitam, para mim, contrariamente a uma outra intervenção que foi assim um bocado baixinha, mas pronto, cada um fala como sabe...

Eu não sou contra os nómadas, nem a favor.



Não podemos criar aqui um mecanismo de rejeição a quem nos visita. Agora não temos que necessariamente andar com os nómadas ao colo, porque também temos que perceber que essas pessoas têm todo o direito de vir para cá viver. Isso é indiscutível.

Mas temos que perceber também uma outra realidade. Essas pessoas vêm concorrer a um mercado de arrendamento que, já por si só, está extremamente caro na Região.

Essas pessoas vêm também fazer a vida cara aos açorianos.

Obviamente que eu não vou dizer “não venham, agora não vou andar com eles ao colo e ir buscá-los ao aeroporto para, no fim, estarem aqui a fazer vida cara às pessoas que cá vivem, porque essa é uma realidade.

E, além disso, há outra situação aqui. Eu não vou votar contra à do Partido Socialista e votar a favor da do CDS, porque isso até era quase risível, da minha parte, fazer isso.

Eu vou votar contra as duas, tanto mais que as duas, aproximaram-se. Elas entraram aqui, uma em jeito de Projeto de Resolução e outra em DLR, mas o que é certo é que, após as propostas de alteração que o Partido Socialista apresentou à sua própria iniciativa, aligeirou o texto.

E aquilo que era implícito em DLR, passou a ser o “pode”: “pode” abaixo, “pode” acima, “pode” ter direito ao voucher, “pode”, “pode”, “pode”...

Isso não é letra de lei, é um “pode”.

Portanto, ela aproximou-se da do CDS e para mim não tem qualquer sentido, neste momento, estarmos a criar benesses às pessoas que pretendam vir para cá, temporariamente, exercer a sua profissão, e tanto mais ainda, identificar as salas de *coworking*.

E até a que ponto é que nós estamos a criar aqui uma discriminação negativa aos locais?

Até que ponto é que ao criarmos a questão de identificar as salas de *coworking*, depois, como é que é?

Há preferência no acesso a essas salas, entre os locais e os nómadas? Isso é outro assunto que também precisa se falado.

Porque depois, a partir de uma certa altura, se calhar é: “não, não! Primeiro é para os nómades, os de cá esperem para a semana, quando o nómada for-se embora”.

Não, meus senhores! Esqueçamos os nómadas.

Isso para mim é um não assunto.

Enaltece a boa vontade do Partido Socialista, mas para mim é: deixem os nómadas em paz, que é isso que eles querem.

Muito obrigado.

**Presidente:** Muito obrigado Senhor Deputado.

Tem agora a palavra o Senhor Deputado Carlos Silva. Faça favor.

(\*) **Deputado Carlos Silva (PS):** Muito obrigado, Senhor Presidente.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

Eu fico um pouco estupefato com alguns dos argumentos que são aqui apresentados.

Eu percebo que possam não concordar com a iniciativa – isso em democracia é mesmo assim – mas não concordar sem perceber sequer o que é que se está a apresentar para mim é mais preocupante, e confundir conceitos. É óbvio que trabalho remoto e nómadas digitais não são a mesma coisa, mas relacionam-se como é óbvio também.

Portanto, isso só demonstra alguma falta de preparação de algumas pessoas que fizeram aqui comentários que não são propriamente abonatórios, a favor desta Assembleia.

Relativamente ao Governo e àquilo que foi aqui apresentado pelo Senhor Secretário, eu fico por um lado satisfeito que tenha sido necessário uma proposta do Partido Socialista, e também do CDS, justiça seja feita, para que o Governo finalmente se mexesse e fizesse alguma coisa, porque passados dois anos não existe nada.

Aquilo que o Senhor Secretário leu aqui, eu pergunto: onde é que está previsto esse Projeto de DNA? Onde é que está escrito? Onde é que ele foi apresentado? O que é que o Governo já fez, além daquilo que leu aqui e que disse que iria apresentar até ao final de novembro, em Comissão, e só hoje é que ficámos a conhecer um pouco mais?

E depois, o Senhor Secretário vem com argumentos que são contraditórios. Diz que a proposta do Partido Socialista é desajustada, que só pretende atribuir apoios financeiros.

Eu pergunto: onde é que o Partido Socialista pretende atribuir apoios financeiros aos nómadas?

Das duas, uma: ou não leu as propostas de alteração,...

**Deputado Joaquim Machado (PSD):** Ah!... De alteração!

**O Orador:** ... porque elas vêm clarificar aquilo que se pretende e aquilo que foi dito sempre, desde o início, que era o objetivo do DLR.

**Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Está explicado, Duarte!

**O Orador:** O DLR visa atrair nómadas digitais para os Açores e os nómadas conciliam duas coisas fundamentais: turismo e trabalho.

**Vice-Presidente do Governo Regional (Artur Lima):** Não é verdade!

**O Orador:** Portanto, a região investe milhões de euros na promoção turística. E os nómadas são um nicho muito específico de jovens qualificados e com altos rendimentos, como o Senhor Secretário, referiu e bem.

Portanto, nós temos todo o interesse em captar para a nossa Região jovens qualificados, com altos rendimentos (melhor ainda), porque o objetivo é que eles permaneçam nos Açores o máximo de tempo possível e em limite que eles deixem de ser nómadas e passem a ser residentes. Esse é o objetivo máximo, quer da proposta do PS, acredito que também seja da proposta do CDS, que é atrair pessoas qualificadas, jovens, que se fixam e permaneçam nos Açores. Esse é o objetivo e aquilo que nós pretendemos com essa iniciativa é criar condições para que eles se desloquem aos Açores, para que eles visitem uma, duas, três, quatro ilhas, porque quanto mais tempo

permanecerem, maiores são os ganhos para toda a região e é esse o objetivo máximo.

O Senhor Secretário também disse aqui que o problema da proposta do PS é o custo que ela representa.

Então, Senhor Secretário, qual é o custo que ela representa, se é um problema para si?

Se é um problema para o Governo, qual é o custo?

Porque as propostas que o senhor apresentou, em nome do Governo, custam três, quatro, cinco, seis vezes mais do que aquilo que o Partido Socialista propõe. Portanto, não pode dizer as duas coisas.

Se o problema da proposta é o custo que ela representa, então o senhor não pode apresentar uma proposta que custa dez vezes mais.

**Vozes de alguns Deputados da bancada do PS:** Muito bem! Muito bem!

**O Orador:** Seja coerente.

Se concorda com os princípios, diz que faz sentido haver uma rede, (isso está escrito no relatório da Comissão e disse aqui novamente, estamos de acordo), concorda com as parcerias, concorda que haja uma agilização de protocolos com incubadoras de empresas, públicas e privadas, de autarquias e não só de autarquias... Senhor Secretário, nós fomentamos a criação de protocolos (é isso que se pretende) com autarquias, com associações empresariais, com empreendimentos turísticos.

Aqui também, respondo ao Deputado Carlos Furtado, que não está. O objetivo da nossa proposta é que os nómadas não concorram com os residentes no mercado de arrendamento.

Por isso é que propomos protocolos com associações empresariais, com alojamentos turísticos, para que, na época baixa, possam usufruir desses espaços que já existem e que não concorram com os residentes.

**Vice-Presidente do Governo Regional (Artur Lima):** Concorrem, concorrem!

**O Orador:** Nós não podemos é dizer que estamos preocupados com o despovoamento e com a saída dos jovens da nossa região e depois, quando apresentamos propostas que contribuem para isso, dizer que não concordamos.

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)*

O que é que diz o Conselho Económico e Social sobre esta matéria?

Diz que as duas propostas são importantes, porque permitem trabalhar aquele que é um problema, que é o despovoamento, e atraindo jovens qualificados, nós estamos a contribuir para encontrar soluções para esse problema. Isso não vai resolver todos os problemas do mundo. Não vai resolver todos os problemas, como é óbvio.

Agora, vir aqui negar as mais-valias da iniciativa que é apresentada e há mais uma que foi omitida deliberadamente... nós apresentámos um DLR. Qualquer partido aqui representado, e representação parlamentar, pode alterar aquilo que acha conveniente e o que é que o Senhor Deputado Carlos Furado fez?

Nada!

**Deputado Carlos Furtado (Indep.):** Eu não concordo com a essência!

**O Orador:** O que é que o Senhor Deputado Gustavo Alves fez?

Zero! Não apresentou nada!

Os outros partidos também terão a oportunidade de falar e de abordar o que é aqui proposto.

Portanto, os senhores, têm a possibilidade de alterar e tornar a proposta melhor, mais robusta e de acordo com os vossos princípios. Mas aquilo que dizem é “não”. “É do PS, nós não concordamos”, é do CDS, é uma resolução...

**Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Não é bem assim!

**Deputado Flávio Soares (PSD):** Era o que o Partido Socialista fazia!

**O Orador:** ... que se limita a recomendar ao Governo que faça algo que não fez em dois anos, mas é estratégica para a região.

**Deputada Ana Luís (PS):** Muito bem!

**Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Está a ver como o senhor percebeu?

**O Orador:** E, portanto, só para concluir, Senhor Subsecretário, nós nas alterações que fizemos:

“Artigo 4.º

Medidas de fomento

O nómada digital integrado na rede pode beneficiar de medidas de fomento implementadas pela entidade gestora ou pelas entidades parceiras durante os seis meses.”

Qual é que é o incentivo financeiro que é atribuído aqui, Senhor Secretário?

Se as entidades parceiras, como a Altice, como a Vodafone, disseram que eram boas propostas, se celebrarem parcerias e atribuir incentivos aos nómadas, qual é que é o problema, Senhor Secretário?

Qual é o custo que isso representa para a região?

Se tiver uma Câmara Municipal que queira conceder benefícios, qual é o problema?

“Vouchers

O nómada digital integrado na rede pode usufruir de vouchers, conforme protocolado com as entidades parceiras, onde se inclui pelo menos internet fixa ou móvel.”

Essa é uma das condições que Secretário mencionou que não é um requisito procurado pelos nómadas. Qual é que é o problema?

“Condições vantajosas para acesso a espaços públicos regionais e produtos e serviços das entidades parceiras.”

Mais uma vez, qual é o custo que isso representa para a Região? Qual é o impacto orçamental que isso representa?

Portanto, o que aqui se comprova é que o Governo, no fundo, concorda com a proposta do PS, mas só porque é uma proposta do PS, diz que não é boa.

Muito obrigado.

**Vice-Presidente do Governo Regional** (*Artur Lima*): Precariedade laboral!

**Deputado Nuno Barata** (*IL*): Pura! Então porque é que existiu?

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)*

**Presidente:** Muito obrigado, Senhor Deputado.

Tem agora a palavra a Senhora Deputada Vera Pires. Faz favor, Senhora Deputada.

(\*) **Deputada Vera Pires** (*BE*): Obrigada, Senhor Presidente.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

Eu começo por ter que mostrar alguma estranheza, depois de ouvir a intervenção do Senhor Subsecretário Regional, porque foi preciso um membro da coligação, que suporta este Governo, apresentar um Projeto de Resolução para o Governo conseguir aparecer aqui, perante a Assembleia, com um plano cheio de pormenores que parece já ter sido muito pensado, e se o foi, eu pergunto, porque é que nós não soubemos dele antes?

**Deputado Nuno Barata** (*IL*): É verdade!

**A Oradora:** E porque é que não foi já discutido como proposta saída do Governo?

Mas avançando. Eu gostava de referir que, com estas duas iniciativas que temos aqui em debate, temos uma quantidade de questões levantadas que são, nomeadamente, o Projeto de DLR do PS.

O facto de referir que tenta criar ferramentas que reforcem a coesão territorial, que combatam a desigualdade, que fomentem a transição digital, que combatam o despovoamento, que é um dos objetivos também do projeto apresentado pelo CDS, tudo isto, todos estes aspetos, para o Bloco de Esquerda, se revestem da maior importância, evidentemente: a coesão territorial, o combate ao despovoamento, a transição digital, o combate às

desigualdades, são todos estes aspetos fundamentais para o desenvolvimento da Região.

E mais!... Para o Bloco, a promoção dos Açores, como destino calmo e seguro, com boa qualidade de vida, com a sustentabilidade ambiental, é sempre bem-vinda.

Não nos podemos é esquecer que temos que ir trabalhando sempre no sentido de assegurar e de manter estas qualidades.

Defendemos, evidentemente, a melhoria constante da cobertura e qualidade da rede de telecomunicações, apoiamos a criação e disponibilização de espaços partilhados de trabalho em todas as ilhas, em todos os concelhos, com um conjunto de infraestruturas que sirvam quem nos visita, mas que sirvam também, em primeiro lugar, a comunidade.

O Bloco sabe que os chamados nómadas digitais são um potencial novo segmento de visitantes temporários nos Açores e nada temos a opor à sua chegada.

Mas consideramos a criação de incentivos financeiros e benefícios específicos (e perdoar-me-ão, mas do nosso ponto de vista, quer a proposta de DLR, do Partido Socialista, quer o Projeto de Resolução do CDS, considerando agora já até os desenvolvimentos a esse Projeto de Resolução apresentados aqui pelo Senhor Subsecretário), os dois abrem caminho a soluções semelhantes à que foi, por exemplo, implementada na Madeira e que contemplam incentivos de carácter financeiro e, portanto, gasto.

E o que nós consideramos é que a criação desses incentivos financeiros e desses benefícios específicos para os nómadas digitais, trazem um conjunto de fatores negativos, que devemos a todo o custo evitar e que são, em primeiro lugar, o gasto de recursos públicos no apoio a um público-alvo (que parece-me que estamos todos de acordo aqui dentro), que é reconhecidamente já detentor de bons rendimentos e elevado poder de compra;

Gera mais (muito mais importante do que isto), uma profunda desigualdade e injustiça nas respostas aos trabalhadores remotos residentes nos Açores, a



quem passariam a ser negadas as condições que estaríamos a oferecer aos nómadas digitais.

Devemos ter em linha de conta também com a pressão extra e as dificuldades acrescidas, para os residentes locais, sejam eles trabalhadores remotos, ou não, no que diz respeito, por exemplo, ao aluguer de habitação de longa duração, bem como no custo geral de bens e de serviços. E temos exemplos no país, Lisboa, Porto, temos exemplos até nos Açores, Ponta Delgada é um exemplo disso, onde os locais acabam por ir sendo empurrados para as periferias, porque não conseguem, ou têm cada vez mais dificuldade, em suportar o aumento dos custos nos grandes centros. Porquê? Por via da pressão dos residentes temporários, quer dos turistas não nómadas, digamos assim, quer destes nómadas digitais que estamos aqui a falar.

Acresce ainda um impacto negativo, até na oferta de alojamento estudantil (e isso não será um problema em São Jorge, mas é também e pode ser um problema em Lisboa, no Porto ou em Ponta Delgada ou Angra do Heroísmo), o alojamento estudantil privado, numa altura em que os dados a nível nacional já dão conta de uma redução drástica dos quartos disponíveis para estudantes devido à conversão da oferta para o turismo e para estes nómadas. Por se enquadrarem no estatuto de residente não habitual, os nómadas digitais ver-se-ão ainda favorecidos com benefícios fiscais que os colocarão em clara vantagem face aos residentes permanentes que realizem as mesmas atividades e auferam o mesmo rendimento, criando injustiça também ao nível fiscal.

E é isto, aliás, que consideramos que o PS, ao defender na República, está tentando criar uma versão renovada, digamos assim, dos vistos Gold.

Nós queremos contrariar a tendência de despovoamento dos Açores, mas esse objetivo não pode ser alcançado através da oferta de um tratamento privilegiado a quem, já trazendo na bagagem uma confortável capacidade financeira, escolha viver temporariamente aqui nesta região; uma região onde a maioria dos trabalhadores têm baixos salários.

Os benefícios que as duas iniciativas em análise pretendem atribuir a estes nómadas digitais, internet grátis, descontos para aceder a espaços públicos, são exemplos, não serão determinantes, pensamos nós, nem sequer significativos para a escolha dos Açores como destino de residência temporária, mas o que a atribuição destes benefícios irá provocar é um aumento das desigualdades e um sentimento de injustiça nos jovens residentes nos Açores, que, desempenhando as mesmas atividades, terão piores condições de trabalho do que estes residentes temporários.

Queremos que os Açores sejam destino de eleição para visitantes e turistas, mas não aceitamos que essa escolha seja incentivada à custa do tratamento privilegiado destes nómadas, em detrimento dos residentes permanentes.

O apoio aos residentes temporários não pode, nem deve, do nosso ponto de vista, preceder a criação das condições necessárias à melhoria da qualidade de vida de quem já cá vive e só desta forma se poderá caminhar, sustentavelmente, para a fixação da população local, nomeadamente dos jovens na nossa região.

Por estas razões, o Bloco não irá acompanhar estas iniciativas.

Muito obrigada.

**Presidente:** Muito obrigado, Senhora Deputada. Tem agora a palavra para participar no debate o Senhor Deputado Nuno Barata.

(\*) **Deputado Nuno Barata (IL):** Senhor Presidente, Senhores Deputados, Senhores Membros do Governo:

Eu nunca pensei concordar tanto com o Bloco de Esquerda.

Nalguma coisa o liberalismo dos nómadas havia de nos unir.

**Vice-Presidente do Governo Regional (Artur Lima):** Já uniu em mais coisas!

**O Orador:** Não há nada mais liberal do que um nómada.

Não há nada mais liberal do que aquele que escolhe o sítio onde ir trabalhar, onde ir viver, onde ir criar filhos e mudar de local de trabalho e local de residência, de pouco a pouco, como fazem os nómadas, por definição, pelo

menos do Dicionário da Língua Portuguesa do Torrinha, pelo qual eu estudei, é isto que significa.

**Deputado Vasco Cordeiro (PS):** Qual?

**O Orador:** Francisco Torrinha.

Era o dicionário que se usava Senhor Deputado Vasco Cordeiro. É um bocado mais novo, não se lembra do Francisco Torrinha, mas era o dicionário de língua portuguesa, com qual...

**Deputado Joaquim Machado (PSD):** Porto Editora!

**O Orador:** Não faço publicidade, Senhor Deputado Joaquim Machado.

Nómada, de Francisco Torrinha, dizia que eram aqueles...

*(Aparte inaudível)*

**O Orador:** Eu sei que há pessoas que entendem que há nómadas bons e nómadas maus.

Não é propriamente, a minha visão. Para mim, são todos bons, mas há uma obsessão com os nómadas, há um problema socialista, com os nómadas,...

**Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Quer dizer que é nómada!

**O Orador:** ... (é socialista, e que é social democrata), porque no fim de contas, o Senhor Secretário gastou à volta de 13 minutos, 14 minutos...

**Deputado Joaquim Machado (PSD):** Dezassete minutos!

**O Orador:** ... (exatamente, 17 minutos) para, em tom monocórdio, como é costume, nos trazer um arrazoado dos milhões que o Governo Regional dos Açores vai gastar certamente no orçamento de 2024, como de 2023, bate na lei travão, com os nómadas digitais. Nós não temos nada contra os nómadas digitais, nem contra outros nómadas quaisquer.

Bem, pelo contrário, nós conhecemos a importância que têm os nómadas digitais e os nómadas que entendam trabalhar remotamente nos Açores, que são coisas diferentes, como disse, e bem, o Senhor Deputado Carlos Silva.

Eu penso que não estarei errado, nem cometerei qualquer inconfidência, se disser que, por exemplo, o Senhor Deputado Pedro Neves é aquilo que se chama o nómada que optou por vir aos Açores e acabou ficando nos Açores.

É Deputado desta Casa, eleito democraticamente, como nós todos,...

**Deputado José Pacheco (CH):** Por alguma razão!

**Deputado Joaquim Machado (PSD):** Nem com o DLR do PS!

**Deputado Francisco Coelho (PS):** O Sr. Deputado Paulo Estêvão está-se a rir, porque é um nómada mais antigo.

**O Orador:** ... e é hoje um açoriano daqueles que daqueles que “não precisou aqui nascer para aqui viver e saber um dia aqui morrer”, nas palavras da poeta Luísa Casa.

**Deputado Pedro Pinto (CDS-PP):** Isso é normal!

**O Orador:** Isto é muito normal, isto é muito mais normal do que aquilo que as pessoas pensam.

E é por uma razão muito simples: é porque as pessoas vêm, porque descobrem os Açores como um destino onde se pode, eventualmente por algum período, desenvolver uma atividade económica ou profissional, e apaixonam-se pelos Açores.

E é isto que nós devemos fazer com esses nómadas. É garantir que estes nómadas que nos procuram por qualquer razão e que vêm aqui desenvolver a sua atividade profissional, se apaixonem por isso, e só há uma maneira de o fazer: é preservar...

**Deputado Carlos Silva (PS):** Olha o tempo!

**O Orador:** Tenho tempo que é um caso sério, Senhor Deputado.

Só há uma maneira de o fazer, é preservar aquilo que de melhor nós temos.

**Deputado Carlos Silva (PS):** A taxa turística!

**O Orador:** A taxa turística, não. Aí não há taxa turística.

O Senhor Deputado Carlos Silva tem andado muito inspirado nos apartes.

**Deputado José Pacheco (CH):** Ele tem tempo!

**O Orador:** A gente vai tentar perceber porquê.

O que é que procuram os nómadas digitais, ou seja, outro tipo de nómadas que queiram trabalhar remotamente a partir dos Açores ou não?

Procuram aquilo que de melhor nós temos: o bem-estar, o ambiente preservado, a nossa tranquilidade, a segurança, o acesso à saúde, e, Senhor Secretário, peço desculpa, mas o senhor não vai facultar porque eu não vou autorizar, pelo menos enquanto tiver algum poder, porque esses senhores vêm, por exemplo, com seguros de saúde, porque já sabem que não têm acesso ao nosso sistema de saúde gratuito.

Portanto, vêm com seguros de saúde, preparados para pagar os seus cuidados de saúde e é nisso que nós temos que investir, é captar essa gente.

E como é que o fazemos? Fazemos por várias vias. A primeira via é mantendo a notoriedade do destino, mantendo o nome Açores presente nos espaços de mercado, nos espaços emissores destas pessoas, destes trabalhadores que procuram espaços diferentes para desempenharem a sua atividade criativa, no caso dos nómadas digitais, ou trabalho remoto no caso daqueles que procuram remotamente trabalhar fora do seu espaço normal de trabalho.

Essa notoriedade nos últimos dois anos, houve uma tremenda indefinição ao nível da ATA.

Sr. Secretário, o senhor tem que conversar com a sua parceira do lado, para ser resolvido esse problema, para ver se nós conseguimos, num futuro ainda próximo, arrancar de novo com uma coisa que deixaram quase morrer e que promove a notoriedade do destino Açores também para esse tipo de pessoas que nos procuram, porque quem procura um destino, não procura só por razões turísticas.

Google, uma palavra, e aquela palavra há de levar a qualquer coisa.

Se nós desaparecermos desses espaços digitais, como nós sabemos, mais dificilmente os nómadas digitais nos encontram.

É preciso manter a notoriedade do destino, e reativar aquilo que foi parado por razões que não me interessa saber, mas que está parado.

É preciso mantermos acesso aos cuidados de saúde, não só para que acudamos, ou vamos viver dos seguros dessa gente. É porque se não tivermos boas notícias sobre os cuidados de saúde que são prestados nos Açores, as pessoas não vêm (ponto), sejam novas, sejam velhas, não vêm, porque é uma das coisas que procuram: segurança, saúde, boa internet, como já aqui foi dito.

E por falar em boa internet, Senhor Secretário, é bom que esteja atento àquilo que se está a passar com os cabos submarinos.

**Deputado Joaquim Machado (PSD):** Há 4 anos!

**O Orador:** Ainda hoje tivemos aqui um problema.

Como sabemos, todo esse processo está atrasado. O que está em cima da mesa não é bom para os Açores, até porque deixa de fora 53% dos açorianos. Não é bom para os Açores, porque tem uma ligação que não é a ligação ideal. Não é bom para os Açores, porque ainda não está implementado com 1200 dias de atraso e, portanto, Senhor Secretário, é bom que também, em vez de estar aí muito preocupado em dizer o que é que o Governo vai fazer, sem ter apresentado aqui soluções, que nos trouxesse mais qualquer coisa de palpável sobre essa matéria.

Ambiente sustentável, também é uma coisa que nos caracteriza. É preciso termos cuidado em manter aquilo que temos de melhor no nosso ambiente, porque se continuamos a destruir áreas verdes, se continuamos a destruir floresta e a não repor, se continuamos a não ter retenção de águas em altitudes, continuamos a não ter uma política de ambiente séria, honesta, que olhe para o nosso ambiente como uma das nossas grandes valias, que olhe para o agro rural com equilíbrio, com alguma apetência florestal, também, não vamos continuar a ter, certamente, pessoas como o Senhor Deputado Pedro Neves, a procurar os Açores para viverem melhor do que o espaço onde viviam antes.

Portanto, é preciso fazer muita coisa para captar muita gente. Mas não é de certeza com medidas como esta, porque como disse há pouco, os nómadas não vivem só dos incentivos que lhes damos.

Aliás, quase sempre o que acontece é, essas pessoas procuram um lugar para desenvolver a sua atividade. Depois de cá estarem procuram outras formas de tirar mais-valias.

E se nós dermos essas mais-valias eles vão aproveitar.

Vai é faltar depois para os nossos, para os que cá vivem, como disse há pouco, aqui, o Senhor Deputado José Pacheco; falta para nós, falta para os nossos, falta para desenvolver internamente as nossas economias, porque estamos a gastar os recursos, esforços financeiros, esforços de nosso próprio intelecto para resolver o problema de pessoas que não precisam de nós para nada.

Nós é que precisamos que eles venham e sacar deles o conhecimento e as experiências que trazem às nossas ilhas.

**Deputado Pedro Neves (PAN):** Então não sou bem-vindo!

**Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Ou seja, o senhor quer sedentarizar os nómadas, é o que eu vejo! Não gosta dos nómadas!

**Presidente:** Obrigado, Senhor Deputado.

Tem agora a palavra o Senhor Deputado Rui Martins.

(\*) **Deputado Rui Martins (CDS-PP):** Senhor Presidente, Senhores Deputados, Senhor Vice-Presidente e Membros do Governo:

Nesta segunda intervenção, no fundo, porque a primeira foi uma apresentação em traços gerais do que é que o CDS pretende com este Projeto de Resolução, e após estas intervenções que me precederam, eu devo esclarecer o Senhor Deputado José Pacheco, o Senhor Deputado Carlos Furtado, o Senhor Deputado Nuno Barata e, obviamente, o Partido Socialista – o Partido Socialista, acho que está ciente das diferenças dos dois diplomas – que efetivamente estas duas propostas que aqui estão em debate não são iguais e não têm nada de semelhante, até diria.

E porque é que eu digo isto? Digo, porque as diferenças são significativas.

Se atentarmos, do ponto de vista daquilo que é o DLR do Partido Socialista, começo logo por dizer que da parte do CDS, a última coisa que queremos é efetivamente cristalizar ou burocratizar algo que, na verdade, acontece espontaneamente, em quem tem a possibilidade de trabalhar remotamente.

Ou seja, não faz sentido, na nossa ótica, fazer um Decreto Legislativo Regional e por isso não concordo, obviamente, e discordo profundamente com a posição do Deputado Carlos Silva, quando questiona onde é que está o Decreto Legislativo Regional do Governo?

**Deputado Carlos Silva (PS): Eu não disse isso!**

**O Orador:** Eu espero que não haja um Decreto Legislativo Regional sobre esta matéria.

Por isso, um Decreto Legislativo Regional, para o CDS, não é a solução.

**Deputado Carlos Silva (PS): Eu perguntei pelo plano.**

**O Orador:** O Senhor Deputado perguntou onde é que estava o DLR?

Falou no DLR, e podemos depois pedir uma transcrição, mas nem é preciso. É só andar para trás no vídeo, que é para não dar trabalho às nossas redatoras, porque estas conversas já são massudas que chegue para transcrever.

Voltando aqui ao assunto. Efetivamente, os nossos diplomas são muito diferentes e do ponto de vista do Partido Socialista (sim, Senhor Deputado José Pacheco e Carlos Furtado, e também o Bloco de Esquerda e a Senhora e a Senhora Deputada Vera Pires) há efetivamente uma perspetiva de apoiar, ou seja, de fomentar, seja através de *voucher*, seja através de descontos. Inclusivamente julgo que incorrem aqui num erro, o Partido Socialista, ao confundir até nomadismo digital, quase com imigração, porque tudo aquilo que seja uma estadia acima de seis meses obrigaria a pagar impostos no nosso país.

**Deputado Carlos Silva (PS): Não necessariamente.**

**O Orador:** Ora, os nómadas digitais, normalmente, nem têm estadias superiores a seis meses,...



**Deputado Manuel Ramos (PS):** Isso era o ideal!

**O Orador:** ... porque a média são estadias médias de 71 dias nos locais que normalmente estão (71 dias, Senhora Deputada é pouco mais de 3 meses).

**Deputada Andreia Cardoso (PS):** É uma média! Há uns que passam mais, outros passam menos!

**O Orador:** É uma média, mas há pessoas que se calhar ficam seis meses e há pessoas que ficam 20 dias. E há pessoas que iam 10 dias, mas é uma média, mas de 71 dias para um ano, é uma diferença substancial de quase 300 dias. É substancial Senhora Deputada.

Por isso não faz sentido estar sequer a propor que houvesse qualquer tipo de *voucher*, ou de incentivo, a alguém que ia ficar cá. Se ficasse cá um ano, tinha ainda mais uma benesse. Isso não faz qualquer.

Em contrapartida, aquilo que o CDS propõe e eu vou-me socorrer aqui do Projeto de Resolução e dos pontos resolutivos, e começo pelo último. Porquê?

Porque o último é efetivamente aquilo, que, em última análise, congregando tudo aquilo que são estes passos, em parte que o senhor Subsecretário também já elencou que o Governo está a pensar... Mas podia dizer mais e já lá vou.

Pensando aqui no ponto 5.

O ponto 5 do nosso projeto resolutivo diz que “esteja devidamente divulgado e publicitado como mais uma potencialidade da região”.

Efetivamente, o que nós queremos é que a Região Autónoma dos Açores não perca a oportunidade de se posicionar neste nicho de mercado turístico, por assim dizer, e vou chamá-lo turístico, obviamente, não é mercado turístico, mas vou colocá-lo no mesmo patamar.

Depois, os outros pontos resolutivos, passam pelo quê?

Pela identificação de oportunidades que diversas ilhas têm. Por exemplo, São Miguel é uma ilha que obviamente, está no centro do nomadismo digital. Porquê? É a primeira porta de entrada nos Açores. Tem voos internacionais,

tem boas infraestruturas de telecomunicações. Tem, por exemplo o NONAGON. O NONAGON é um espaço que, para a realização de conferências, ou o que seja, até mesmo para espaços de *coworking* é uma, infraestrutura que, já por si, pode ser de muita utilidade, tanto para os locais como para qualquer nómada digital, e não põe em causa aquilo que seja a utilização de quem cá está, ou de quem queira vir para cá.

Por isso não há aqui qualquer problema.

A Terceira, a mesma coisa. Tem ligações internacionais, tem muitas ligações nacionais, tem o TERINOV, tem infraestruturas que podem potenciar, desde já, a fixação de nómadas.

Quando nós colocamos aqui o caso de São Jorge, eu já dali de cima disso, São Jorge, na altura, foi até pelo facto de atravessarmos uma crise sismovulcânica, mas não só, porque o Grupo Parlamentar do CDS reuniu com várias entidades, em São Jorge, e já se identificou que há espaços de novas tecnologias que estão disponíveis, que podem ser utilizados para *coworking*.

Há um trabalho, há muito desenvolvido, pela própria Escola Básica e Secundária das Velas, que tem desenvolvido várias palestras e formação acerca do nomadismo digital.

Convidaram, inclusivamente, um dos mais notáveis portugueses na área do nomadismo digital, o Doutor Gonçalo Hall, e, São Jorge, pareceu-nos que seria efetivamente uma ilha que já estaria predisposta, por um lado, para ter uma oferta e para facilmente o Governo conseguir identificar as oportunidades e poder fazer parte deste pacote de publicidade.

No fundo, quando estivermos a promover a região, nos mais diversos nichos, não esqueçamos o nicho do nomadismo digital e que possamos dizer o que é que temos para oferecer. E para oferecer, não quer dizer que seja gratuito ou que seja bonificado, obviamente que não é isso. É para dizer que essas condições existem.

Ou seja, se na Graciosa nós encontrarmos (e há espaços de novas tecnologias) boas telecomunicações, a Graciosa deve fazer parte desse projeto piloto.

**Deputado Manuel Ramos (PS):** Onde é que está escrito?

**O Orador:** Onde é que está escrito?

Está exatamente na criação de sinergias e parcerias com as entidades locais.

Estas parcerias com as entidades locais é exatamente essa identificação de oportunidades.

A diferença é que o Partido Socialista tenta, por um lado, cristalizar isto num Decreto Legislativo Regional, e depois, por outro lado, fazer o incentivo através de *vouchers*, através de descontos e ainda fala nesta questão das estadias.

E a questão da estadia média também é outro aspeto importante, porque efetivamente há algo que, relativamente, à estadia e aquilo que se calhar os nómadas eventualmente necessitam (e para ir um bocadinho ao encontro daquela preocupação do Senhor Deputado Nuno Barata relativamente às questões de saúde), tem a ver com algo que nós não podemos resolver aqui e que já foram dados alguns passos na República, agora, com a questão dos vistos de trabalho e isso é importante. Porquê?

Para os nómadas, o que é importante é que possam vir para cá e serem identificados pelas seguradoras deles e pela entidade laboral como estando a trabalhar cá e se tivessem um acidente de trabalho e fossem a um hospital, o seguro poderia não ser ativado, porque eles não estariam a trabalhar no seu local de trabalho. Estando aqui, não tendo visto de trabalho ou um visto que permitisse desenvolver a sua atividade em Portugal, poderia levar a que a seguradora dissesse: não! O senhor está de férias! Estando de férias, não tem direito ao seguro de trabalho!

E isso é algo que está a ser desenvolvido. Ainda não está no ponto ideal, de acordo com aquilo que são as pretensões dos nómadas, ou pelo menos dos indivíduos que têm maior notoriedade no ambiente...

É toda uma rede. Aquilo que são as pretensões, ainda não está de acordo aquilo que foi realizado na República do ponto de vista dos vistos, mas foi um passo importante também para permitir que possam desenvolver cá a sua atividade, que os seguros de trabalho possam ser acionados no Serviço Regional de Saúde e no Serviço Nacional de Saúde e isso são aspetos importantes.

Agora, relativamente a estas duas propostas e àquilo que o Senhor Subsecretário aqui elencou, efetivamente faz todo sentido. Porquê não haver uma cristalização em Decreto Legislativo Regional? E por isso não compreendo a surpresa do Partido Socialista com a diferença de posicionamento do PPM e do Deputado Gustavo Alves. Porque efetivamente são dois diplomas diferentes: um prevê investimento do Governo Regional e o outro insere-se naquilo que é uma estratégia de promoção dos Açores enquanto destino...

**Deputado Gustavo Alves (CDS-PP):** Muito bem!

**O Orador:** ... e enquadra-se também na estratégia de transição digital que o próprio Governo Regional já está a implementar.

A transição digital é para os açorianos, é investimento para os açorianos. Obviamente, quem vier para cá, se tiver acesso a essas condições, está tudo bem, logo que elas não sejam vedadas a uns em detrimento de outros.

Por outro lado, posso dizer mais: até na qualificação profissional temos projetos que vão ao encontro desta pretensão.

Por exemplo, o Azores Digital, que preconiza formação de excelência em contexto empresarial, também permite, no fundo, encontrar parceiros a quem possa vir para cá trabalhar, permitirá encontrar parceiros locais com formação especializada e que possam até fazer *startups*, o que seja. Ou seja, potenciar o mercado económico regional e isso é extremamente importante.

**Deputado Carlos Silva (PS):** Também acredito!

**O Orador:** E o Senhor deputado Carlos Silva diz que também acredita nisso, e eu sei que sim. Do ponto de vista da intenção que está por detrás da iniciativa do Partido Socialista é essa, mas depois concretiza numa forma que é diametralmente oposta àquilo que o CDS defende.

**Deputado Carlos Silva (PS):** O CDS não defende nada! Está a fazer recomendações ao Governo!

**O Orador:** O CDS não faz nada.

O CDS está a garantir que este Parlamento... O senhor está a dizer que as recomendações é não fazer nada?

Então se este Parlamento deliberar, se aprovarmos esta resolução, estamos a dizer que o Governo Regional não pode descurar e está mandatado para promover a região nos mercados internacionais também como um destino para o nomadismo digital.

**Deputado Carlos Silva (PS):** E o DLR não faz isso?

**O Orador:** Não! O DLR vai mais longe.

O DLR quer que sejam dados... Sim, sim, mas vai para uma direção que nós não queremos e que achamos que é errada, que é estar a financiar algo que os nómadas não necessitam.

Quer dizer o nómada, e na versão inicial que era *vouchers* de refeições? Mas um nómada digital que na Madeira dizem que gasta em média 2000 euros por mês, precisa de um voucher de refeições?

**Deputado Joaquim Machado (PSD):** Vêm com os dados móveis desligados!

**O Orador:** Vem trabalhar para a Região, mas não tem fados móveis? Não tem um plano de Internet?

É um bocadinho estranho que seja o Partido Socialista a dizer que o Governo Regional tem que promover ou dar gratuitamente aos nómadas, no fundo, estas regalias, que não dá, aos locais.

**Deputada Andreia Cardoso (PS):** O senhor está a dizer que é contra aquilo que o Governo está a fazer?! Oh pelo amor de Deus, é inacreditável!

**O Orador:** E aí estou com o Senhor Deputado José Pacheco. Efetivamente não pode haver diferenciação, mas aquilo que o CDS propõe é diverso daquilo que o PS propõe.

Senhora Deputada Vera Pires, relativamente à habitação, efetivamente a habitação é um problema, é um problema transversal a todas as ilhas, mas não é um problema que tenha a ver com o nomadismo digital e não é o nomadismo digital que vai, no fundo, agravar o problema da habitação.

E eu digo-lhe, porquê? Porque é que não vai?

Não vai, porque efetivamente os nómadas andam em contraciclo turístico, ou seja, os nómadas normalmente vão procurar as zonas nas alturas que têm menor pressão turística.

**Deputada Vera Pires (BE):** Já está previsto isso!

**O Orador:** E uma das informações dadas, se falarem com especialistas, ou com pessoas que estão intimamente, ou profundamente ligadas a estas redes, vão perceber que uma das coisas que acontece regularmente é, no verão, deslocam-se para o centro da Europa, que fica menos povoado, porque as pessoas vão de férias e no inverno vêm exatamente para os destinos turísticos. Porquê? Porque, à partida, têm menos pressão.

E nós, neste momento, não andamos todos a dizer que nos Açores necessitamos de reduzir a sazonalidade?

Então, com o nomadismo digital, o que nós pretendemos é que venham para cá, no seu ciclo normal, que é em contraciclo e que venham, por sua vez, reduzir a sazonalidade que se verifica nos Açores.

É por isso que não consideramos que venham competir com o alojamento, da mesma maneira que os residentes temporários.

Por isso é que nós consideramos e o CDS fez esta proposta exatamente, porquê?

Porque consideramos, por um lado, há estratégia deste Governo no âmbito da transição digital, no âmbito da formação, que, garantindo condições, sobretudo digitais, aos açorianos, pode também ser uma mais-valia para quem possa vir para cá trabalhar temporariamente. Ao mesmo tempo queremos que este Governo não perca essa oportunidade, que no fundo invista e promova canais de comunicação com atores que já estão identificados como sendo os mais proativos e que fazem parte de redes, porque isto acaba depois por ser um “passa palavra” e não uma questão legislativa.

Aliás, uma das coisas que também aprendemos na nossa investigação é que todos os países que fizeram, por esta via, ou seja, o Governo tomou a iniciativa de regulamentar, de legislar e criar um quadro especial para o nomadismo digital, foram aqueles que falharam, nomeadamente a Croácia e outros países do centro da Europa, em que fizeram regulamentos específicos que depois não foi isso que atraiu. Aliás, até se tornou um empecilho.

Por isso, o que nós queremos é que o Governo efetivamente não descure esta oportunidade, identifique este mercado, identifique as sinergias e as possibilidades, aquilo que já existe em cada uma das ilhas e que pode ser colocado como num *guidebook* que seja apresentado cada vez que se vai falar a este nicho de mercado e, por sua vez, que não haja investimento adicional para os nómadas digitais...

**Deputada Andreia Cardoso (PS):** É uma rede, mas não lhe chama rede. Oh, senhor!

**O Orador:** ... em detrimento do investimento naquilo que são as infraestruturas que nós, enquanto açorianos, necessitamos.

Por isso é que as nossas propostas são diametralmente opostas e enquanto o Partido Socialista pretende financiar os nómadas que vêm para cá, o CDS não. O CDS pretende é que haja condições que, por sua vez, possam ser identificadas também como atrativas para os nómadas digitais.

Muito obrigado.

**Vozes de alguns Deputados das bancadas do PSD e do CDS-PP:** Muito bem! Muito bem!

*(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)*

**Presidente:** Muito obrigado Senhor Deputado.

Tem agora a palavra o Senhor Deputado Paulo Silveira.

(\*) **Deputado Paulo Silveira (PSD):** Muito obrigado, Senhor Presidente.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

O Projeto de Decreto Legislativo Regional 57/XII, Rede de Nómadas Digitais dos Açores, apresentado pelo PS, e o Projeto de Resolução 119/XII, Nómadas Digitais, apresentado pelo CDS, em discussão nesta Casa, partem de pressupostos bastantes distintos.

O Projeto de Resolução apresentado pelo CDS fundamenta-se na diminuição significativa da população, que afeta sobretudo as ilhas mais pequenas do arquipélago, como se pode verificar nos últimos censos, com a quebra de mais de 4% da população dos Açores, e que se agrava em ilhas como São Jorge ou como as Flores, entre outras.

Defende o CDS que o combate ao despovoamento passa por criar, urgentemente, condições que favoreçam a fixação de pessoas nestas ilhas e mitiguem a sua sazonalidade, principalmente na época baixa.

E, atendendo a que vivemos na era das novas tecnologias, consideram que é criando condições técnicas que se poderá cativar a vinda de trabalhadores que trabalham remotamente, os nominados nómadas digitais, tomando como por exemplo a ilha da Madeira, ...

**Deputado Manuel Ramos (PS):** A Madeira é diferente dos Açores! A Madeira é uma ilha!



**O Orador:** ... onde, em novembro de 2000, arrancou o projeto nómadas digitais. E recomenda ao Governo dos Açores que “defina uma estratégia que estabeleça as parcerias necessárias para a implementação de um projeto de nómadas digitais, no qual a ilha de São Jorge integre esse projeto de três ou quatro ilhas, e posteriormente alargando-se às restantes”, semelhante ao criado na ilha da Madeira, adaptando à nossa realidade, o mesmo seja desenvolvido em parceria com as entidades locais e que sejam criadas condições necessárias para o desenvolvimento deste projeto, nomeadamente no que concerne às comunicações e no que seja devidamente divulgado e publicitado como mais uma potencialidade da nossa região.

**Deputado Rui Martins (CDS-PP):** Muito bem!

**O Orador:** Esta proposta do CDS mereceu a aceitação das entidades consultadas, nomeadamente o CESA, a Associação de Hotelaria de Portugal, GLOBALEDA, Câmara Municipal de Angra do Heroísmo, Câmara de Comércio e Indústria de Ponta Delgada, Câmara do Comércio de Angra do Heroísmo, ALTICE, ARSESP, o Doutor Gonçalo Hall e do Governo dos Açores.

Por isso, deste modo, o Grupo Parlamentar do PSD irá votar favoravelmente a presente resolução.

Relativamente à proposta de DLR do PS, apesar das alterações introduzidas, que até parece é que despromoveram a sua própria iniciativa, esta limita a estratégia de desenvolvimento do nomadismo digital dos Açores, a atribuição de incentivos àquela comunidade,...

**Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Muito bem!

**O Orador:** ... o que manifestamente não é eficaz, nem recolheu o apoio de todas as entidades auscultadas ao longo dos trabalhos da Comissão.

**Deputado Carlos Freitas (PSD):** Muito bem!

**O Orador:** Quero aqui referenciar ao Senhor Deputado Carlos Silva, que fez referência ao CESA, que, e passo a citar, “o CESA, o Doutor Gualter Furtado, considerou o seu Projeto de Resolução do CDS mais abrangente e

menos específico. Já a proposta Decreto-Lei Regional levanta algumas dúvidas que, no entender do Presidente deste órgão, necessitam de ser clarificadas.”

**Deputado Joaquim Machado (PSD):** Isso é que foi dito!

**O Orador:** Foi o que foi dito pelo CESA.

Mas também, e falando no que foi falado em Comissão, e o que foi hoje apresentado aqui pelo Senhor Subsecretário, mostra a coerência deste Governo nas audições na Comissão.

Esta iniciativa, “Digital Nómadas Açores”, é a sequência do que foi dito na Comissão, sempre neste sentido, por parte do Governo nas audições que foram feitas.

Mas voltando à questão do nomadismo digital, o doutor Gonçalo Hall, nómada digital que já foi aqui mencionado, e dinamizador do nomadismo digital na Região Autónoma da Madeira, afirmou, e passo a citar, “o nómada não procura incentivos financeiros, descontos, legislação que regule o modo de funcionamento dos projetos, mas sim a questão social.”

Repito: “o nómada não procura incentivos financeiros, descontos, legislação que regule o modo de funcionamento dos projetos, mas sim a questão social”, fim de citação.

**Deputada Délia Melo (PSD):** Muito bem!

**O Orador:** Pelo que agora esta iniciativa apresentada pelo Governo, *Digital Nomads Azores*, percebe-se que o esforço e disponibilidade financeira deve estar focado no desenvolvimento dos nossos municípios e das suas comunidades e não na atribuição de incentivos a profissionais que auferem, em média, 85.000 dólares americanos, por ano, e que não nos procuram por questões económicas.

**Vozes de alguns Deputados das bancadas do PSD:** Muito bem! Muito bem!

**O Orador:** Mas quem não conhece este fenómeno, o nómada tem um estilo de vida muito próprio. É que opta por não fixar residência e trabalhar

remotamente, com a expectativa de conhecer o mundo e usufruir do maior número de experiências possíveis, valorizando a proximidade com as comunidades locais e com o propósito de conhecer e explorar os seus hábitos e modos de vida.

**Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Muito bem!

**O Orador:** Desenvolver mecanismos, sensibilizar as nossas comunidades residentes nas diferentes ilhas para que possam receber da melhor forma a comunidade nómada, usufruindo dos benefícios económicos que esta comunidade pode proporcionar e responder àquilo que essa comunidade procura, é o grande desafio que se coloca à nossa região como um todo.

A estratégia agora apresentada, *Digital Nomads Azores*, pelo Governo Regional, demonstra assertividade no que concerne à estratégia a adotar por forma a posicionar a nossa região como um destino de excelência e atrativo para a comunidade nómada digital. Mais do que desenvolver esta comunidade numa única geografia, o desafio que agora se assume é de potenciar todas as nossas ilhas, permitindo com isso prolongar a estadia dos elementos que formam a comunidade até nove vezes mais do que são os dois meses de permanência média que apontam os estudos.

Termino, Senhor Subsecretário, saudando esta iniciativa, que não foi apresentada até 30 de novembro, porque, e muito bem, o Governo decidiu trazer aqui esta Casa, em pleno plenário, a apresentação da iniciativa e não no fim de novembro, mas sim trazer a esta reunião magna, esta iniciativa.

Meus senhores, por muito que vos doa – já lhe pergunto, Senhor Deputado Carlos Silva – Senhor Subsecretário, responda, por favor, aqui à Casa, para quando está prevista a implementação do que aqui anunciou?

Muito obrigado.

Disse.

**Vozes de alguns Deputados das bancadas do PSD:** Muito bem! Muito bem!

*(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)*

**Presidente:** Muito obrigado Senhor Deputado.

Tem agora a palavra o Senhor Deputado Manuel Ramos. Faça favor.

**(\*) Deputado Manuel Ramos (PS):** Muito obrigado.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

O que é preciso efetivamente é dar um primeiro passo.

O Projeto de DLR do PS e o Projeto de Resolução do CDS, realmente, vieram acordar uma proposta que andava há muito tempo adormecida.

Há cerca de ano e meio, a anterior Secretária da Cultura e da Transição Digital, foi à Madeira e tentou realizar protocolos. O que é certo não houve nada em concreto em relação a isto.

E o que nós sabemos também é o que o Senhor Secretário leu nessa listazinha que tem aí de ideias para executar.

Já foi mencionado aqui várias vezes o nome do Doutor Gonçalo Hall.

O Doutor Gonçalo Hall é um vendedor de comunidades nómadas, trabalha para o Brasil, trabalha para Lisboa, trabalha para o norte do país, trabalha para vários sítios. Portanto, ele próprio tem a sua a sua plataforma, que a tenta vender.

**Deputado Carlos Silva (PS):** Incentivos!

**O Orador:** Eu penso que é necessário ter alguma calma e alguma perspicácia para que se possa...

**Deputado João Bruto da Costa (PSD):** É mais esperto do que ele!

**O Orador:** Ó Senhor Deputado, incomodo-o?

O que interessa é que haja várias propostas para seguirmos o melhor caminho.

Em relação aos pequenos apoios, o país criou um sistema de incentivos para que os nómadas digitais prolonguem a sua estadia no país e possam optar

pela tributação num só país. Eu acho que isto é fundamental para combater o despovoamento que existe nas ilhas mais pequenas, como a Graciosa.

O Senhor Deputado João Bruto da Costa, há alguns anos atrás, preocupava-se muito com o despovoamento. Agora, parece que não, parece que está tudo bem.

Esta medida do Governo da República é fundamental para incentivar que alguns nómadas possam permanecer mais tempo em território nacional e também, como é claro, nos Açores.

Em relação ao Projeto de Resolução do CDS-PP, o doutor Gualter Furtado foi perentório nas audições em Comissão e acha que este projeto deve ser desenvolvido em todas as ilhas e não somente um projeto piloto, ou somente numa ilha.

Nós podemos oferecer nove experiências diferentes e aí é que será a nossa diferença em relação à Madeira, porque se formos fazer alguma coisa igual à Madeira, quer dizer, vamos competir com alguém que está a fazer igual a nós. Eu acho que é fundamental criarmos a nossa originalidade neste projeto.

Eu já vi que o nosso DLR, provavelmente, não será aprovado, mas que fiquem estas recomendações ao Governo.

Eu também consultei a *Nomad List*.

E na *nomadlist.com*, que foi a que o senhor Secretário falou. Eu fiz uma pesquisa Azores. Aparece uma única ilha, que é São Miguel.

E os dados que existem nesta *Nomad List* são apenas relativos a São Miguel e tem dados que são negativos.

Por exemplo, o caso da mobilidade, está aqui a vermelho, é negativa. Os lugares para trabalhar também está vermelho. Quer dizer, há uma série de infraestruturas, que o senhor muito bem falou aí, que é necessário criar infraestruturas para uma transição digital para os locais e que também terá acesso aos nómadas.

Esses espaços de *coworking* são espaços que também podem ser privados, podem ser de iniciativa privada, como existe em Ponta Delgada um espaço de *coworking* de iniciativa privada.

Em relação a este assunto, queria adiantar mais. As coisas evoluem e esta solução apresentada pelo Governo da República, com a criação deste visto de residência de curta duração, poderá ser fundamental para combater o despovoamento das ilhas mais pequenas.

É claro que, por exemplo, eu percebo perfeitamente que na época alta, São Miguel, se calhar está cheio de turistas, mas a Graciosa, Santa Maria e São Jorge, outras ilhas que têm dificuldades, nós tivemos uma quebra no turismo no ano anterior.

**Deputado João Bruto da Costa (PSD):** O senhor já está a divagar!

**O Orador:** Se calhar nós poderemos também, de certa forma, usufruir deste benefício.

A não ser o Corvo que tem uma subida de 150% no turismo,...

**Deputado Paulo Estêvão (PPM):** De 180!

**O Orador:** ... a Graciosa não teve essa subida.

Muito obrigado.

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)*

**Presidente:** Muito obrigado Senhor Deputado.

A Mesa não tem mais inscrições neste momento, o que quer dizer que podemos passar à votação.

Senhor Subsecretária, faça favor. Está escrito.

(\*) **Subsecretário Regional da Presidência (Pedro Faria e Castro):** Muito obrigado.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhores Membros do Governo:

Eu ouço quase concluir que há aqui duas visões perfeitamente distintas, a do Partido Socialista que acha que se faz um programa para promover o nomadismo digital com dinheiro, entregando dinheiro aos nómadas digitais, e há a visão das outras bancadas que entendem que não vale a pena gastar dinheiro diretamente com os nómadas digitais para promover o nomadismo digital nos Açores. É essa a diferença entre a nossa visão e a visão do Partido Socialista.

**Deputado Carlos Silva (PS):** O Governo não fez nada. Que centralidade é essa?!

**O Orador:** Desde logo, o Partido Socialista apresenta este Projeto de Decreto Legislativo Regional para condicionar a própria ação do Governo nesta matéria, através de um programa que tem custos.

**Deputado Carlos Silva (PS):** Não é verdade! Respeite esta Assembleia, Senhor Secretário!

**O Orador:** Como sabem, esses custos tinham que se integrar no próprio Plano da Região para 2023. Não vamos falar de questões de natureza de compromissos financeiros, com as consequências que daí advêm.

Portanto, há aqui um objetivo político por parte do Partido Socialista ao apresentar este Projeto de Decreto Legislativo Regional, no mês de dezembro de 2022.

**Deputado Carlos Silva (PS):** Em maio! O senhor está a faltar à verdade!

**Deputado Rui Anjos (PS):** O senhor está a faltar à verdade! Foi em maio! O senhor não está a ser correto!

**O Orador:** As outras bancadas têm visões algo diferentes sobre a implementação de qualquer tipo de apoio em relação ao nomadismo digital nos Açores, com algumas diferenças, mas desde logo, eu identifico aquilo que nós propomos com a generalidade daquilo que aqui foi dito.

Nós temos um projeto que assenta, essencialmente, na criação de espaços de *coworking*, na identificação de alojamentos, certificados que são feitos com parceiros. Essa é que é a grande questão. Não somos nós, Governo Regional,

que vamos agir para promover o bem-estar ou a atração dos nómadas digitais nos Açores. Não somos nós! São os nossos parceiros. Vamos ajudá-los a criar essas condições para poderem ser eles próprios elementos de atração dos nómadas digitais aos Açores. Essa é que é a grande mais-valia.

Nós apresentamos aqui um projeto...

**Deputado Carlos Silva (PS):** Um projeto?

**O Orador:** ... que já está a ser implementado, e respondendo diretamente ao Deputado Paulo Silveira, desde logo, com a certificação que já foi feita da marca do DNA Azores.

**Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Muito bem!

*(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)*

**O Orador:** Já foi feita a certificação da marca de DNA Azores, e Senhor Deputados, o que é que se segue? Segue-se precisamente, a preparação dos nossos parceiros, porque é com eles que vamos trabalhar e isso identifica-se perfeitamente com o projeto de Resolução que o CDS-PP, hoje, aqui apresentou.

**Deputados Rui Martins (CDSPP) e Paulo Estêvão (PPM):** Muito bem!

**O Orador:** O CDS-PP faz uma proposta ao Governo que o Governo acolhe, que é identificar localidades, neste caso, a ilha de São Jorge,...

**Deputado Manuel Ramos (PS):** E as outras, ilhas?

**O Orador:** ... como perfeitamente identificadas com aquilo que já tem vindo a ser a presença dos nómadas digitais nos Açores.

Portanto, podemos perfeitamente utilizar a ilha de São Jorge como um ponto de partida para este projeto que aqui vos apresentei.

É claro que há, de facto, aqui uma diferença significativa de visão com o Projeto de Decreto Legislativo Regional apresentado pelo Partido Socialista.



Também queria dizer à Senhora Deputada Vera Pires, concordando com muitas coisas que aqui disse hoje, a Madeira não tem incentivos financeiros aos nómadas digitais. Isso é falso!

**Deputado Manuel Ramos (PSD):** Tem alguns!

**O Orador:** A Madeira não promove o programa.

Não é o caso. Nós até podíamos ir por outra via, não temos que fazer igual à Madeira, mas a verdade é que não é assim. A verdade é que não é assim!

Em relação à questão do alojamento, faço minhas as palavras do Senhor Deputado Rui Martins, porque de facto nós estamos a falar de pessoas que vêm para a Região, numa média de tempo, de 71 dias e também como incidência sazonal, que não coincide com aquilo que é a época alta na região. E, portanto, se isso não é ajudar na certificação dos alojamentos, que é uma das nossas medidas, se não é incentivar ao nomadismo digital aqui nos Açores, não sei o que é?

**Deputado Rui Martins (CDS-PP):** Muito bem!

**Deputada Vera Pires (BE):** Isso é reconverter habitação permanente em habitação temporária!

**O Orador:** Sem prejudicar aquilo que são todas as dificuldades de habitação que possam existir nos Açores.

Essas existem, mas não são prejudicadas por este projeto do Governo, como aliás, como compreende, não poderiam de forma nenhuma o ser.

Portanto, esperando que este projeto do Governo, que os Açores já iniciaram e vão desenvolver em 2023, possa efetivamente ajudar a que a nossa Região utilize – eu uso mesmo este termo: utilize! – os nómadas digitais para duas coisas: por um lado, a promoção dos Açores e o nome dos Açores pelo mundo e, por outro lado, a criação de condições que, aproveitando este incentivo à vinda dos nómadas digitais para os Açores, seja também a criação de condições para as populações das várias localidades dos Açores, para os 19 concelhos dos Açores, porque também se trata disso. Incentivando os parceiros, nomeadamente as câmaras municipais, a adotarem determinadas

medidas, que elas próprias servirão de apoio... Os nómadas digitais não vão ter internet à borla aqui nos Açores, não vai ser grátis para os nómadas digitais. Eles não vão ter vantagens efetivas em relação à população dos Açores. O que há, de facto, é uma série de medidas que são disponibilizadas em *coworking*, com os nossos parceiros, que vão também beneficiar as populações locais.

Portanto, se isso não é bom, meus senhores, francamente, não sei o que é que temos.

Portanto, esperando que isto resulte numa informação clara, comprometemo-nos a nos empenhar a aplicar este projeto que vai ser acompanhado pela Direção Regional das Comunicações e Transição Digital e que, estou certo, ajudará a promover os Açores e a vinda de nómadas digitais para a nossa região.

Muito obrigado.

**Deputado Rui Martins (CDS-PP):** Muito bem!

*(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)*

**Presidente:** Muito obrigado, Senhor Subsecretário.

Senhor Carlos Deputado Carlos Silva, pede a palavra para uma interpelação?

(\*) **Deputado Carlos Silva (PS):** Exatamente Senhor Presidente.

**Presidente:** Faz favor.

(\*) **Deputado Carlos Silva (PS):** Obrigado.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

Peço a palavra para interpretação, Senhor Presidente, porque o Subsecretário referiu há pouco que o Partido Socialista entregou esta proposta, agora, no mês de dezembro.

Portanto, pergunto a si, enquanto Presidente, quando é que o Partido Socialista entregou a sua proposta nesta Assembleia?

Muito obrigado.

**Subsecretário Regional da Presidência** (*Pedro Faria e Castro*): Proposta de alteração!

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)*

**Presidente:** Senhor Deputado, a informação que eu tenho aqui é que foi em maio deste ano.

**Subsecretário Regional da Presidência** (*Pedro Faria e Castro*): A proposta de alteração!

**Deputado Gustavo Alves** (*PPM*): E quando é que fez as propostas de alteração?

**Presidente:** Tem agora a palavra o Senhor Deputado Manuel Ramos.

**Deputado Manuel Ramos** (*PS*): Prescindo, Senhor Presidente.

**Presidente:** Prescinde!

Tem a palavra a Senhora Deputada Sandra Dias Faria.

(\*) **Deputada Sandra Dias Faria** (*PS*): Muito obrigada.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhores Membros do Governo:

A discussão que aqui hoje assistimos, para além de trazer mais confusão do que propriamente clareza, no que diz respeito aos nómadas digitais,...

**Deputado João Bruto da Costa** (*PSD*): É o que os senhores estão a fazer!

**A Oradora:** ... fruto de muitos dos comentários que aqui foram feitos traduzirem o desconhecimento daquilo que é o nomadismo digital,...

**Deputado João Bruto da Costa** (*PSD*): Eles é que sabem!

**A Oradora:** ... há aqui uma questão que tem a ver com uma nova tendência, e aqui já foi frisado, que os nómades digitais já existem na região.

Por todo o mundo, acaba por ser uma tendência que tem vindo a crescer, em particular, a partir da pandemia, e com o aprofundamento da adoção por parte de vários indivíduos ao trabalho remoto e a um estilo de vida diferente e que tem feito com que muitas regiões, em muitos países, tenham apostado na criação de condições favoráveis à atração destes nómadas digitais.

Como aqui, extensamente, foi apresentado pelo Subsecretário o perfil dos nómadas digitais, têm um perfil muito específico. São pessoas que, pelas suas características, têm um estilo de vida diferente, níveis de rendimento que lhes permite também ter outro nível de consumo e é isso que para a região também importa trazer estas pessoas que possam ter retorno para os Açores.

O DLR surge, e é entregue nesta Casa, a 18/05/2022. Não esquecer que houve um anúncio por parte da anterior Secretária a 23/05/2021, de que o Governo Regional iria criar um mecanismo de atração de nómadas digitais baseado no modelo da Madeira, mas embora haja muita fixação com tudo o que se faz na Madeira, é preciso também perceber as diferenças.

Na Madeira temos duas ilhas, em que 98% da população está apenas numa ilha. Na Região Autónoma dos Açores nós somos nove ilhas e o conceito de coesão é para nós fundamental manter.

**Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Isto é uma novidade para o PS!

**A Oradora:** Por isso o nosso DLR permite trazer e diferenciar sete das nove ilhas, com a majoração nos benefícios que são atribuídos. Aliás, dizer que a apresentação que foi feita, hoje, pelo Senhor Subsecretário relativamente ao projeto que está em desenvolvimento pelo Governo Regional, vai muito além, em termos de atribuição de benefícios aos nómadas, daquela que é a proposta do Partido Socialista.

E se a base é o modelo madeirense, o modelo madeirense também oferece medidas, ou benefícios, para atração...

**Subsecretário Regional da Presidência (Pedro Faria e Castro):** Não é verdade!

**A Oradora:** Oferece! Entre na plataforma Senhor Subsecretário, com o vídeo, e a primeira frase é exatamente isso: “escolha os benefícios e entre na rede”.

**Subsecretário Regional da Presidência** (*Pedro Faria e Castro*): benefícios, não subsídios!

**A Oradora:** Benefícios! E é o que nós aqui apresentamos, Senhor Subsecretário.

Qual é a grande vantagem de criar esta rede de nómadas digitais? Neste momento, nós temos já nómadas digitais nas várias ilhas, mas não temos qualquer referência, nem conseguimos monitorizar e acompanhar os nómadas digitais e tirar partido daqueles que por aqui passam.

Com a criação de uma rede, nós conseguiríamos não só criar ligação com esses nómadas digitais e eles entre si, trazendo aqui uma forma de haver uma transferência de conhecimento entre esses nómadas digitais e projetos que estão em desenvolvimento na nossa região, com empresas em desenvolvimento na nossa região e também enriquecimento em termos *networking*.

E isto está a ser perdido neste momento, porque não temos forma de os conhecer, nem de os manter ligados à região de alguma forma, nem que seja através desta plataforma.

Para além disto, aquilo que dizia o Senhor Deputado Rui Martins...

**Deputado João Bruto da Costa** (*PSD*): Continuo a preferir a intervenção do Sr. Deputado Manuel Ramos!

**A Oradora:** ... de haver a publicitação do destino Açores como sendo um destino para nómadas digitais, a publicidade boca-a boca continua a ser das melhores opções que nós temos em qualquer produto ou serviço.

Portanto, os próprios nómadas digitais que por aqui passaram, ou que por aqui possam vir a passar, serão eles veículo de comunicação daquele que é o destino Açores como um destino para nómadas digitais.

E se nós, numa plataforma, tivermos acesso e continuarmos a ter ligação a estes nómadas digitais temos aqui mais um recurso para vender o nosso destino como sendo um destino para uma comunidade de nómadas digitais.

Há uma outra questão, que é importante para nós, na apresentação desse DLR, que tem a ver com a perda da população.

Aqui, os nómadas digitais configuram aquilo a que nós chamamos “população flutuante”, como são os turistas, mas esses com características diferentes.

Aumentando esta população flutuante, estamos também a aumentar a base de consumo na região, e conseguir também, a partir daqui, termos outra forma de angariar mais nómadas digitais, de alargar esta rede e de trazer benefícios para a nossa Região.

Uma última questão que eu gostaria de deixar é que o Projeto de Resolução que é apresentado aqui pelo CDS, não é mais do que uma proposta extemporânea, uma vez que o Senhor Subsecretário chega aqui e apresentamo-nos uma proposta que nós não conhecemos até ao momento. Não conhecemos nada sobre o DNA Azores.

Portanto, a centralidade do Parlamento mais uma vez é jogada fora e, mediante duas propostas hoje aqui em discussão, é primeira vez que ouvimos falar do DNA Azores com rigor e com pormenor.

**Subsecretário Regional da Presidência** (*Pedro Faria e Castro*): Foi apresentado formalmente!

**A Oradora:** Não, não foi apresentado formalmente.

Não é assim que funciona, Senhor Subsecretário, não é assim que funciona e não é numa leitura de 17 minutos, em resposta a duas propostas estavam aqui a análise, que se apresenta o trabalho do Governo.

Não é assim que funciona.

Muito obrigada.

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)*

**Presidente:** Muito obrigado, Senhora Deputada.

Tem a palavra o Senhor Subsecretário Regional.

(\*) **Subsecretário Regional da Presidência** (*Pedro Faria e Castro*): Muito obrigado.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhores Membros do Governo:

A Senhora Deputada Sandra Faria está muito preocupada pelo facto de eu ter vindo aqui, no meio da apresentação de um Projeto de Decreto Legislativo Regional do Partido Socialista, apresentar aquilo que é o entendimento do Governo sobre a mesma matéria, só que de outra forma.

**Vozes de alguns Deputados das bancadas do PSD:** Muito bem! Muito bem!

*(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)*

**O Orador:** Senhora Deputada, o Governo Regional podia promover uma conferência de imprensa e apresentar este programa.

Está a fazê-lo na centralidade da política regional, que é o Parlamento dos Açores.

**Vozes de alguns Deputados das bancadas do PSD:** Muito bem! Muito bem!

**Vozes de alguns Deputados da bancada do PS:** Hum... não é bem isso!

**O Orador:** Senhora Deputada, em vez da Senhora Deputada, saber pelos jornais, está a saber pelo Governo diretamente. Tão simples como isso. É tão simples como isso!

**Deputada Vera Pires** (*BE*): Está a promover uma conferência de imprensa aqui dentro!

**O Orador:** Porque, efetivamente, se trata de matéria, em nosso entender, da competência do Governo, fazer estas ações que hoje foram aqui apresentadas, é competência do Governo da Região fazê-las.

Por isso mesmo, temos este projeto.

Estou, agora aqui, e porque o vosso Decreto Legislativo Regional incide sobre a mesma matéria, com a maior das frontalidades, a apresentar o nosso projeto. É isso que estamos a fazer e com o maior gosto e esperando que todos aceitem, compreendam, e apoiem aquilo que efetivamente é aquilo que nós pretendemos para os nómadas digitais nos Açores.

Portanto, não há aqui nenhum ataque à autonomia e aos órgãos do governo próprio. Cada um com as suas competências. E estamos aqui, com a maior das humildades, apresentando aquilo que é a ação do Governo...

**Deputado Flávio Soares (PSD):** Muito bem!

**O Orador:** ... que é aquilo que é nossa obrigação.

Se o Governo faz, é porque faz; se não faz, é porque não faz.

Não pode ser. Isto tem que acabar.

Muito obrigado.

*(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)*

**Deputado José Contente (PS):** Amanhã apresenta uma proposta para os nómadas da cultura!

**Presidente:** Muito obrigado, Senhor Subsecretário.

Tem a palavra o Senhor Deputado Paulo Silveira.

**(\*) Deputado Paulo Silveira (PSD):** Obrigado, Senhor Presidente.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

Realmente o Senhor Subsecretário acabou aqui de uma forma muito clara por explicar qual a posição deste Governo: ou tem-se, ou não se tem ação.



Mas este Governo apresenta esta proposta com convicção do que quer fazer, ao contrário do Partido Socialista, que em maio, tinha uma convicção de uma proposta, e agora passou ao DLR do “pode”. São cinco “podes” em três ou quatro artigos.

Passou realmente ao “pode”.

**Deputado Gustavo Alves (PPM):** Muito bem!

**O Orador:** Isto mostra a convicção que o Partido Socialista tinha neste DLR ao alterar. Já que era tão bom, passou ao DLR do “pode”.

Gostaria também de dizer que – e a Senhora Deputada Sandra Faria falava que o arquipélago são nove ilhas – uma das questões que Subsecretário ali falou, e é muito importante, é que temos 19 municípios nos Açores, nas nove ilhas, que poderão ser um parceiro fundamental.

Portanto, a intenção do Governo chegará com certeza às nove ilhas dos Açores, para bem de que os nómadas possam escolher qual é a ilha que querem desenvolver o seu trabalho.

Muito obrigado.

*(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)*

**Presidente:** Muito obrigado, Senhor Deputado.

Tem a palavra o Senhor Deputado Manuel Ramos.

**(\*) Deputado Manuel Ramos (PS):** Muito obrigado, Senhor Presidente.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

Só para uma pergunta muito rápida que eu queria colocar ao Governo e tem a ver com a mobilidade destes ditos nómadas digitais.

**Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Eles são virtuais!

**O Orador:** O que eu queria saber era se um nómada para chegar a São Miguel, e para chegar à Graciosa, teria uma compensação no transporte, ou se teria que pagar mais para chegar à Graciosa? À Graciosa ou a São Jorge.

Porque em sede de comissão, o Doutor Gonçalo Hall, recomendou (e como o senhor segue os conselhos do Doutor Gonçalo Hall,) que “era interessante haver descontos nos transportes interilhas para permitir uma maior mobilidade interna dos nómadas digitais e distribuir o seu impacto pelas diferentes ilhas”.

Eu acabei de citar e o que eu queria era obter esta resposta.

Muito obrigado, Senhor Presidente.

**Vozes de alguns Deputados da bancada do PS:** Muito bem! Muito bem!

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)*

**Presidente:** Muito obrigado Senhor Deputado.

Tem a palavra o Senhor Subsecretário. Faça favor.

(\*) **Subsecretário Regional da Presidência** (*Pedro Faria e Castro*): Muito obrigado.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

Senhor Deputado Manuel Ramos, se os nómadas digitais vão ter, ou não, apoio nas viagens interilhas, competirá a alguma entidade que faça o transporte interilhas e que acorde com eles o fazer.

**Vozes de alguns Deputados das bancadas do PSD:** Muito bem! Muito bem!

**O Orador:** Não é o Governo Regional que vai pagar o transporte interilhas.

Muito obrigado.

*(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)*

**Deputado José Ávila (PS):** Vamos ter um sinal de stop no aeroporto de Ponta Delgada.

**Presidente:** Muito obrigado, Senhor Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

Senhor Deputado Rui Martins, tem a palavra faça favor.

(\*) **Deputado Rui Martins (CDS-PP):** Senhor Presidente, Senhores Deputados, Senhores Membros do Governo:

Intervenho novamente e de forma...

*(Diálogo entre os Deputados das bancadas do PS e do PSD)*

**Presidente:** Senhoras e Senhores Deputados, vamos permitir que o Senhor Deputado Rui Martins use da palavra. Faz favor.

**O Orador:** Senhor Presidente, Senhores Deputados, Senhores Membros do Governo:

Intervém novamente e agora de forma muito mais sucinta, para dizer que a Senhora Deputada Sandra Dias Faria, acabou por resumir aquilo que é a diferença entre as propostas do Partido Socialista e a proposta do CDS.

Efetivamente o Partido Socialista propõe apoios; o CDS propõe um *guidebook*, um índice, um diretório, que seja uma compilação, no fundo, de todas as infraestruturas que estão neste momento ao dispor da comunidade e que, no âmbito da transição digital, vão estar ao dispor da comunidade, seja por via das Câmaras de Comércio, das Câmaras Municipais, das Juntas de Freguesia, qualquer entidade desta região, seja ela privada ou pública, e que haja esse diretório com essas infraestruturas identificadas. São infraestruturas ao dispor da comunidade e que, ao mesmo tempo, cumprem com os aspetos que estas comunidades de nómadas procuram.

E é exatamente isso que nós propomos ao Governo, é que aproveite essa oportunidade, na divulgação. E quando dizemos divulgação, é exatamente

nestes fóruns. Junto destes fóruns é preciso haver um *guidebook*. É preciso estarmos organizados.

É necessário saber o que é que nós temos na região, que cumpre com aquilo que é procurado por essas comunidades.

Relativamente à proposta do Senhor Deputado Manuel Ramos, e das viagens, Senhor Deputado, eu espero bem que este Governo não pague viagens a nómada nenhum para andar a viajar onde quer que seja.

**Deputado Manuel Ramos (PS):** Eu não perguntei isso! Pelo amor de Deus!

**Deputada Andreia Cardoso (PS):** O Sr. Deputado Manuel Ramos não fez proposta nenhuma. Fez uma pergunta!

**O Orador:** Sim. O Senhor Deputado Manuel Ramos queria saber se se iriam pagar viagens aos nómadas digitais. Porquê? Porque o Senhor Doutor Gonçalo Hall disse que seria interessante haver essa possibilidade de transportar.

Devo dizer ao Senhor Deputado Manuel Ramos que, embora eu considere (e o CDS considera) algumas intervenções e contributos do senhor do Doutor Gonçalo Hall como pertinentes e preponderantes, esse é sem dúvida um que não achamos pertinente.

Não queremos que este Governo gaste dinheiro a transportar nómadas nenhuns.

Quem quer que seja que venha para aqui trabalhar vem em igualdade de circunstâncias com os outros e, sobretudo, não pode ter uma situação privilegiada face a quem vive nos Açores, que tem a sua residência fiscal nos Açores e que escolheu os Açores para viver, que é diferente de quem vem para cá trabalhar temporariamente.

Aliás, já falámos nesses pormenores todos que é o nomadismo digital. A grande diferença entre o que é que é ser nómada digital e vir para cá trabalhar...

**Deputado Manuel Ramos (PS):** Mas vem para todas as ilhas em igualdade de circunstâncias!

**O Orador:** ... e o que é que é vir para os Açores trabalhar e pagar impostos e ser cidadão, no fundo.

Muito obrigado.

*(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)*

**Presidente:** Obrigado, Senhor Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

Senhor Deputado Carlos Silva, faça favor. Tem a palavra.

(\*) **Deputado Carlos Silva (PS):** Muito obrigado.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

Muito rapidamente, só também para citar aqui o exemplo de Lagos, no Algarve, em que diz assim. “são cada vez mais os países que tentam atrair essas pessoas, que na sua maioria, são jovens qualificados, e bem pagos, que podem trabalhar a partir de qualquer lugar. Portugal não é exceção.

Várias autarquias têm lançado programas e criado condições para atrair estes nómadas digitais.”

E é exatamente isso que nós pretendemos daqui.

Portanto, faço uma última pergunta ao Senhor Secretário. Pergunto qual é que é o impacto financeiro da proposta do Governo, ou do projeto do governo, DNA Azores, uma vez que o Secretário apresentou aqui um conjunto de ideias e de ações que pretende desenvolver ao longo do ano 2023.

Pergunto, qual é que é o impacto financeiro desta medida?

Muito obrigado.

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)*

**Presidente:** Muito obrigado Senhor Deputado.

Tem a palavra o Senhor Subsecretário Regional faça favor.

(\*) **Subsecretário Regional da Presidência** (*Pedro Faria e Castro*): Muito obrigado.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

Senhor Deputado Carlos Silva, eu não lhe vou dizer qual é o impacto financeiro previsto por esta medida do Governo, porque não há previsão de impacto financeiro desta medida.

**Deputado Berto Messias** (*PS*): Como é?! Está tudo pronto para avançar. Quanto é? Ninguém sabe!

**Deputada Andreia Cardoso** (*PS*): Não há?

**O Orador**: Não há, simplesmente não há.

Seu eu lhe dissesse que havia, era mentira.

Aquilo que lhe posso dizer é que há números daquilo que, em média, por mês, um nómada digital gasta.

**Deputado Berto Messias** (*PS*): Está tudo pronto para avançar! Ninguém sabe é quanto custa! O Sr. Secretário Duarte Freitas arranja maneira para isso!

**O Orador**: Isto andarà à roda dos 345 euros por mês... Não! Perdão dos 1.800 euros por mês, que gastará. Será a média.

Agora eu não lhe sei dizer quantos nómadas digitais é que vamos ter cá no próximo ano.

Isto é assim, é como tudo na vida. O Senhor Deputado é dessa área. Ainda no último plenário, o Senhor Deputado Paulo Estêvão citou aqui uma velha citação de um reconhecido economista americano, que dizia que efetivamente que as previsões económicas é que tornavam a astrologia uma ciência respeitável.

Portanto, eu não vou fazer previsões. Mas digo-lhe que se fizéssemos a conta dos 345 nómadas digitais que tínhamos nos Açores (tínhamos nos Açores

para trás, durante 2022), estaríamos a falar de uma ordem talvez dos 8.000.000 de euros.

Mas, Senhor Deputado, isso são previsões, isso não nos interessa agora.

O que interessa são as medidas que o Governo Regional está a adotar nesse âmbito e que procuram promover o nomadismo digital dos Açores e não simplesmente distribuir dinheiro, como Vossas Excelências procuraram fazer com a vossa o vosso Projeto Decreto Legislativo Regional.

Muito obrigado.

*(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)*

**Presidente:** Muito obrigado, Senhor Secretário.

Tem agora a palavra o Senhor Deputado Carlos Silva.

**(\*) Deputado Carlos Silva (PS):** Obrigado.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

Senhor Secretário Faria e Castro, em primeiro lugar, vir aqui dizer que a proposta do PS visa distribuir dinheiro, é de uma falta de honestidade intelectual atroz.

Nós propomos medidas de fomento, que visam atrair turistas para a nossa região e o senhor considera que isso é distribuir dinheiro.

**Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Turistas! Deixaram de ser nómadas e passaram a ser turistas!

**O Orador:** Senhor Secretário, um bocadinho mais de respeito por aquilo que todos nós aqui fazemos neste Parlamento.

O nosso objetivo é contribuir, de facto, para atrair turistas para a Região, para fixar população,...

**Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública**

*(Duarte Freitas):* Turistas!

**O Orador:** Sim, porque os nómadas são turistas, Senhor Secretário.

O Secretário Duarte Freitas não sabe que um nómada é também um turista? Pronto. Felizmente, esse debate também já serviu para o saber isso. Ficámos satisfeitos por isso.

Senhor Secretário, nós perguntamos qual é que era o impacto financeiro das medidas que o Governo propõe para o ano 2023?

Porque o Senhor Secretário disse que não concordava com a proposta do Partido Socialista, porque ela tinha um custo muito significativo.

Aquilo que se propõe é três, quatro ou cinco vezes superior àquilo que propõe o PS.

Portanto, eu pergunto novamente, qual o impacto financeiro das medidas que o Governo propõe para o 2023?

Muito obrigado.

**Vozes de alguns Deputados da bancada do PS:** Muito bem! Muito bem!

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)*

**Presidente:** Muito obrigado Senhor Deputado.

Senhor Subsecretário, tem a palavra faça favor.

(\*) **Subsecretário Regional da Presidência** (*Pedro Faria e Castro*): Senhor Presidente, Senhores, Senhoras e Senhores Deputados, Senhores Membros do Governo:

Só para dizer que não tem custos, só tem receita. A verdade é essa.

Obrigado.

**Deputado Joaquim Machado** (*PSD*): Muito bem

*(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)*



**Deputado Nuno Barata (IL):** E quer dizer que o Senhor Secretário vai fazer como de costume: no ar!

**Presidente:** Muito obrigado.

Senhor Deputado Vasco Cordeiro, faça favor. Tem a palavra.

**Deputado Vasco Cordeiro (PS):** Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

Eu acompanhei, umas vezes aqui, outras vezes, ali mais atrás, este debate...

**Deputado Joaquim Machado (PSD):** Mais ali do que aí!

**O Orador:** ...e julgo que, para além de todas as questões de saber o que é o nómada, se é o turista, se não é o turista, há duas ou três conclusões políticas que se podem retirar deste debate.

E dessas conclusões políticas que se podem retirar desse debate, a primeira delas é a seguinte:

Nós estamos perante um Governo que acha que nesta matéria o seu papel não é fazer. É debater, como se de um deputado se tratasse nesta Casa, aguardando não sei quantos meses para que, exatamente quando a proposta de um partido da oposição está a ser debatida e discutida, então presentear-nos com aquela que é a sua visão sobre o assunto.

Está errado, Senhor Subsecretário!... Está errado, Senhor Subsecretário!

**Deputada Délia Melo (PSD):** Em Comissão já tinha dito que era assim!

**O Orador:** Segunda conclusão:

Aquilo que me parece é que o Governo não faz, mas também não quer que os outros façam.

Não faz, mas também não quer que os outros façam, porque se há partido que está aqui com uma proposta concreta...

**Deputado João Bruto da Costa (PSD):** O senhor tem que começar a ficar atento às comissões!

**O Orador:** Pode discordar-se dela, pode entender-se que não é esse o caminho, mas é uma proposta concreta e aquilo que tivemos da parte do Governo Regional foi (perdoar-me-á, Senhor Subsecretário Regional) um

conjunto de generalidades, a propósito de um assunto sobre o qual o Governo está ainda a dormir na forma em relação às medidas que é importante tomar para essa matéria.

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)*

**O Orador:** Aliás, e essa é a terceira conclusão, que se pode bem aplicar:

A última resposta, ou tentativa de resposta, do Senhor Subsecretário Regional, a propósito de uma pergunta concreta, demonstra uma coisa muito evidente:

O Senhor Subsecretário Regional e o Governo, antes do senhor se levantar, não sabia o que é que havia de dizer sobre a proposta do Partido Socialista e aquilo que o Governo pretendia fazer sobre nómadas digitais;

Enquanto esteve a falar, demonstrou que não sabia o que é que o Governo haveria de fazer sobre os nómadas digitais;

E, quando se sentou, continuou a não saber o que é que o Governo havia de fazer sobre os nómadas digitais.

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)*

**O Orador:** É francamente pouco, e francamente mau, para uma área em que a Região já devia ter posto os pés a caminho.

**Presidente:** Agradeço termino, Senhor Deputado.

**Deputado Pedro Pinto (CDS-PP):** Há quanto tempo?

**Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Ah!...

**O Orador:** Já devia sim, Senhor.

**Deputado João Bruto da Costa (PSD):** O Decreto é de 2020!

**O Orador:** É exatamente isso, Senhor Deputado João Bruto da Costa.

E aquilo que os senhores estão a fazer neste momento é aquilo que, no fundo, os açorianos vão percebendo da vossa atuação.

**Deputada Délia Melo (PSD):** E também a vossa ação!

**O Orador:** E sabe o que é Senhor Secretário?

Com os senhores aí, os Açores estão a ficar para trás.

Muito obrigado.

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)*

**Presidente:** Muito obrigado, Senhor Deputado.

O Partido Socialista esgotou o seu tempo.

Tem a palavra o Senhor Deputado Joaquim Machado.

(\*) **Deputado Joaquim Machado (PSD):** Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhores Membros do Governo Regional:

Esta intervenção que acabámos de ouvir do Senhor Deputado Vasco Cordeiro, é uma espécie de "really loud"

Senhor Deputado Vasco Cordeiro, que hoje, por razões que naturalmente me escapam, tem sido uma espécie de “nómada parlamentar da bancada”, sai, vai e vem...

Pelo menos isso nós percebemos: o que é um nómada?

É exatamente isso. É quem vai e volta – de preferência, voltando. Não sei se isto será muito apreciado na sua bancada, mas é um problema que também me escapa.

**Deputado Mário Tomé (PS):** E os nómadas?

**O Orador:** Mas recarregou a argumentação, eu diria mais do que isso, até a arrogância...

**Deputada Andreia Cardoso (PS):** Arrogante é o senhor! Muito arrogante!

**O Orador:** ... que tinha, quando tinha uma maioria absoluta neste Parlamento, arrogando-se como o mais conhecedor de todas as matérias,...

**Deputado Paulo Silveira (PSD):** O arauto!

**O Orador:** ... desmerecendo, tudo e todos, que não estejam sentados na sua bancada, até, convenhamos, numa linguagem, permita-me a expressão um

bocadinho analógica, relativamente aos méritos, ou deméritos, que o Governo Regional possa ter nesta matéria.

E, portanto, Senhor Deputado Vasco Cordeiro, se nós queremos efetivamente debater esta matéria, a primeira coisa é saber, porque é que nós hoje estamos confrontados com algumas medidas, uma estratégia para captar nómadas digitais?

O senhor teve oportunidade de fazer isso tudo.

Os nómadas digitais não são uma realidade de 2022, do fim de 2022.

**Deputado Carlos Silva (PS):** Ninguém disse isso!

**Secretária Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas (Berta Cabral):** Mas parece!

**O Orador:** É muito anterior.

Portanto, o senhor teve oportunidade de fazer isso e muito mais.

Mas há uma coisa que eu queria sublinhar e que nos distingue, para além das que já foram invocadas.

É que, de facto, há matérias em que o Governo Regional, não está, não deve estar a intervir, porque deve ser a própria dinâmica do mercado, nomeadamente quanto à captação destes custos.

**Deputado Gustavo Alves (PPM):** Protocolos, parcerias.

**O Orador:** Isso não significa que deixemos de fazer o que é preciso fazer neste domínio, isto é, de garantir condições de atratividade para esses nómadas digitais.

E eu acho que nesse domínio há uma matéria que põe a zeros tudo o que nós estamos aqui a discutir, independentemente das convicções e dos projetos, que cada um aqui tem, mas que é fundamental para garantir depois tudo isto, que são os cabos de fibra ótica que o Governo da República se comprometeu a fazer a substituição, através de um processo de concurso, que devia ter sido iniciado em 2020 (era a promessa do Governo da República, em 2020, início da instalação em 21), porque no próximo ano termina a vida útil dos cabos e nós podemos ficar em risco de não ter telemóveis, televisão, até o acesso aos

dados que estão remotamente nas *clouds*, não funcionar sequer um Multibanco e isso é uma catástrofe que pode efetivamente deixar os Açores nos antípodas daquilo que é a era digital.

**Deputado Mário Tomé (PS):** Não tem nada a ver!

**Deputado Carlos Freitas (PSD):** Então não tem a ver? Como é que eles vão trabalhar?

**O Orador:** Nós estamos a discutir aqui uma coisa que é captar nómadas digitais, que me parece, sim senhor, que é uma boa medida. Eu adiro a isso de corpo e alma, sem qualquer problema.

Mas sem infraestruturas de comunicação, ou correndo o risco, que nós vamos começar a correr, pelo fim da vida útil dos cabos, e o Governo da República não cumpriu com o seu compromisso, com a sua responsabilidade (porque não é apenas uma questão de compromisso, é a responsabilidade do Governo da República).

Isto é uma matéria de Estado e, portanto, compete ao Governo da República assegurar...

**Deputado Vasco Cordeiro (PS):** O senhor não ouve as notícias?

**O Orador:** Eu ouço as notícias Senhor Deputado Vasco Cordeiro, eu ouço as notícias! E indigno-me com as notícias da euforia do Partido Socialista, de que agora vai ser atribuída, à Infraestruturas de Portugal, a responsabilidade de uma tarefa que já leva dois anos de atraso, e que nem em 2025 estará concluída.

*(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)*

Indigno-me! Em nome dos açorianos, indigno-me com essa euforia do Partido Socialista, que anda de notícia em notícia, para dar palco ao Senhor Deputado, na República, Francisco César.

Primeiro inscreveu no Plano, ou no Orçamento de Estado, a verba. Sai uma notícia.

**Deputado Manuel Ramos (PS):** O Senhor Deputado está em modo de gestão, é analógico!

**O Orador:** No outro dia sai a notícia de que a Infraestruturas de Portugal vai ser a Entidade responsável.

O Senhor Deputado Francisco César atira mais uns foguetes!

Hoje, é de que o Governo da República pediu 35.000.000 à ANACOM,...

**Deputado Manuel Ramos (PS):** Mas o que é que isso tem a ver com isto?

**O Orador:** ... do leilão da venda das frequências de 5G, para consignar, que é um projeto que importa (a preços de hoje, veremos quando chegar ao fim) em mais de 160.000.000. Mais um foguete! E de foguete em foguete, nós corremos o risco de ficar às escuras, sem comunicações.

**Deputado Vasco Cordeiro (PS):** Ao menos ele faz notícias!

**O Orador:** Portanto, eu ouço as notícias, e só estaria disponível para acompanhar e para me entusiasmar, se essas notícias tivessem sido lidas há três anos.

Há três anos é o atraso que esta matéria leva.

**Deputado Vasco Cordeiro (PS):** Eu sei o que é que lhe doi!

**O Orador:** E sobre isso o senhor também tem responsabilidade.

E sobre isso, o senhor também tem responsabilidade, porque enquanto Presidente do Governo Regional dos Açores,...

**Deputado Vasco Cordeiro (PS):** Sobre isso, o Governo da República vai fazer muito mais do que este Governo Regional vai fazer com os nómadas digitais.

**O Orador:** demitiu-se daquilo que era a sua responsabilidade...

**Deputado Vasco Cordeiro (PS):** Nunca!

**O Orador:** ... de lutar pelo interesse, eu diria, pelo direito dos Açores...

**Deputado Vasco Cordeiro (PS):** Vá devagar por esse caminho!

**Deputado Francisco Coelho (PS):** O senhor fala muito bem quando os outros não têm tempo.

**O Orador:** ... submetendo-se, à estratégia e à conveniência partidária.

Porque se não tivesse sido assim, teria lutado.

Se lutou, eu tenho que concluir uma outra coisa: é que o senhor nunca teve influência, nem partidária, nem institucional, para demover o Primeiro-Ministro, António Costa, de Portugal, a cumprir aquilo que era seu dever.

Disse.

*(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)*

**Presidente:** Muito obrigado Senhor Deputado.

Senhor Deputado Vasco Cordeiro pede a palavra para?

(\* **Deputado Vasco Cordeiro (PS):** Defesa da honra.

**Presidente:** Fundamente, se faz favor.

(\* **Deputado Vasco Cordeiro (PS):** Com certeza.

Eu fundamento a utilização desse mecanismo regimental, no facto do Senhor Deputado Joaquim Machado me ter acusado de me ter submetido aos ditames, digamos assim...

**Presidente:** Tem a palavra.

**Deputado Vasco Cordeiro (PS):** Muito obrigado.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

**Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Sr. Presidente, depois da hora.... E nós é que estamos cometidos aos ditames partidários?

**O Orador:** Eu gostaria de, em relação a esta intervenção do Senhor Deputado Joaquim Machado, cujo completo desnorte e dislates que foram proferidos, apenas atribuo à hora tardia em que já decorre esta discussão, de dizer o seguinte:

Senhor Deputado Joaquim Machado, o senhor tem que ter mais cuidado nas afirmações e nas acusações que faz, sob pena de, em matérias desta importância, incorrer em falsidades, como, aliás, Vossa Excelência acaba por reconhecer que pode haver este risco, quando na sua intervenção disse que, se por acaso eu tinha lutado por este assunto, não tinha tido conhecimento disso. É uma fraca desculpa para tão grave insinuação feita anteriormente.

Eu tenho muito orgulho (muito orgulho!), naquilo que o Partido Socialista fez sobre esta matéria em concreto e sobre outras matérias que relevam no relacionamento com o Governo da República para a defesa dos interesses da Região. E talvez um dia, quem sabe, se faça a história disso.

Agora, o que eu não lhe admito a si, apoiando um Governo Regional que até a este momento a única coisa que tem feito sobre esta matéria é sentar-se na beira da estrada e chorar (sentar-se na beira da estrada e chorar!)...

*(Risos de alguns Deputados da bancada do PS)*

... não lhe admito que insinue que eu me subordinei a qualquer tipo de ditame partidário, quando aquilo a que sempre me subordino (isso sim, foi assim que eu conduzi a minha atuação e é assim que eu conduzo a minha atuação) é à defesa dos interesses do povo que me elegeu para Presidente do Governo e do povo que me elegeu para estar hoje aqui.

**Deputada Sandra Dias Faria (PS):** Muito bem!

**O Orador:** E, portanto, em relação a esta matéria, Senhor Deputado Joaquim Machado, até sou capaz de conceder que Vossa Excelência tenha incorrido em erro. O que não lhe admito é a insinuação de que eu estive calado e que me subordinei a qualquer tipo de ditame que não fosse a defesa dos interesses do povo que me elegeu.

Isso não!

Isso é que é uma falsidade medonha.

Muito obrigado.



**Deputada Sandra Dias Faria (PS):** Muito bem!

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)*

**Presidente:** Muito obrigado, Senhor Deputado.

Senhor Deputado Joaquim Machado quer usar da palavra para prestar explicações? Faz favor tem três minutos.

**Deputada Andreia Cardoso (PS):** Prestar o quê?

**Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Explicações! A seguir à defesa da honra prestam-se explicações!

(\*) **Deputado Joaquim Machado (PSD):** Está aqui há muito tempo, mas ainda não sabe esta parte do Regimento!

**Deputada Andreia Cardoso (PS):** O senhor há de ensinar!

**O Orador:** Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhores Membros do Governo Regional:

Senhor Deputado Vasco Cordeiro, dispensando a deselegância da hora, eu creio que a esta hora tenho a mesma sanidade mental que tenho de manhã e que terei mais tarde.

**Deputado Francisco Coelho (PS):** E o mesmo atrevimento!

**O Orador:** Eu vou me dispensar sobre os estados de espírito nos vários momentos do dia, nesta Casa, de algumas pessoas que cá estão. E, portanto, sobre isso não farei, considerações.

**Deputada Andreia Cardoso (PS):** Mas é que persiste!

**O Orador:** E também não farei considerações sobre o tom ameaçador da sua (permita-me dizer) fraca defesa da honra.

Aquilo que eu disse, reafirmo.

O senhor não deu nota pública do que porventura terá feito...

**Deputado Vasco Cordeiro (PS):** Isso não é verdade!

**O Orador:** ... sobre esta matéria.

**Deputado Vasco Cordeiro (PS):** Isso não é verdade!

**O Orador:** Tanto assim é ...

**Deputado Vasco Cordeiro (PS):** Isso não é verdade!

**O Orador:** ... que em 2020,...

**Deputado Vasco Cordeiro (PS):** Em 2019!

**O Orador:** ... não arrancou o concurso público para a adjudicação do fornecimento do cabo submarino.

**Deputado Vasco Cordeiro (PS):** O senhor sabe que isso não é verdade!

**O Orador:** E tanto assim é, que este Parlamento aprovou um voto de protesto, e se a memória não me trai...

**Deputado Vasco Cordeiro (PS):** O senhor sabe que isso não é verdade!

**O Orador:** ... até o senhor votou a favor desse protesto.

**Deputado Paulo Gomes (PSD):** Bem lembrado!

**O Orador:** Votou a favor desse protesto!

**Deputado Vasco Cordeiro (PS):** O senhor sabe que isso não é verdade!

**O Orador:** Um protesto ao Governo da República pelo incumprimento do que havia feito. Isso significa muito bem da razão da assertividade e da veracidade daquilo que continha esse voto de protesto, da argumentação do que estava aduzido no voto de protesto, que no fundo, é aquilo que eu agora volto a dizer, mas para tirarmos dúvidas, Senhor Deputado Vasco Cordeiro, eu amanhã darei entrada neste Parlamento de um requerimento, a solicitar ao Governo Regional, que me forneça a cópia de toda a documentação, de correspondência, tratado entre o senhor e o Senhor Primeiro-Ministro, sobre esta matéria.

**Deputada Andreia Cardoso (PS):** Ai que medo!

**O Orador:** E depois concluirei uma de duas coisas:

Ou efetivamente não diligenciou, e comprova-se o que eu disse, que submeteu-se à conveniência partidária; ou então, se diligenciou, vamos ver o resultado da sua influência partidária e institucional.

**Deputado Flávio Soares (PSD):** Muito bem!

*(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)*

**Presidente:** Muito obrigado Senhor Deputado.

Ultrapassámos a nossa hora regimental. Vamos encerrar os nossos trabalhos por hoje.

Até amanhã. Boa noite a todos.

*Eram 20 horas e 08 minutos.*

*Deputado que entraram durante a sessão:*

***Partido Popular Monárquico (PPM)***

**Paulo Jorge Abraços Estêvão**

***Independente***

**Carlos Augusto Borges Rodrigues Furtado**

(\*) Texto não revisto pelo orador

**A redatora:** Maria da Conceição Fraga Branco